



**Dinâmicas do Associativismo Local:
o caso do Grupo Popular das Portelas**

Luciana Rodrigues Furtado da Silva

Mestrado em Educação Social

2011



**Dinâmicas do Associativismo Local:
o caso do Grupo Popular das Portelas**

Luciana Rodrigues Furtado da Silva

Dissertação orientada por: Professor Doutor António Fragoso de Almeida

Mestrado em Educação Social

2011

RESUMO

Intitulada *Dinâmicas do Associativismo Local: o caso do Grupo Popular das Portelas*, esta dissertação pretende aprofundar o tema do associativismo em contexto local, dando a conhecer a associação Grupo Popular das Portelas e tentando perceber o papel que esta tem vindo a representar na dinamização social, cultural e desportiva da comunidade local onde se insere. Assim, os principais objectivos foram a caracterização do Grupo Popular das Portelas e o conhecimento aprofundado da sua actividade e influência na comunidade onde está sediado, os quais se puderam concretizar através da aplicação da metodologia adoptada.

No sentido de contextualizar o tema em questão, procurou-se compreender o fenómeno associativo, começando por reflectir sobre a relação entre Estado e sociedade, de onde se destacou o papel da sociedade civil na actualidade. Foi ainda essencial reflectir sobre a acção colectiva da sociedade civil e sobre o associativismo como expressão organizada dessa mesma sociedade civil, tendo-se destacado alguns resultados de estudos já efectuado sobre a realidade portuguesa. Complementou-se ainda essa reflexão explorando conceitos como educação popular, animação comunitária, comunidade, identidade e mudança social.

Da análise de dados realizada, pode então afirmar-se que o Grupo Popular das Portelas é fruto de um processo endógeno, que ainda hoje tem um forte cunho local, para o qual é essencial o trabalho voluntário realizado em prol da comunidade, e que, fruto do trabalho realizado, é detentor de um enorme conhecimento sobre a comunidade onde está sediado, podendo ser um forte aliado na procura de respostas sociais adequadas aos problemas sociais emergentes. Por outro lado, contribui para a vivência activa da cidadania e age no sentido da mudança social, dinamizando a população ao nível social, cultural e desportivo.

Palavras-Chave: Acção Colectiva, Comunidade, Associativismo, Animação Comunitária, Educação Popular, Mudança Social

ABSTRACT

This dissertation (*Local civil society dynamics: the case of the Popular Group of Portelas*) tries to deeply understand civil society dynamics at a local level. It allows us to know the popular group of Portelas and to understand its role in the social and cultural dynamics of the local community it integrates. The main aims of the research were, therefore, to characterize this association, to obtain detailed information on its activity and understand the influence of the work done over the community. The theoretical framework focuses the civil society association's phenomena. In order to do so we began to reflect on the relationships between the State and civil society. It was also necessary to study the action of civil society and its organisations as an expression of civil society, particularly looking at the previous results obtained on the Portuguese reality. Concepts of popular education, community animation, community, identity and social change are fundamental to frame the research. Our data shows that the Popular Group of Portelas is a result of an endogenous process that is essentially fed by voluntary work. Detaining a strong knowledge of the community, this group can be a powerful ally in this territory, if one seeks social answers to emergent social problems. Finally, this association contributes to an active citizenship and is capable of action towards social change.

Key-words: Collective action, associations, community, community animation, popular education, social change.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1	3
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	3
1.1 A relação entre Estado e sociedade	5
1.2 A acção colectiva da sociedade civil.....	9
1.3 O associativismo como expressão organizada da sociedade civil.....	11
1.4 Vivências do associativismo em Portugal.....	13
1.5 A educação popular como forma de intervenção comunitária.....	16
1.6 A animação comunitária, uma forma de agir	18
1.7 Comunidade e identidade, conceitos chave da prática associativa	19
1.8 A mudança social como resultado da acção comunitária.....	23
CAPÍTULO 2.....	27
METODOLOGIA.....	27
2.1 Investigação Qualitativa.....	29
2.2 Estudo de Caso	32
2.3 Trabalho de campo	35
2.4 Técnicas de recolha de informação	38
2.4.1 <i>Pesquisa documental e bibliográfica</i>	38
2.4.2 <i>Observação de cenário</i>	38
2.4.3 <i>Fotografia</i>	41
2.4.4 <i>Inquéritos por entrevista</i>	42
2.4.5 <i>Análise de conteúdo</i>	44
CAPÍTULO 3.....	47
ANÁLISE DOS DADOS	47
3.1 Contexto de Investigação	49
3.1.1 <i>Território</i>	49
3.1.2 <i>Grupo Popular das Portelas</i>	54
3.2 Análise dos dados da pesquisa documental.....	55
3.2.1 <i>Caracterização de sócios</i>	55
3.2.2 <i>Protocolos existentes</i>	68
3.2.3 <i>Instalações utilizadas</i>	69
3.2.4 <i>Secções existentes</i>	71

3.2.5 <i>Actividades realizadas</i>	72
3.3 Análise dos dados da observação e dos inquéritos por entrevista	74
3.3.1 <i>Nascimento do Grupo Popular das Portelas</i>	74
3.3.2 <i>Os primeiros anos do Grupo Popular das Portelas</i>	78
3.3.3 <i>Os sócios do Grupo Popular das Portelas</i>	78
3.3.4 <i>Gestão da Associação</i>	82
3.3.5 <i>Actividades</i>	91
3.3.6 <i>Instalações utilizadas pelo Grupo Popular das Portelas</i>	95
3.3.7 <i>Influência do Grupo Popular das Portelas na comunidade</i>	98
3.3.8 <i>Relacionamento com outras entidades</i>	100
3.3.9 <i>Associativismo na Freguesia de S. Sebastião</i>	101
CAPÍTULO 4	103
CONCLUSÕES E REFLEXÕES CRÍTICAS	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
ANEXOS	115

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: O que deve ser a Animação Comunitária	19
---	----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapas do concelho de Lagos, com indicação dos limites do concelho e indicação das freguesias	49
Figura 2: Principais localidades da freguesia de S. Sebastião	53
Figura 3: Localidade das Portelas	54
Figura 4: Café e Recinto de Bailes e Festas	70
Figura 5: Escola Primária	70
Figura 6: Parque Dr. Júdice Cabral no centro da cidade de Lagos	70

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição da população residente na freguesia de S. Sebastião por grupos etários.	51
Tabela 2: Distribuição da população residente na freguesia de S. Sebastião por nível de instrução.	52
Tabela 3: Permanência ou não dos sócios na associação	61
Tabela 4: Cargos assumidos e por quem nas soluções de gestão da associação	65
Tabela 5: Número de vezes que cada um dos sócios assumiu funções nos Corpos Sociais da associação.....	67
Tabela 6: Actividades realizadas ao longo dos anos	73

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População residente no concelho de Lagos por género	49
Gráfico 2: Distribuição dos sócios por género	56
Gráfico 3: Distribuição dos sócios por género e tipo de sócio.....	56
Gráfico 4: Distribuição dos sócios por género, tendo em conta a data de inscrição	58
Gráfico 5: Distribuição dos sócios pelas freguesias de residência/concelhos.....	59
Gráfico 6: Distribuição os sócios pelas localidades do concelho de Lagos	60
Gráfico 7: Pagamento de quotas por parte dos sócios que permanecem na associação.....	62
Gráfico 8: Participação ou não nos Corpos Sociais da associação	63
Gráfico 9: Participação ou não nos Corpos Sociais e data de inscrição na associação	63
Gráfico 10: Participação ou não nos Corpos Sociais de acordo com a tipologia de sócios	64
Gráfico 11: Presença dos sócios por género nas soluções de gestão da associação.....	68

INTRODUÇÃO

O movimento associativo, ao longo dos tempos, tem-se mostrado como um agente ao serviço das comunidades, sendo visto como uma mais-valia que conjuga interesses comuns em prol de um melhor desenvolvimento local, e regional, comprometido e dinâmico. Para isso, tem dinamizado localmente as comunidades, dando-lhes ferramentas para um crescimento harmonioso, onde o convívio, as iniciativas e as conquistas conjuntas fazem parte do dia-a-dia e dão sentido à acção. Neste contexto, muitas vezes e sem qualquer intenção implícita, vão ocorrendo processos educativos, de cariz não formal e informal, que são verdadeiros processos de intervenção comunitária, que marcam a diferença e alteram a dinâmica social das comunidades onde ocorrem.

O Grupo Popular das Portelas, uma associação sem fins lucrativos sediada na localidade das Portelas, freguesia de S. Sebastião, concelho de Lagos, é um exemplo destes casos. Desde a sua criação em 2003, tem realizado um conjunto de acções, localizadas, que têm merecido uma adesão muito significativa da população. Importa portanto, conhecer a história e desenvolvimento deste grupo, as actividades que desenvolveu até à actualidade e a influência que têm tido sobre a comunidade. No contexto do trabalho proposto, o problema de investigação que se coloca pode ser formulado da seguinte maneira: *Que papel tem vindo a representar o Grupo Popular das Portelas na dinamização social, cultural e desportiva da comunidade local?*

Pretendendo assim aprofundar a temática do associativismo em contexto local, o trabalho teve como principais objectivos a caracterização do Grupo Popular das Portelas e o conhecimento aprofundado da sua actividade e influência na comunidade onde está sediado.

A temática não surge ao acaso, mas sim de um interesse pessoal em conhecer de perto um movimento associativo, aprendendo mais do que ensinando, sobre um trabalho que é de todos e não é de ninguém. Descobrir as faces da intervenção local e a força que a motiva, espera-se contribuir para o crescimento e reflexão do grupo em questão, bem como para uma compilação histórica sobre o seu desenvolvimento. Neste sentido, o tema torna-se pertinente na medida em que permite não só aprofundar uma experiência local nunca antes estudada e que é fruto de um processo endógeno, como também permite documentar a história da associação, as intervenções que tem vindo a realizar e a sua importância naquele território e para aquelas gentes. Por outro lado, permite ainda conhecer e reflectir sobre as práticas que, tendo origem colectiva e poucos recursos, mudam a dinâmica social, cultural e desportiva de um contexto local.

Estando a investigação proposta inserida num percurso educativo, no campo da educação social, ganha ainda mais importância este tema, na medida em que: permitiu estudar um contexto real de intervenção; aperfeiçoar as metodologias de investigação; reflectir sobre uma realidade concreta e tecer conclusões sobre o processo a desenvolver, permitindo, em última análise, produzir conhecimento científico, mas também enriquecimento pessoal e profissional.

Este trabalho inicia-se com o capítulo da Fundamentação Teórica, seguindo-se o capítulo da Metodologia, a Análise dos Dados e as Conclusões e Reflexões Críticas. No primeiro capítulo, faz-se uma revisão da literatura sobre várias temáticas que nos ajudam a compreender o fenómeno do associativismo. No segundo capítulo, suportando-nos em autores que teorizam sobre as diversas questões metodológicas necessárias a um trabalho deste género, apresentamos o desenho da investigação de que resulta o trabalho aqui apresentado. Na análise dos dados faz-se então a contextualização do território onde foi realizada a investigação, bem como da associação escolhida, seguidamente analisam-se os dados da pesquisa documental, da observação e dos inquéritos por entrevista. Por último, nas conclusões e reflexões críticas dão-se a conhecer as principais conclusões a que se chegou com a investigação realizada e reflecte-se sobre a concretização dos objectivos, sobre os constrangimentos sentidos e sobre os possíveis estudos que a partir deste trabalho poderiam ser desenvolvidos.

Salienta-se ainda que esta dissertação foi redigida e é apresentada de acordo com o sistema de normas da American Psychological Association, segundo a sua 5ª edição do Publication Manual of the American Psychological Association.

CAPÍTULO 1

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 A relação entre Estado e sociedade

Fruto das diversas mudanças ocorridas na história, a relação entre o Estado e a sociedade tem vindo a alterar-se ao longo dos anos. Bresser-Pereira (1999) diz mesmo que se passou a estudar o problema da relação entre o Estado e a sociedade a partir do momento em que surgiu o Estado moderno, porque até ali predominavam

formas pré-capitalistas de produção, nas quais o mercado não era ainda o mecanismo institucional básico de coordenação económica e de apropriação do excedente, a esfera pública não se distinguia da esfera privada, e o problema da afirmação do Estado perante a sociedade, ou, inversamente, desta sobre o Estado, não se colocava. (p. 67)

Assim, ao dar-se a separação clara entre Estado e sociedade, surge a necessidade “da construção e consolidação do Estado nacional frente a uma sociedade fragmentada e oligárquica” (Bresser-Pereira, 1999, p. 67), a qual se afirmava perante o Estado, enquanto neste se dava a substituição dos regimes autoritários para os democráticos.

Com a modernidade, evidencia-se um processo político ao qual se deu o nome de reformismo e através do qual

o movimento operário e seus aliados resistiram à redução da vida social, à lei do valor, à lógica da acumulação e às regras do mercado por via da incorporação de uma institucionalidade que garantiu a sustentabilidade de interdependência não mercantis, cooperativas, solidárias, voluntárias. (Santos, 1998, p. 1)

De acordo com Santos (1998), essa institucionalidade reformista “traduziu-se numa articulação específica entre os três princípios de regulação na modernidade: o princípio do Estado, o princípio do mercado e o princípio da comunidade” (p. 1), através do qual a relação entre os princípios do estado e do mercado saíram reforçados, enquanto o princípio da comunidade saiu descaracterizado, uma vez que o “reconhecimento político da cooperação e a solidariedade entre cidadãos foi restringido às formas de cooperação e de solidariedade mediadas pelo Estado” (p. 1). No entanto, com a crise do reformismo e com a crise do próprio Estado, dá--se início ao movimento para a reforma do Estado, motivado também pelo processo de globalização emergente, através do qual começa a sobressair uma sociedade civil cada vez mais democrática, havendo um maior espaço de debate e de participação para um número crescente de cidadãos (Bresser-Pereira, 1999; Santos, 1998). Assim,

Diante da crise do Estado e do desafio representado pela globalização, a sociedade civil de cada país democrático demonstrou que desejava redefinir o papel

do Estado, mas não reduzi-lo ao mínimo, e sim fortalecê-lo . . . Desta forma, diante dos desafios e transformações sociais que a aceleração vertiginosa do progresso tecnológico acentuava, em um quadro de maior democracia acompanhado por desequilíbrios sociais crescentes, a sociedade civil assumia um papel estratégico na reforma das instituições básicas: do Estado e do mercado. (Bresser-Pereira, 1999, p. 69)

Face ao papel assumido pela sociedade civil, importa então compreender o que se entende pelo conceito de sociedade civil. Vários são os autores clássicos que refletiram sobre as origens da sociedade civil, destacando-se a discussão se foi a sociedade civil que fundou o Estado ou se foi o Estado que fundou a sociedade civil. Para autores como Hobbes, Locke, Kant e Rousseau, a sociedade civil surge por oposição à sociedade natural, pela necessidade de assegurar o livre exercício dos direitos naturais dos indivíduos e para o qual surgiu o Estado, enquanto aparato jurídico, político e administrativo que, sendo fruto do consenso dos indivíduos, tem como função garantir o acesso a esses direitos; já Hegel defende que a sociedade civil se fundou no Estado, na medida em que este último não é resultado do consenso dos indivíduos, mas sim de uma necessidade de sobrevivência de uma sociedade cada vez mais anárquica (Tonet, 2006). Assim, nesta óptica, “o Estado representa, pois, um momento superior da existência social, uma vez que nele o interesse geral prevalece sobre os interesses particulares” (Tonet, 2006, p. 2). Já Marx, situando-se face à sociedade burguesa, olha para a sociedade civil como “fundada na propriedade privada regida pelo capital, . . . atravessada por conflitos radicais entre capital e trabalho, pela concorrência, pelos interesses privados, pela anarquia e pelo individualismo” (Tonet, 2006, p. 3). Assim, diferencia-se de Hegel na medida em que assume que o Estado por si só não torna os indivíduos livres, mas tenta reproduzir e expressar uma forma particular de liberdade. Gramsci, por seu lado, assume “que as relações económicas são o fundamento da sociedade, mas a sociedade civil tem mais um sentido de conjunto de organismos não estatais através dos quais as classes dominantes exercem a direcção da sociedade civil pela via do consenso” (Tonet, 2006, p. 4), voltando assim a ser valorizado o consenso no seio da sociedade civil.

Face a estas noções clássicas de sociedade civil, importa compreender este conceito na actualidade. Bresser-Pereira (1999) diz-nos que a sociedade civil pode ser entendida como a parte da sociedade que se encontra fora daquilo a que se chama Estado, podendo ser considerada o aspecto político da sociedade, ou seja, “a forma através da qual a sociedade se estrutura politicamente para influenciar a ação do Estado” (p. 69). O autor reforça ainda a sua ideia dizendo que o “Estado-Nação e a sociedade são respectivamente realidades políticas ou

sociais concretas, enquanto Estado e mercado são as duas instituições fundamentais das sociedades contemporâneas. Entre a sociedade, de um lado, e o Estado e o mercado, de outro, temos a sociedade civil” (Bresser-Pereira, 1999, p. 70). Também Rocha (2007) reforça esta ideia quando refere que

De momento constitutivo do Estado, associado à luta pela hegemonia dos grupos sociais em seu interior, a sociedade civil ressurgue como uma «contra-imagem» desse mesmo Estado, colada a uma «terceira esfera» (entre o Estado e o mercado) para a qual seria transferida toda a potência da ação democrática, da luta por direitos e da constituição de uma esfera pública assentada no livre associativismo dos cidadãos. (p. 571)

Ferreira (2008), por outro lado, olha para o conceito de sociedade civil através de Edwards, identificando desta forma três posições teóricas da actualidade, a descritiva, a normativa e a da «esfera pública», as quais podem ser articuladas. Resumidamente, poder-se-á caracterizar: a descritiva como a perspectiva que entende a sociedade civil como parte da sociedade, sendo formada por associações e redes entre o Estado e a família, ou entre o Estado, os mercados e a comunidade, de forma a desenvolver interesses comuns e facilitar a acção colectiva; a normativa como a perspectiva que entende a sociedade civil como um tipo de sociedade caracterizada por prestar serviço aos outros e ser um espaço onde se criam valores de carácter humanitário; a da «esfera pública» como a perspectiva que concebe a sociedade civil como a esfera da deliberação pública, do diálogo racional e do exercício da cidadania activa que procura responder a um interesse comum.

Neste sentido, pensa-se que os autores se complementam, pois concebida desta forma, a sociedade civil pode ser entendida como um agente de mudança que promove a luta pela democracia através das reformas institucionais do Estado e do mercado, fundamentando a sua acção nos novos movimentos sociais e nas dinâmicas associativas.

Por outro lado, fruto da actual relação entre sociedade civil e Estado, começa a falar-se de uma nova reconfiguração do Estado, onde a noção de governação começa a emergir em detrimento da noção de governo. O governo era antes visto como o lugar onde se tomavam as decisões consideradas válidas para todos, mas com a emergência da noção de governação passam a existir “vários actores, institucionais ou não, que participam nas decisões públicas e sua execução. O poder executivo passa a ser, assim, uma «parte», mas não a única componente, como sempre aconteceu até agora” (Faria, 2010, p. 105). Assim, à nova reconfiguração do Estado está associado um novo conceito, o de «governância»,

corporizando o princípio da participação dos cidadãos (nas suas múltiplas formas) na «construção» do seu quadro de vida. Ou seja, naquilo que pode *influir*, directa ou indirectamente, nas suas vidas quotidianas, através dos mais diversos actos e decisões da administração pública, mais concretamente da administração local. (Faria, 2010, p. 106)

Desta forma, adquire uma maior relevância a presença de outros actores e redes da sociedade civil que têm como função pressionar o Estado a constantes negociações, procurando acordos e estimulando o crescimento de uma esfera pública livre e participativa. Guerra (2006) afirma mesmo que este conceito¹

adquiriu o papel de conceito-síntese no que diz respeito às formas de evolução da acção pública nos sistemas políticos ditos de democracia madura, significando «uma mudança no significado de governo e referindo-se ao novo processo de governação... ou aos novos métodos através dos quais a sociedade é governada». (p.17)

Ferreira (2008) afirma mesmo que neste contexto o Estado assume “dois papéis, o de parceiro co-responsável e co-interessado na identificação e resolução de problemas sociais” (p. 34) e também o de “organizador destas parcerias, desenhando os seus quadros normativos, providenciando os recursos organizativos que permitem aos atores locais envolver-se na construção do interesse comum do lugar” (p. 34). O mesmo autor refere também que neste contexto se pode ainda aplicar o conceito de *subsidiaridade*, uma vez que se reconhece que as entidades locais podem ajudar a intervir de uma forma mais adequada para a resolução dos principais problemas, estimulando a boa governança e a inovação, pois desta forma os governos locais conhecem melhor as necessidades sentidas pelas comunidades, “favorecendo a participação política, são mais receptivos e responsáveis, além de mais eficientes na distribuição dos serviços” (Ferreira, 2008, p. 111). No entanto, será de referir que o Estado, assumindo este papel, não estará a substituir pessoas ou instituições, mas apenas a partilhar a soberania e as competências com diferentes sectores da sociedade. Desta forma, a sociedade civil da actualidade, de acordo com Lima e Afonso (2006),

consoante os usos político-ideológicos ou as delimitações e ambiguidades teórico-conceptuais, ora significa mercado, ora significa comunidade, ora significa a mobilização simultânea e a interacção destes actores colectivos, mercado e comunidade, chamados agora de parceiros, mediadores ou mesmo protagonis-

¹ Faria (2010) utiliza a palavra «governância». Guerra (2006) utiliza a palavra «governança» que decorre da tradução directa do francês *gouvernance* ou do inglês *governance*.

tas em processos (supostamente não conflituais) de articulação com o Estado.
(p. 208)

1.2 A acção colectiva da sociedade civil

Compreendendo a relação actual entre Estado e sociedade, importa então perceber de que forma a sociedade civil actua. Guerra (2006) chama a atenção para o facto de estarem a surgir “espaços de acção e de organização colectiva que se afirmam, cada vez mais, como um terreno privilegiado de mudanças que se cumprem com o beneplácito dos poderes públicos e fazem emergir um novo rosto de um Estado em plena mutação” (p. 18). Questiona-se desta forma, se este tipo de acção colectiva tem um espaço próprio ou é apenas o alargamento do próprio espaço do Estado e dos seus aparelhos político-administrativos. A autora reconhece, no entanto, que não “pertencendo ao Estado nem ao mercado, esses espaços de intervenção na coisa pública são espaços alargados em termos de variedade de actores, das problemáticas de formas organizativas e das temporalidades da acção” (p. 18).

Neste sentido, verifica-se que os novos contextos de decisão colocam frente a frente uma grande diversidade de actores, como sejam administrações públicas, colectividades locais, empresas e outros, através dos quais se desenvolve uma “complexa dinâmica de acções . . . onde as relações de força e os conflitos de interesse guiam os comportamentos” (Guerra, 2006, p. 19), em que o objectivo é, acima de tudo, representar os interesses colectivos. Assim, é em plena resolução do problema em causa, que pode dar-se início à construção de uma identidade colectiva, uma vez que a própria “acção colectiva permite o alargamento dos processos de aprendizagem, de socialização e de comunicação, demonstrando a capacidade de transformação das sociedades humanas” (Guerra, 2006, p. 23). Para a existência e reconhecimento dessa identidade colectiva, Tejerina (2005) diz-nos que é fundamental os grupos terem a capacidade de utilizar a mobilização ou ameaça perante determinadas acções políticas, na defesa dos interesses colectivos. Citando Melucci, o autor refere ainda que a identidade colectiva, sendo fruto de um processo de construção social, está em permanente transformação, desenvolvendo a sua acção de acordo com as oportunidades e restrições encontradas.

Guerra (2006) lembra também que “acção colectiva . . . depende do funcionamento dos sistemas políticos, *i. e.*, de todas as instâncias em que se encontra uma multiplicidade de interesses, através da representação e de processos decisoriais para a distribuição dos recursos” (p. 48), pelo que não se podem deixar de fora os conceitos de *descentralização* e *contratualização*, os quais colocam os actores públicos numa situação de “cooperação «obrigatória»,

mas também de concorrência inevitável” (p. 29), onde a “capacidade financeira, o potencial de conhecimentos e a capacidade técnica tornam-se as variáveis-chave do poder de iniciativa contratual” (p. 29). Mas diz-nos também que

A partir de agora a acção colectiva tem um significado que representa uma visão do mundo e um projecto de sociedade, num contexto em que o desafio da eficácia da acção pública está cada vez mais identificado com os constrangimentos que advêm do «jogo de actores» e da habilidade com que os actores exercem o seu papel, apesar da diferença de poderes reais e simbólicos, como co-produtores das políticas públicas. Assim, cada vez mais se «politiza» a decisão pública e se dá visibilidade ao actor político, se co-responsabiliza a colectividade pelos problemas e soluções e se apela aos mediadores de vários tipos para que intervenham na efectivação da acção colectiva. (Guerra, 2006, p. 42)

Melucci (citado em Scherer-Warren, 2006) defende assim que a acção colectiva envolve uma estrutura articulada de relações, circuitos de interacção e influência que dão origem a acções sob a forma de redes sociais e colectivas. Scherer-Warren (2006) distingue três níveis de relações: redes sociais, colectivos em rede e rede de movimentos sociais. As redes sociais referem-se às relações onde os actores são considerados parte integrante da rede, unidos por laços criados através das afinidades entre membros e objectivos comuns em torno de uma causa. Inserem-se aqui as associações, as comunidades religiosas, os grupos recreativos, entre outros. Os colectivos em rede referem-se já a ligações entre organizações que intervêm em causas semelhantes, como sejam organizações não governamentais que lutam em torno das mesmas problemáticas – direitos humanos, educação popular, ambiente, entre outros. A rede de movimentos sociais são tipos de redes mais complexas

que transcendem organizações empiricamente delimitadas e que conectam, de forma simbólica, solidarística e estratégica, sujeitos individuais e atores colectivos em torno de uma identidade ou identificações comuns, de uma definição de um campo de conflito e de seus principais adversários políticos ou sistêmicos e de um projeto ou utopia de transformação social. (Scherer-Warren, 2006, p. 3)

Neste caso estamos já a falar dos grandes movimentos sociais que lutam por causas a nível global, como sejam os movimentos feministas, ecologistas ou outros.

1.3 O associativismo como expressão organizada da sociedade civil

No âmbito da acção colectiva, importa, neste caso, compreender também as formas como a sociedade civil se organiza para fazer parte dessa acção colectiva. Destaca-se assim o associativismo, assumido como uma das formas de expressão organizada da associação civil.

Desde sempre, o ser humano teve necessidade de viver em grupo, pelo que o associativismo não pode ser visto como uma actividade recente, porque há milhares de anos, o ser humano descobriu a importância de viver em grupos para garantir a sua sobrevivência e percebeu que ao realizar acções conjuntas atingiria melhores resultados (Silva, 2008).

Partindo desta ideia como génese do associativismo, poderemos dizer que desde sempre existiram práticas associativas informais. No entanto, estas práticas ganharam expressão com a sociedade industrial, devido às condições sociais que dela germinaram e, de acordo com Coelho (2008), caracterizavam-se pela sua complexidade, heterogeneidade e pela intervenção em novos sectores da vida social.

Em Portugal, de acordo com Martins (2004), o associativismo ganhou expressão no século XIX, influenciado pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa. Perante a crise vivida neste período e com a “abolição das corporações, em 1834, as populações viram-se obrigadas a se associarem para minimizarem as dificuldades por que passavam” (¶6). Assim, nasceram as associações de socorros mútuos, onde o operário, associando-se a outros operários, tirava todas as semanas uma pequena quantia do seu ordenado para garantir recursos para os dias de doença, mas também as sociedades de instrução popular onde o operário se encontrava com os seus companheiros e com eles passava uma parte da noite, lendo ou estudando, além de outras, como as sociedades cooperativas de consumo e produção e as caixas de crédito. Foi pois, neste contexto, que as populações se organizaram “constituindo associações, de forma a encontrarem, solidariamente, respostas para as suas necessidades” (Martins, 2004, ¶7). Mesmo no período que antecedeu o 25 de Abril de 1974, a

população, organizada nas suas associações, conseguiu resistir a este período de falta de liberdade e democracia. Muitos homens e mulheres tiveram aí, na banda de música, no grupo de teatro, na biblioteca, no grupo coral, no desporto, nas salas e convívio, a sua escola cívica e de cidadania, pelo que, com a conquista da liberdade, muitos vieram a ocupar funções públicas de relevo na sociedade democrática instituída. (Martins, 2004, ¶21)

Coelho (2008) refere também que no início dos anos 90 o panorama da organização da sociedade civil amplia-se e diversifica-se, surgindo as entidades denominadas por «terceiro

sector». Estas entidades “penetram em micro-espacos onde a acção dos agentes estatais não se consegue imiscuir. Actuam sobre as «maleitas sociais» existentes” (Coelho, 2008, p. 3), exercendo um papel de controlo social, vigiando as acções do poder político instituído. De acordo com a mesma autora,

Entre os actores da sociedade civil estão os movimentos sociais e as organizações não-governamentais, que lutam pela resolução de problemas sociais, ampliação dos direitos políticos e da consciência da cidadania. Estas associações reúnem indivíduos interessados em efectivar a sua condição de cidadãos de uma forma activa, isto é, que pretendem agir e intervir na sociedade procurando, deste modo, transformá-la. (Coelho, 2008, pp. 3-4)

Desta forma, a constituição de associações pode assumir-se como uma possibilidade de os indivíduos, reunidos em grupo, lutarem e afirmarem a sua identidade. Por isso, Coelho (2008) defende que

As organizações de tipo associativo são o eixo nuclear de qualquer política de desenvolvimento, na medida em que constituem um pilar decisivo na construção de solidariedades, são a expressão de uma forma de vida em comunidade, que favorece o exercício da democracia e da cidadania. (p. 4)

Alcides Monteiro (2004), por sua vez, defende que as grandes associações cívicas, como os sindicatos e os partidos, atravessam crises de militância, dando lugar a outras formas de relacionamento onde se impõem laços mais informais e dinâmicos, procurando alternativas de solidariedade para um Estado-Providência em crise. Assim, perante o declínio de representatividade nas grandes associações cívicas, assiste-se ao crescimento de associações ligadas à defesa do ambiente, à cultura e recreio, à acção social e ao desenvolvimento local. De acordo com o autor, embora não exista informação que permita “traçar um retrato preciso sobre a extensão e significado (económico e social) deste fenómeno” (p. 140), poderá antever-se um cenário que revela mudanças significativas no comportamento associativo.

Neste sentido, o associativismo na actualidade assume-se como uma

presença activa na vida da comunidade, mantendo viva a vontade de partilhar valores comuns e estimular sentimentos de cidadania, democracia, cooperação e parceria. O associativismo acaba por funcionar como sustentáculo da comunidade, educando segundo moldes que possibilitam a segurança de uma coesão e diferenciação cultural local. (Almeida, 2005, p. 6)

Assumindo-se desta forma e sendo fruto de interesses comuns, as associações constituem-se, geralmente, de forma espontânea, seguindo diversas tipologias (tendo em conta os

objectivos a que se propõem e a intervenção que pretendem realizar) e são organizações onde por excelência se promove a democracia, actuando para além “do sector do trabalho possibilitando o investimento do tempo liberto em benefício de algo que, sendo pessoal, assume um carácter essencialmente colectivo, solidário e com capacidade sustentada de intervenção social, política, cultural, económica, e de coesão do tecido comunitário” (Coelho, 2008, p. 12). Assim, de acordo com Coelho (2008), e em síntese, poder-se-á dizer que o

associativismo contribui para a consolidação e dinamização do tecido social, e é um importante factor de transformação e inovação social. Assume-se como um local de experimentação de novas soluções. Reveste-se de uma forte contribuição económica, através do investimento humano voluntário, estruturando o segmento específico da economia social, desenvolvendo uma acção que, de outra forma, ficaria extremamente onerosa para a comunidade e, na prática, difícil de realizar. Envolve um vasto conjunto de actores, benévolos e profissionais, num projecto comum e de raiz social. O associativismo é particularmente favorável ao exercício da cidadania e definição da identidade local, e para a integração social e expressão cultural no exterior do sistema economicista dominante. (p. 12)

1.4 Vivências do associativismo em Portugal

No âmbito de uma rede de investigação europeia, em 2001, foi feita uma pesquisa internacional com o nome “Citizenship, involvement, democracy” onde foram aplicados inquéritos em catorze países, um dos quais Portugal. Partindo desse estudo e analisando comparativamente o envolvimento associativo nesse conjunto de países, foi possível perceber que “quase metade (46,6%) dos portugueses não tinha envolvimento associativo” (Viegas, Faria & Santos, 2010, p. 165) e que os que pertencem a associações, são membros, na sua maioria, de apenas uma associação. Quando analisado o envolvimento associativo por tipo de associação, a implicação é maioritária em associações de integração social, “associações que se caracterizam pelo facto de terem um impacto significativo ao nível do enquadramento dos indivíduos, em particular nas suas actividades, mas também a nível comunitário, e por terem um impacto pouco relevante no âmbito do debate na esfera pública” (Viegas, et al., 2010, p. 166). Mesmo assim, este envolvimento tem vindo a diminuir, o que poderá demonstrar um desinvestimento dos cidadãos nas suas actividades associativas.

Ainda neste contexto, Viegas (2004), partindo do estudo já referido, especifica o tipo de associações onde os cidadãos portugueses têm vindo a envolver-se, referindo que “o tipo de associações em que as percentagens de envolvimento registam valores mais elevados são «as associações desportivas, culturais e recreativas», logo seguido das «associações de solidariedade social e religiosas” (p. 42). Já no que respeita a um envolvimento considerado activo, verifica-se que este acontece em “associações com alto grau de voluntariado, que se movem no campo da «comunicação, cultura e normas sociais» e com objectivos direccionados para os seus membros” (p. 42). O autor analisa então estes dados concluindo que ao

nível dos indivíduos, a generalidade destas associações propiciam a integração social, reforçam as identidades, possibilitam a cooperação, mas não desenvolvem grandes competências simbólicas, profissionais ou políticas, excepto ao nível do seu pessoal dirigente. Estas associações tendem a lidar mal com os conflitos, quer internos, quer externos, não desenvolvendo, por isso, normas e regras internas de debate e deliberação. (Viegas, 2004, pp. 42-43)

Assim sendo, estas associações contribuem pouco para o debate na esfera pública, que quando acontece, é acima de tudo numa óptica de consensualidade, contribuindo pouco para a deliberação democrática. Já ao nível institucional, Viegas (2004) encontra “algumas implicações democráticas com significado. As relações com o poder de Estado processam-se num quadro de apoios financeiros, obtidos, na generalidade dos casos, em negociações reservadas” (p. 43) e as áreas da solidariedade social, da saúde e do ensino “desempenham funções sociais de relevância, nomeadamente de implementação de políticas públicas” (p. 43). Desta forma, o autor considera que têm vindo a conquistar-se benefícios no que concerne à integração social e à performance governativa.

Por outro lado, no que diz respeito às associações com menos percentagem de envolvimento e participação activa, de onde se destacam as associações de consumidores ou de defesa de direitos de cidadania e valores sociais, embora permitam a aquisição de diversas competências e contribuam bastante para a democracia e para o debate na esfera pública, o seu impacto em Portugal é bastante reduzido dado o número de pessoas que nelas se encontram envolvidas.

Fazendo a comparação com os restantes países envolvidos no estudo, tendo em conta o indicador «envolvimento dos indivíduos nas associações», Viegas (2004) verifica que:

- em Portugal a contribuição das associações para o processo deliberativo democrático é mais fraca;
- a representação de interesses e identidades tem menor expressão;

- “Os efeitos democráticos mais fortes do associativismo em Portugal . . . manifestam-se na integração social, cooperação e solidariedade social, que derivam do envolvimento mais significativo nas «associações de solidariedade social e religiosas» e nas «desportivas, culturais e recreativas»” (p. 46).

No que respeita aos modelos organizacionais das associações em Portugal, Lima e Afonso (2006) identificam três modelos predominantes: produção cultural e socioeducativa; empresarial ou de consumo; tipo burocrático. No que respeita a cada um dos modelos, o de produção cultural e socioeducativa caracteriza-se pela promoção de aprendizagens individuais e colectivas através de projectos e acções educativas, de onde fazem parte integrante o diálogo, a deliberação democrática, a solidariedade e a autonomia. O modelo empresarial ou de consumo caracteriza-se pela competitividade e pelo facto de ser vocacionado para o chamado «mercado de aprendizagem» e de prestação de serviços. O modelo de tipo burocrático caracteriza-se pela “lógica da prestação de serviços públicos de acordo com as prioridades e as regras definidas pelas políticas a nível central e executado perifericamente através das associações, na sequência do estabelecimento de parcerias ou de contrato” (Lima & Afonso, 2006, p. 226). Os autores referem, no entanto, que existem modelos organizacionais muito diversos e admitem possíveis combinações, destacando ainda que nestes modelos se podem cada vez mais encontrar aspectos que se vão complexificando, como sejam o tipo de vínculo, inscrições, estatutos e designações de membros.

Lima e Afonso (2006) referem mesmo que a

tradicional condição de *associado*, ou *sócio*, de cujo seio saíam os diversos corpos sociais e *dirigentes*, anda se verifica em muitos casos, porém já concorrendo com situações consideravelmente distintas e, não raras vezes, de acentuado hibridismo. Em certos casos os *associados* perderam relevância em relação aos *utentes* ou *beneficiários* . . . ou perante os *clientes* . . . ou ainda face aos *alunos* ou *formandos* . . . Os antigos *militantes* parecem agora mais raros, tal como a centralidade dos *animadores voluntários*, não remunerados, em parte substituídos por animadores profissionais e por técnicos de diverso tipo. (p. 226)

Os autores destacam ainda as mudanças ocorridas no estatuto dos dirigentes, no que se refere ao reforço dos seus poderes e à sua remuneração, bem como na contratação de técnicos remunerados, o que mostra a exigência das novas tarefas associativas, que exigem cada vez mais saberes especializados e implicam uma gestão cada vez mais profissional.

1.5 A educação popular como forma de intervenção comunitária

Mas, falar de associativismo e da busca de interesses comuns que visam melhorar a qualidade de vida das comunidades, é também falar de educação popular. De acordo com Martínez (1997) a educação popular deve ser entendida como uma forma de promoção humana, que unida ao desenvolvimento local, incide sobre os sectores populares de uma população de forma a que eles sejam, simultaneamente, os gestores e os beneficiários directos dessa mesma educação. A educação popular constitui-se assim como uma cultura alternativa que descobre e dá valor à vida pessoal e social através de princípios activos de relação, organização e convivência humana, que toca questões educativas, mas também económicas, políticas e culturais, que tornam possível enraizar a acção educativa numa comunidade, com vista à procura de soluções alternativas para os seus problemas, tanto pessoais como colectivos (Martínez, 1997). Lucio-Villegas (2005), citando Mañillo, refere que a educação popular utiliza os tempos de lazer para suscitar, promover e difundir ideias, hábitos e modelos de acusação, estimulação e acção que impulsionem a confiança dos grupos mais excluídos da sociedade, fomentando a sua participação e integração. Assim, pretende, através do acto educativo, dotar as classes populares de ferramentas que lhes permitam ter a capacidade de acompanhar as exigências da sociedade em que vivem. Para Lucio-Villegas (2005) a educação popular deve ser vista ainda como uma proposta educativa libertadora, porque supera as diferenças entre educando e educador ao permitir que os participantes sejam activos no seu próprio processo de aprendizagem.

Por outro lado, falar de educação popular é também falar da acção-reflexão de que nos falava Paulo Freire (2003), quando referia que a

existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é *pronunciar* o mundo, é modificá-lo. O mundo *pronunciado*, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos *pronunciantes*, a exigir deles novo pronunciar. (p. 78)

Por isso, Paulo Freire (2003) dizia também que “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na acção-reflexão” (p. 78). É então neste sentido, que a educação popular ajuda os indivíduos a compreender que as suas necessidades poderão ser satisfeitas à “medida que o grupo se tornar mais coeso, mais solidário e mais reflexivo” (Amâncio, C. & Amâncio, R., 2007, p. 2), fazendo-os trilhar caminhos possíveis, onde “começam a dimensionar suas próprias potencialidades e limites” (p. 2). O grupo, por sua vez,

de acordo com Cristhiane Amâncio e Robson Amâncio (2007), permitirá aos indivíduos reunir e reflectir “coletivamente sobre seus problemas e suas histórias individuais permitindo que sejam tomadas decisões coletivas” (p. 2), com base numa relação de horizontalidade entre todos os membros, onde a oralidade é utilizada como principal instrumento de expressão. Esta importância da oralidade, por sua vez, levará a que perante o momento de exposição o indivíduo realize um exercício de memória e de tomada de posição, que leva ao “empoderamento de ambos os envolvidos no processo de comunicação, o narrador e o expectador” (p. 2).

Mas Cristhiane Amâncio e Robson Amâncio (2007) referem ainda que partindo deste modelo de pensamento, utilizado por inúmeras organizações associativas, a educação popular irá problematizar a acção dialógica “como a prática do diálogo que mantém vivo a dialeticidade entre acção e reflexão” (p. 3), porque é no exercício da linguagem que os indivíduos se tornam “sujeitos históricos com capacidade de construir intersubjetivamente uma sociedade em comunhão de objetivos” (p. 3), onde a acção transformadora sobre a realidade ocorre, fruto de uma criatividade constante que leva a um inventar/reinventar, também ele constante.

Por outro lado, a educação popular, expressa-se através da educação comunitária, a qual se preocupa, de acordo com Gadotti (1993), “especificamente, mas não exclusivamente, com os sectores excluídos da sociedade . . . na busca de melhoria da *qualidade de vida*” (p. 11), podendo actuar em diversos contextos (escolas, organizações económicas, microempresas, cooperativas, movimentos populares e sociais, etc.), uma vez que nela “associa o *produtivo*, o *organizativo* e o *educativo*” (p. 13). Assim, ela “se fundamenta no reconhecimento da diversidade cultural, na economia popular, na multiculturalidade, no desenvolvimento da autonomia de pessoas, grupos e instituições e na promoção da cidadania” (Gadotti & Gutiérrez, 1993, p. 8), significando também compreender que não se pode ser cidadão do mundo, sem antes ser cidadão de um local bem determinado, ou seja, participante activo no processo educativo. De acordo com Gutiérrez (1993)

a participação educa, porquanto propicia níveis cada vez mais elevados de consciência e organicidade. Na medida em que se produz essa participação consciente e orgânica do grupo comunitário, dar-se-ão acções concretas de transformação social, e, dessa maneira, consegue-se influir, direta ou indiretamente, na transformação da realidade. (p. 27)

As acções que visam promover a transformação social, por sua vez, devem assentar na utopia social que antecipa a existência de uma sociedade melhor, pois é esta visão utópica da realidade que “é em consequência, o referente obrigatório que motiva e alimenta o agir orgânico do grupo comunitário” (Gutiérrez, 1993, p. 31).

1.6 A animação comunitária, uma forma de agir

Para promover a educação comunitária e, por sua vez, a própria educação popular, pode recorrer-se também à animação comunitária, a qual se apresenta como um conjunto de métodos e técnicas específicos que visam a transformação social e o desenvolvimento através da participação, sendo que apresenta um sentido prospectivo que orienta as acções a desenvolver (Basto & Neves, 1995), “com vista à construção do projecto individual e comunitário, contínuo e a longo prazo (compreensão do passado, trabalhar o presente para construir o futuro)” (Correia, 2008, p. 10).

A AC [Animação Comunitária] aparece, pois, como uma forma de educação não-formal, aberta, centrada nos interesses e necessidades das comunidades. Encarada como acção eminentemente pedagógica visa despertar a razão que mora em cada ser humano, a tomada de consciência de si, das suas potencialidades, das condições necessárias à actualização dessas mesmas potencialidades e dos mecanismos que impedem e facilitam essa realização. (Basto & Neves, 1995, p. 8)

Partindo destes pressupostos, a animação comunitária “respeita os participantes das acções, os seus ritmos, os seus saberes práticos, os seus conhecimentos, tendo em conta que cada pessoa só pode realizar o seu ser em liberdade, sem pressas, sem modelos impostos” (Basto & Neves, 1995, p. 8), e desenvolve neles a capacidade de se transformarem em agentes de mudança, provendo o *empowerment* comunitário (Correia, 2008). Correia (2008) diz mesmo que esta é considerada uma das características fundamentais da animação comunitária e que a distingue de outras metodologias de intervenção, uma vez que permite aos participantes ter o controlo do “seu projecto de vida, pela igualdade nas relações de poder, pois são todos parceiros” (p. 9).

Desta forma, a “animação comunitária pode ser posta em prática em qualquer espaço da comunidade, pela realização de actividades em várias áreas” (Correia, 2008, p. 16), como a educação e formação, o desporto, a cultura, o recreativo e o social. Em contexto associativo, a animação comunitária pode ser um forte aliado à construção de uma *cultura comunitária*, uma vez que intervém na sua estruturação e organização, o torna activo e empreendedor, incentivando a comunidade a assumir em “mãos as tarefas do seu próprio desenvolvimento” (Reis & Mesquita, 1995, p. 26).

Em síntese, a animação comunitária, em todos os contextos onde actua deve (Quadro 1):

Evoluir as mentalidades, comportamentos e atitudes de forma progressiva e duradoura		Ter uma perspectiva de desenvolvimento pessoal e comunitário integrado
Ser um projecto realista e exequível	A Animação Comunitária deve:	Ser a ponte entre o formal e o não formal
Promover redes de comunicação relacional e parcerias a 3 níveis: internas/internas - horizontais (locais) e internas/externas e externas/externas - verticais (descentralizadas)		Articular o lúdico e o pedagógico
		Incrementar a participação activa voluntária da comunidade e da equipa
		Potenciar a aprendizagem permanente, competências e recursos
		Centrar-se na solidariedade, cooperação, motivação e consciencização
Ser flexível e provocadora, aproveitando todas as ocasiões informais para educar	Ser portadora de abertura	
Ser um meio facilitador de resolução de conflitos		

Quadro 1: O que deve ser a Animação Comunitária
(Fonte: Correia, 2008)

1.7 Comunidade e identidade, conceitos chave da prática associativa

Na sequência dos conceitos abordados e porque, no seu conjunto, Associativismo, Educação Popular e Animação Comunitária, remetem obrigatoriamente para um trabalho que é feito no seio de uma comunidade, importa ainda reflectir sobre as mudanças ocorridas na sociedade em geral, no que se refere a princípios e valores antes assumidos como perenes. Assim, tendo em conta que as mudanças têm sido muitas ao longo dos tempos, nomeadamente no que se refere também aos conceitos de comunidade e de identidade, propomo-nos agora reflectir sobre eles.

Vilaça (1993) diz-nos que a

ausência de um conjunto de valores comumente aceite e o aparecimento, em seu lugar, de uma cultura pluralista com sistemas de valores concorrentes – o que em parte se deve à existência de múltiplos agentes de socialização também em concorrência – conduziu à dissolução das comunidades tradicionais de carácter abrangente e totalizante e à crise das relações sociais. (p. 52)

A autora defende mesmo que tais mudanças têm contribuído para o processo de individualização vivido na actual sociedade, que associado aos processos de industrialização e

desenvolvimento do capitalismo, tem vindo a acentuar cada vez mais o individualismo dos indivíduos, o isolamento e a distanciação do meio social, onde até o Estado se demite da sua função como elemento unificador. Ribeiro (2004), citando Alain Touraine, diz-nos mesmo que

diante do enfraquecimento das instituições tradicionais como a família, a língua, a educação e a memória, assim como das normas sociais e da vida política, vive-se uma situação limite de dessocialização, de fragmentação da identidade cujos resultados são o fim do sujeito e da sua incapacidade de reagir à hegemonia crescente das grandes estruturas financeiras, tecnológicas e mediáticas globais. . . . O Estado, por sua vez, já não tem domínio político sobre as interferências da globalização, nem sobre a perda de identidade dos indivíduos. Perdeu a capacidade de integrar, de regular e de conduzir um projecto democrático de vida social. (p. 72)

Assim, são evidências deste fenómeno a desvinculação dos partidos por parte dos indivíduos e a associação a instituições que se ligam mais ao tratamento de assuntos da vida quotidiana (Vilaça, 1993).

Hespana (2002) diz mesmo que

as instituições integram cada vez mais os indivíduos apenas em aspectos parciais e efémeros das suas vidas, eles são [assim] forçados a agir por sua conta e risco e a tomar em mãos a defesa dos seus interesses para evitar que as suas vidas sejam despedaçadas. Agir, nessas circunstâncias, implica tornarem-se activos, inventivos e mobilizarem recursos. Essa atitude gera também uma mudança essencial: os indivíduos passam a considerar-se produtores activos das suas vidas e não meros reflexos passivos das circunstâncias que os envolvem. (p. 25)

Desta forma, Hespana (2002) defende que este individualismo é uma ameaça para as solidariedades sociais, desaparecendo desta forma as velhas solidariedades horizontais entre os indivíduos, bem como para a acção política, pois conduz a uma despolitização da mesma, marcada pelo “reduzido número de actores colectivos politicamente activos e reduzida também a sua homogeneidade interna” (p. 27).

Por outro lado, esta crescente individualização do indivíduo leva-o também a uma crescente procura de identidade. Vilaça (1993) refere mesmo que perante “a ausência de um ideal dá-se o retorno do indivíduo para si mesmo, a procura da sua imagem” (p. 55), verificando-se dificuldades na definição de uma identidade, tanto pessoal como espacial (no que se

refere à identidade de um território). Assiste-se também à valorização da permanência e enraizamento espaciais, porque estes favorecem o desenvolvimento das solidariedades características das redes de vizinhança e a construção de mecanismos que permitem a aquisição de algum prestígio local, elementos estes que contribuem para a produção de identidades e solidariedades. A criação de associações, poderá assim ser vista como uma forma dos grupos lutarem e afirmarem a sua identidade, estabelecendo até os limites do seu território, que podem ser geográficos ou outros, pois são um meio legal que facilita atingir os objectivos comuns. A própria dinâmica associativa que depois se gera, ela própria, poderá traduzir uma procura de maior participação por parte de alguns grupos, que é também reflexo da procura de uma identidade, e que se reflecte na criação de novas formas de sociabilidade (Vilaça, 1993).

Neste sentido, importa também introduzir o conceito de comunidade. Na actualidade, este conceito tem vindo a ser aplicado em diferentes perspectivas e sem rigor conceptual, pelo que em sido usado como sinónimo de sociedade, organização social, grupos sociais, sistema social, agrupamentos sociais e geográficos ou segmentos sociais (Peruzzo, 2002). Peruzzo (2002) admite que as mudanças vividas na sociedade têm, de alguma forma, contribuído para a construção de novas formas de organização social e de sociabilidades, pelo que é necessário visitar e repensar o conceito de comunidade.

Partindo de autores clássicos como Gavazzo e Ander-Egg, Fragoso (2005) identifica dois elementos em comum nas definições de comunidade, que são: a comunidade como área geográfica que se pode delimitar e a existência de uma unidade social com algumas características comuns. Ware (citado em Fragoso, 2005) define a comunidade como sendo “também um agrupamento de pessoas relacionadas entre si, que contam com recursos físicos e outros próprios da relação social que estabeleceram” (p. 25), pelo que implica uma “totalidade orgânica em permanente evolução e o objectivo comum a todos os indivíduos” (p. 25), que poderá passar pelo bem-estar comunitário e a melhoria social.

Peruzzo (2002), por sua vez, defende que existem características que na actualidade deixaram de fazer sentido, exemplificando que “a noção de territorialidade, enquanto uma das características centrais de comunidade, passa a não ter mais um valor universal” (p. 2). A autora defende que “falar em comunidade significa falar de fortes laços, de reciprocidades, de sentido colectivo dos relacionamentos” (p. 2), pelo que partindo da análise de vários autores clássicos defende também que existem uma série de características atribuídas às comunidades tradicionais que continuam a fazer sentido, mas que outras necessitam de ser tidas também em conta. Assim, na sua opinião, “uma comunidade nos dias de hoje, e de uma maneira global,

caracteriza-se por uma série de características, nem todas encontradas simultaneamente em toda e qualquer comunidade” (Peruzzo, 2002, p. 11), destacando as seguintes:

- participação, existindo uma participação directa e activa na vida da comunidade, podendo nela incluir-se a partilha do poder de decisão;
- sentimento de pertença, no qual o indivíduo se sente membro da comunidade e contribui para a coesão interna da mesma;
- carácter cooperativo e de compromisso, para com os restantes indivíduos, bem como confiança, aceitação de princípios e regras comuns;
- identidade, fruto das condições de existência em comum;
- reconhecer-se como comunidade, no seu conjunto;
- ter alguns objectivos e interesses comuns, principalmente os que constituem a razão de ser da comunidade;
- partilhar, nalguns casos, objectivos voltados para o bem-estar social e para o desenvolvimento da cidadania;
- interacção, motivada pela comunicação e troca entre os membros;
- com ou sem um espaço territorial específico, enquadrando-se neste âmbito as chamadas comunidades virtuais;
- possuidora de uma linguagem comum a todos os seus elementos.

Bauman (2001), por sua vez, fala-nos sobre o significado da palavra comunidade. Para este autor, a palavra comunidade, há semelhança de outras, guarda em si sensações, sugerindo algo que é bom, que é positivo. Assim, falar em comunidade será falar num lugar confortável e aconchegante, onde nos sentimos protegidos e seguros. Este autor caracteriza assim a comunidade como um local onde todas as pessoas se entendem e se conhecem, onde se discute amigavelmente com vista ao melhoramento da vida em comum, onde se pode contar com a boa vontade de todos, havendo sempre alguém pronto a «dar a mão». No entanto, considera este tipo de comunidade uma utopia, um «paraíso perdido», pois considera que viver em comunidade implica perder liberdade e isso é uma coisa de que as pessoas não querem abdicar. Tendo em conta as sensações despertadas pela palavra, é-nos difícil considerar a comunidade como algo tão difícil de atingir, embora se reconheçam dificuldades na vivência da plena comunidade. Talvez por isso, Ribeiro (2004) lembra-nos que “Viver comunitariamente significa partilhar a resistência à fragmentação da personalidade, mobilizar-se tecnológica e economicamente para realizar uma vida ancorada na identidade de experiências coerentemente vividas” (p. 73), implicando darmos sempre algo nosso para que seja possível vivermos juntos uma mesma realidade.

Ainda no que se refere ao conceito de comunidade, parece-os interessante falar também no sentimento de comunidade. Elvas e Moniz (2010) consideram ser cada vez mais frequente “observar comunidades cada vez mais coesas e organizadas para a resolução dos seus próprios problemas” (p. 451), sendo da opinião que essa mobilização e envolvimento contribuem para o aumento do sentimento de comunidade e até de identidade local. De acordo com as autoras, o sentimento de comunidade “é um conceito sócio-psicológico que dá ênfase à experiência da comunidade, ou seja, percepção e compreende atitudes e sentimentos de uma comunidade, bem como, o relacionamento e interações entre pessoas desse mesmo contexto” (p. 452). Assim, este sentimento de comunidade vai para além do individualismo e “mantém-se na interdependência do relacionamento com os outros e nas expectativas que temos deles” (p. 452), baseando-se em quatro elementos essenciais: *fazer parte de, influência, integração e satisfação das necessidades e partilha de ligações emocionais*. Estes quatro elementos correspondem assim ao sentimento de pertença partilhado pelos membros, sentimento que os membros veiculam para outro membro e para o grupo e a crença de que as necessidades dos membros são alcançadas através de um compromisso de união (Elvas & Moniz, 2010). Desta forma, um elevado sentimento de comunidade propicia uma maior mobilização das pessoas na resolução dos seus próprios problemas e um maior sentimento de identificação e autoconfiança, que por sua vez, irão facilitar as relações sociais, combater a solidão e o anonimato, melhorar a qualidade de vida e o bem-estar individual, reforçar a colaboração e o voluntariado.

Desta forma, faz sentido dizer que

viver em comunidade é algo que perpassa a história da humanidade. Junto com outros processos de relações sociais mais generalizantes . . . em nível da cidade ou da sociedade, comunidades continuam sendo portadoras de especificidades marcadas pelos laços que as tornam comunidades. (Peruzzo, 2002, p. 12)

1.8 A mudança social como resultado da acção comunitária

As acções realizadas em qualquer comunidade têm sempre como objectivo a implementação de uma mudança. Esta mudança poderá ser mais rápida ou mais lenta, poderá ser mais alargada ou mais restrita, mas nunca deixará de ser uma mudança. De acordo com Agostinho, Cavaco, Domingos, Ribeiro e Fragoso (2010), existem alguns autores que defendem que a mudança é uma característica do desenvolvimento local. Sendo esta mudança de cariz

social, Luque (citado em Agostinho et al., 2010), partindo de características comuns das diversas definições existentes, diz-nos que a mudança social:

- envolve um colectivo ou um sector importante do mesmo, influenciando a vida dos seus membros;

- afecta as estruturas de uma sociedade, produzindo mudanças na sua organização, total ou parcialmente;

- é identificável no tempo e no espaço;

- as noções de mudança e permanência são inseparáveis;

- a mudança social tem de envolver um determinado grau de estabilidade;

- a mudança social altera as relações entre indivíduos.

Neste sentido, e de acordo com os mesmos autores, é imprescindível falar do conceito de transição de Godelier, o qual se reflecte nas sociedades, que enfrentando períodos de transição, sentem dificuldades internas e externas para reproduzir relações económicas e sociais tradicionais. O desenvolvimento local, por sua vez, pode lutar contra os efeitos da forte transição da tradição para a modernização, ou seja, pode ajudar as comunidades a construir pontes dos sistemas normativos tradicionais para os sistemas normativos mais modernos, contribuindo para a criação de soluções de continuidade entre esses dois sistemas. Agostinho et al. (2010) defendem que o desenvolvimento local pode ajudar a reconstruir a identidade cultural, oferecendo um sentido e um significado para as acções comunitárias, mas lembra também que nem todos os modelos de desenvolvimento local podem contribuir para isso. A experiência leva-os a acreditar que existe um certo tipo de desenvolvimento local, profundamente enraizado nos princípios da educação popular, que pode ter um papel importante nesse sentido.

Por outro lado, torna-se interessante reflectir também sobre a endogeneidade dos processos de desenvolvimento local. Fragoso (2004) diz-nos que em “processos de desenvolvimento local que tratam de organizar o progresso global de uma comunidade com a participação dos interessados, as necessidades sentidas pelas populações são o ponto de partida fundamental” (p. 122), por isso, “uma das primeiras tarefas da comunidade consistiria em reconhecer os seus problemas e formular as suas necessidades em vista à acção” (p. 122). Ora, neste sentido, a endogeneidade “implica primariamente a vontade e a capacidade da população para agir como actor central do seu próprio desenvolvimento; o impulso crucial não viria do exterior, mas sim do interior da própria comunidade” (Fragoso, 2004, pp. 12-13).

Assim, tal como Alberto Melo (1998) refere

O DL [Desenvolvimento Local] que nos interessa é aquele conjunto de processos e de iniciativas que leva o cidadão, individualmente e em grupo, a realizar

os seus direitos e deveres de participação social, tomando parte activa na construção do presente e do futuro da comunidade onde vive e trabalha. (p. 6)

Sendo o desenvolvimento local um processo específico e com características próprias, importa reter aqui que não se pode aplicar o seu conceito a uma qualquer acção comunitária. No entanto, reflectir sobre ele no âmbito da mudança social, faz-nos pensar, em primeiro lugar, que nenhuma acção colectiva tem início se não tiver como objectivo promover uma determinada mudança que vise, acima de tudo, a melhoria da qualidade de vida dos membros dessa comunidade. Por outro lado, esse processo de mudança só fará sentido se for iniciado no seio da comunidade, motivado pela sua própria força e partindo das necessidades sentidas, e se por ela for controlado, sendo acompanhado por um processo de reflexividade constante, onde a acção e os resultados da mesma são continuamente avaliados e dão lugar a processos de aprendizagem. Por último, nenhum processo colectivo fará sentido se não privilegiar e motivar a participação activa dos membros da comunidade, fazendo-os assumir o seu papel enquanto cidadãos comprometidos com o meio onde habitam.

CAPÍTULO 2
METODOLOGIA

2.1 Investigação Qualitativa

Querer investigar é querer descobrir o mundo que nos rodeia. Querer investigar a temática do associativismo através de uma experiência associativa real, é querer descobrir mais sobre um fenómeno concreto, localizável no tempo e no espaço, por isso, é importante começar partindo do pressuposto “de que muito pouco se sabe acerca das pessoas e ambientes que irão constituir o objecto de estudo” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 83). Para melhor descobrir essa realidade, importa ainda escolher a que forma como se pretende olhar e analisar a realidade.

Para estudar a realidade do Grupo Popular das Portelas, optou-se por realizar uma investigação qualitativa, porque esta se caracteriza por ser indutiva, holística, naturalista, descritiva e humanista, na medida em que se compreendem os fenómenos a partir de padrões oriundos da recolha de dados, tendo em conta a realidade global e o contexto natural dos fenómenos, usando diversas fontes de dados para descrever rigorosamente os mesmos e reconhecendo os sujeitos como pessoas, as quais se tentam conhecer, compreender e acompanhar nas experiências do dia-a-dia (Carmo & Ferreira, 1998). Desta forma, a investigação qualitativa consiste em descrições detalhadas de situações, acontecimentos, pessoas, interacções e comportamentos observáveis (Pérez Serrano, 1998a), que exigem “que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 49) que permita compreender melhor o objecto de estudo escolhido, assumindo a palavra escrita “particular importância...tanto para o registo dos dados como para a disseminação dos resultados” (p. 49).

É assim com base nos pressupostos enumerados que o trabalho aqui apresentado se sustenta. Como tal, partimos para o terreno com algumas ideias base sobre o fenómeno a estudar, mas completamente disponíveis para absorver todas as informações a que conseguíssemos ter acesso, através dos instrumentos de recolha de dados que escolhemos. Recorremos assim ao contexto do Grupo Popular das Portelas, e principalmente aos seus sócios, para recolher dados sobre o mesmo. Os indivíduos, entendidos como sujeitos de estudo, foram observados, reflectindo-se sobre as suas afirmações, comportamentos e interacções, tendo em conta o contexto e as situações em causa, nunca esquecendo que eram acima de tudo pessoas.

Para melhor orientar o tipo de investigação escolhida, a qualitativa, urge ainda esclarecer quanto ao modo como se pretende entender a realidade a ser investigada, ou seja, escolher a perspectiva teórica a adoptar. Fala-se assim da escolha do paradigma, conceito definido pelo historiador Thomas Kuhn como sendo um conjunto de crenças, valores e técnicas partilhadas

pelos membros de uma dada comunidade científica, que nos permitem optar por um modelo para o «que» e para o «como» investigar num dado contexto histórico/social (Coutinho, 2011).

Neste sentido, Coutinho (2011) defende que o paradigma cumpre essencialmente duas funções:

unificar e legitimar a investigação tanto nos aspectos conceptuais como nos aspectos metodológicos, servindo de identificação do investigador no que se relaciona com a partilha de um corpo específico de conhecimentos e de atitudes face à delimitação de problemas, ao processo de recolha de dados e à sua interpretação. (p. 10)

No contexto da investigação em questão, a abordagem fenomenológica, sendo indutiva, estruturalista, subjectiva e orientada para o processo realizado, pareceu-nos ser a mais indicada a utilizar, uma vez que pretende, acima de tudo, compreender os sujeitos tendo em conta os seus próprios pontos de vista, ou seja, pretende compreender como e qual o significado que os sujeitos constroem para os acontecimentos que ocorrem na sua vida quotidiana, e dar valor às experiências subjectivas dos mesmos, produzindo conhecimento (Pérez Serrano, 1998a).

Assim, de entre os três grandes paradigmas existentes, positivista, interpretativo e sociocrítico (Coutinho, 2011; Pérez Serrano, 1998a), pode-se caracterizar o paradigma escolhido como interpretativo, porque seguindo a abordagem fenomenológica, é necessário interpretar o significado das pessoas, das situações e/ou dos acontecimentos, uma vez que eles não são dotados de significado próprio (Bogdan & Biklen, 1994). Bogdan e Biklen salientam ainda, que a interpretação não é um «acto autónomo», porque nós interpretamos com o auxílio dos outros, mesmo não o fazendo deliberadamente, porque os significados só se constroem na interacção. Desta forma, as características e pressupostos da abordagem fenomenológica são: a teoria é entendida enquanto reflexão na e desde a prática, procurando padrões de intercâmbio; tenta compreender a realidade, vendo o conhecimento como produto da actividade humana; descreve o contexto em que ocorrem os fenómenos, garantindo a máxima intersubjectividade na captação da realidade, através de uma recolha sistemática de dados; vê a realidade como sendo holística, global, multifacetada e dinâmica; vê o indivíduo como sujeito interactivo e comunicativo, que partilha significados (Pérez Serrano, 1998a). Por isso, durante o período de investigação, “investigador e investigado interagem e cada um por si molda e interpreta os comportamentos de acordo com os seus esquemas sócio-culturais, num processo de dupla busca de sentido a que se costuma chamar «dupla hermenêutica»” (Coutinho, 2011,

p. 17), onde ambos são «intérpretes» e «construtores de sentidos». Desta forma, Léon Bernier (citado em Lessard-Hébert, Goyette e Boutin, 2010) defende que a melhor forma de conhecermos as realidades humanas e as práticas sociais é por meio das interpretações que os próprios seres humanos realizam, pelo que o ideal seria “partir dos saberes do senso comum que todos os indivíduos possuem relativamente à sua própria realidade, à sua própria história e ao seu próprio local de inserção no campo social” (p. 46). Assim, fala-se também de uma «dupla hermenêutica em acção», porque indica interpretar interpretações de alguém que é também intérprete, sendo que desta forma as interpretações são circulares, porque a “interpretação da parte depende da do todo, mas o todo depende das partes” (Coutinho, 2011, p. 17), pelo que estamos perante o círculo hermenêutico da interpretação, onde a construção do conhecimento é gerada como um processo circular, interactivo e em espiral, não linear e cumulativo.

No entanto, no que se refere à comparação do paradigma interpretativo, nomeadamente com o paradigma positivista, sobressaem as questões ligadas à objectividade e validade do conhecimento obtido, algo que importa também esclarecer. No que se refere à objectividade, esta não é possível de obter, pois o conhecimento produzido no âmbito das investigações qualitativas é por natureza subjectivo, porque depende da interpretação realizada, mas por outro lado, a sua validade não pode ser posta em causa,

na medida em que, o ter consciência da influência da «tradição» na sua interpretação, faz com que o investigador tenha uma maior abertura de espírito no momento de interpretar. Estar consciente dos seus preconceitos – o seu «horizonte» . . . – torna o investigador mais lúcido e o conhecimento que daí resulta ser, necessariamente, mais objectivo. (Coutinho, 2011, pp. 17-18)

A investigação é assim, “como que uma «fusão de horizontes, já que, consciente das suas ideias pré-concebidas – o seu «horizonte» –, o investigador busca incessantemente o conhecimento abrindo a «sua» a outras perspectivas (outros horizontes) que com ele se fundem, completam e expandem.

Desta forma, ao longo de todo o período em que se desenvolveu a investigação aqui apresentada, fez-se os possíveis por interpretar tudo o que através dos nossos sentidos despertou interesse, tendo-se procurando compreender os sujeitos tendo em conta os seus pontos de vista, procurando compreender os significados que construíram nas diversas situações observadas, procurando sempre valorizar as suas experiências. Sempre que possível, procurou-se reflectir em conjunto, interpretando com os sujeitos o significado atribuído à sua vivência associativa e à sua própria pessoa. A aplicação das diferentes técnicas de recolha de informação permitiu ainda realizar uma recolha constante de informações e uma descrição do contex-

to e fenómeno em questão. Antes de iniciarmos a investigação, procurámos reflectir ainda sobre algumas ideias pré-concebidas, de alguma forma negativas, que tínhamos relativamente ao associativismo, como sejam o facto de as associações terem cada vez menos associados, estarem fechadas para si próprias, dependentes dos seus dirigentes para serem activas e viverem cada vez mais para a obtenção de recursos financeiros e reconhecimento público, fugindo ao verdadeiro espírito associativo, o que nos permitiu assumir outra postura perante as situações observadas e os dados recolhidos.

2.2 Estudo de Caso

Para realizar a investigação em questão, escolheu-se como método de investigação o estudo de caso. Este é definido por Yin (2001) como uma forma particular de investigação empírica, que estuda fenómenos actuais, no seu contexto, através de diversas fontes de dados (documentos, registos em arquivo, entrevistas, observação directa, observação participante e artefactos físicos) e constitui a melhor estratégia para responder às questões «como» e «porquê» sobre um objecto de estudo. Stake (1998) acrescenta que o objectivo do estudo de caso deve ser a particularização, pois toma-se um caso particular e deve procurar-se conhecê-lo bem, compreendendo-o e destacando-se a sua unicidade.

Yin (2001) lembra também que ao se iniciar um estudo de caso é necessário ter em conta três aspectos: a capacidade de lidar com a diversidade de evidências; a habilidade de articular as questões de investigação e as proposições teóricas; a capacidade de produzir um plano de investigação (Yin, 1997). Cohen e Manion (1990) lembram ainda que o investigador de um estudo de caso observa as características de uma unidade, procurando analisar profundamente e intensamente o fenómeno que constitui essa unidade, utilizando uma diversa gama de técnicas para recolher e analisar os dados, podendo estes ser de natureza tanto qualitativa como quantitativa. Também Coutinho (2011) defende que o estudo de caso se caracteriza em primeiro lugar por “se tratar de um plano de investigação que envolve o estudo intensivo e detalhado de uma entidade bem definida: o «caso»” (p. 293), chamando a atenção para o facto de existirem uma diversidade de categorias de «caso» que podem ser estudados no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, como sejam “indivíduos; atributos de indivíduos; acções e interacções; actos de comportamento; ambientes, incidentes e acontecimentos; e ainda colectividades” (p. 293).

Na nossa investigação, o caso é assim o Grupo Popular das Portelas na sua totalidade, sendo que se teve em conta a associação em si, as pessoas que dela fazem parte, as actividades

dinamizadas, bem como os comportamentos e interacções observados, recorrendo a um conjunto de técnicas de recolha de informação, as quais serão explicadas no ponto 2.4 deste capítulo.

Coutinho (2011) defende que o Estudo de Caso é “um dos referenciais metodológicos com maiores potencialidades para o estudo da diversidade de problemáticas que se colocam ao cientista social” (p. 293), referindo, no entanto, que esta metodologia de investigação não é fácil de realizar. Lessard-Hébert et al. (2010) referem mesmo que o estudo de caso, comparativamente com outros métodos de investigação, é:

“- o menos construído, portanto mais real;

- o menos limitado, portanto o mais aberto;

- o menos manipulável, portanto o menos controlado” (p. 169), pelo que o investigador terá de estar pessoalmente implicado, abordando o seu campo de investigação a partir do seu interior, assumindo uma participação activa na vida dos sujeitos observados e uma análise em profundidade de tipo introspectivo. Foi o que procurámos fazer, na medida em que participámos activamente nas actividades da associação, comprometendo-nos e envolvendo-nos no que se estava a passar, interagindo com os sócios e participantes presentes, mas encontrando, sempre que possível, momentos para reflectir e analisar as informações recolhidas, não perdendo de vista o objectivo que nos levou até lá.

Na opinião de Carmo e Ferreira (1998) o estudo de caso caracteriza-se por ser um método particular, descritivo, heurístico, indutivo e holístico, porque se centra numa determinada situação, acontecimento ou fenómeno, descreve-o de uma forma detalhada e rica, leva à sua compreensão, usa o raciocínio indutivo e tem em conta a realidade global onde o mesmo se insere. Hitchcock e Hughes (1995) acrescentam ainda que o estudo de caso: produz uma narrativa cronológica; produz um debate interno entre descrição e análise dos acontecimentos; permite apresentar o caso para que seja possível captar a riqueza da situação. Os mesmos autores referem também, à semelhança de Lessard-Hébert et al. (2010), que o estudo de caso implica um envolvimento integral do investigador no caso a ser estudado.

De acordo com vários autores, o estudo de caso, ao ser construído, pode seguir diferentes propósitos. Yin (2001) diz-nos que o estudo de caso pode ser conduzido por um propósito exploratório, descritivo ou explanatório. Já Merriam (citado em Pérez Serrano, 1998a) identifica outros três propósitos: descritivo, interpretativo ou avaliativo. Stake (1994) por sua vez, enumera outros três propósitos: intrínseco, instrumental e colectivo. Sendo nossa intenção caracterizar o Grupo Popular das Portelas e conhecer aprofundadamente a sua actividade e influência na comunidade onde está sedado, guiámo-nos pelo propósito descritivo de Yin

(2001) e de Merriam (citado em Pérez Serrano, 1998a), pois recolheram-se uma série de dados com vista à descrição do fenómeno em questão, sem pretendermos generalizar as conclusões obtidas ou formular hipóteses. Já no que se refere às tipologias de Stake, o nosso caso guia-se pelo propósito intrínseco na medida em que se procurou uma melhor compreensão da realidade do Grupo Popular das Portelas apenas pelo interesse despertado por aquela associação em particular, não havendo qualquer pretensão de compará-la com outra ou mesmo aperfeiçoar pressupostos teóricos já existentes.

Carmo e Ferreira (1998) lembram também a necessidade de assegurar a validade do Estudo de Caso, uma vez que deve haver correspondência entre os resultados e a realidade, ou seja, os resultados devem traduzir a realidade estudada. Lessard-Hébert et al. (2010) defende que a “*validade* levanta o problema de saber se o investigador «observa realmente aquilo que pensa estar a observar», isto é, se os dados . . . obtidos possuem valor de representação e se os fenómenos estão correctamente denominados”(p. 68).

Em termos de validade, poder-se-á falar de assegurar a validade interna e/ou externa. Assim sendo, no âmbito da investigação realizada, procurou-se garantir apenas a validade interna, porque não é nossa intenção vir a generalizar os resultados obtidos. De forma a garantir esta validade, procurou-se seguir as recomendações de Lessard-Hébert et al. (2010), na medida em que utilizámos a observação participante, com bastante frequência, tendo-a combinado com a aplicação de inquéritos por entrevista, tendo-se desta forma garantido aquilo a que os autores referem de «interacção pessoal a longo termo» entre o investigador e os indivíduos observados, no contexto do Grupo Popular das Portelas.

Lessard-Hébert et al. (2010), citando Kirk e Miler, dizem mesmo que

Não existe outro procedimento para assegurar este tipo de validação senão uma interacção pessoal continuada. Não podemos estar absolutamente certos de que compreendemos todos os aspectos culturais inerentes a uma dada situação, mas o facto de ter em campo um investigador aberto e inteligente, possuidor de um bom quadro teórico e de um bom relacionamento, durante um longo período, constitui a melhor verificação da validade dos nossos conhecimentos. (pp. 75-76)

Uma outra forma de garantir a qualidade da investigação, de acordo com vários autores é utilizando a estratégia da triangulação, a qual pode ser feita com várias fontes de dados, diferentes investigadores, teorias e/ou métodos (Reidy & Mercier, 2000; Lessard-Hébert et al., 2010; Carmo e Ferreira, 1998). No nosso caso, procurou-se utilizar a triangulação de investigadores, dado que toda a investigação foi acompanhada por um orientador, e também

partilhada com alguns colegas de mestrado, e a triangulação de várias fontes de dados, dado que foi utilizada mais que uma técnica de recolha de informação, conforme referido anteriormente.

Ao usar o método de Estudo de Caso numa investigação, devem ser tidas ainda em conta as suas vantagens e desvantagens, para que se possa controlar o melhor possível a sua utilização. Pérez Serrano (1998a) destaca as vantagens e desvantagens mais significativas. Em relação às vantagens, a autora destaca a possibilidade de continuar a aprofundar um processo de investigação a partir de um conjunto de dados analisados estatisticamente, ser apropriado para investigações em pequena escala de um fenómeno limitado no tempo, no espaço e em recursos, de ser um método aberto, dando a possibilidade de ser retomado noutros indivíduos e instituições e pelo facto de dar aos participantes a possibilidade de participar nas decisões, e em âmbito de formação de profissionais, proporcionar situações de progresso nas tarefas escolares. Em relação às desvantagens, a mesma autora, destaca a dificuldade em efectuar generalizações dos resultados obtidos, o facto de o investigador estar directamente implicado na recolha e análise dos dados, o carácter confidencial dos dados e o controlo e manipulação dos dados por parte dos grupos interessados. No que se refere a estes últimos aspectos, a confidencialidade e a manipulação, procurou-se diminuir ao máximo estas desvantagens retirando o nome de todos os sujeitos participantes na investigação, não cedendo qualquer tipo de informação recolhida à associação antes de estar devidamente codificada, e procurando reflectir sempre sobre as informações recolhidas na tentativa de não nos deixar influenciar pelas declarações obtidas.

2.3 Trabalho de campo

Para que fosse possível realizar este estudo de caso, foi necessário em primeiro lugar obter acesso ao contexto de investigação. Bogdan e Biklen (1994) caracterizam o trabalho de campo como um local onde os investigadores se encontram “com os sujeitos, passando muito tempo juntos no território destes” (p. 113) e afirmam ainda que à

medida que um investigador vai passando muito tempo com os sujeitos, a relação torna-se menos formal. O objectivo investigador é o de aumentar o nível de vontade dos sujeitos, encorajando-os a falar sobre aquilo de que costumam falar, acabando por lhe fazer confidências. (p. 113)

Os mesmos autores referem ainda que existem diferentes formas de dar início ao trabalho de campo, dando-lhes o nome de investigação dissimulada ou investigação objectiva,

conforme o investigador tente ou não obter consentimento para realizar a investigação a que se propõe.

No caso concreto desta investigação, numa primeira fase houve um contacto com a actual Presidente da Direcção do Grupo Popular das Portelas com vista ao pedido de autorização para entrar no campo de investigação. Para isso, realizou-se uma reunião com a referida presidente e disponibilizou-se um exemplar do projecto de investigação com vista a ser apresentado em reunião da direcção da associação, no qual também marcámos presença. Só após a autorização se deu início ao trabalho de campo, sendo que a investigação pode ser considerada objectiva, pois, de acordo com Bogdan e Biklen (1994), “o investigador explicita os seus interesses e tenta que os sujeitos que vai estudar cooperem consigo” (p. 115). Esta forma de investigação, de acordo também com os autores, permite ao investigador ter liberdade para chegar a todas as pessoas inseridas no contexto investigado, o que ocorreu no decorrer desta investigação.

Será de referir que nos primeiros dias houve, em primeiro lugar, o cuidado de apresentar e dar a conhecer o investigador, tanto por parte do mesmo como da direcção da associação. Desta forma, foi mais fácil começar a contactar com as pessoas que ainda não nos conheciam e criar com elas algum à vontade. Por outro lado, foi nesses primeiros dias que se conheceram ao pormenor as instalações utilizadas, bem como as relações e dinâmicas existentes entre as pessoas presentes. Terá ajudado muito o facto de ter começado a participar nas actividades existentes inicialmente por breves períodos de tempo. Assim, quando houve a necessidade de acompanhar uma actividade do início ao fim, já foi mais fácil sentirmo-nos contextualizadas. A própria atitude enquanto investigador ajudou bastante, pois sempre nos disponibilizados a colaborar nas tarefas necessárias, criando assim empatia com os presentes e, aos poucos, alguma confiança que permitiu depois aceder a um elevado número de informações. No entanto, para que tal fosse possível, houve também a necessidade de reflectir sobre os procedimentos éticos a ter no decurso da investigação, com o objectivo de não interferir em demasia na esfera privada de cada sujeito e de expô-lo no âmbito da investigação, procurando sempre cumprir com as regras de anonimato e confidencialidade. Bogdan e Biklen (1994) lembram que existem duas questões principais no que se refere à ética no âmbito das investigações que implicam estudar pessoas: o consentimento informado e a protecção dos sujeitos contra qualquer espécie de danos. Desta forma, indicam os autores que “os sujeitos aderem voluntariamente aos projectos de investigação, cientes da natureza do estudo e dos perigos e obrigações neles envolvidos; os sujeitos não são expostos a riscos superiores aos ganhos que possam advir” (p. 75). Enumeram ainda os autores que as identidades dos sujeitos devem ser

protegidas, que os sujeitos devem ser tratados respeitosamente e de modo a se obter a sua cooperação, que a negociação para realização do estudo deve ser clara e explícita e, por último, que os resultados devem ser escritos com autenticidade.

Embora nunca se tenha pedido qualquer assinatura com vista ao consentimento informado, toda a investigação foi autorizada em reunião com a direcção do Grupo Popular das Portelas, onde o projecto de investigação foi apresentado e explicado, nenhuma entrevista foi marcada sem haver uma conversa pessoal com as pessoas que se pretendiam inquirir, onde se explicou os objectivos que se pretendiam alcançar, e procurou-se sempre respeitar todos os sujeitos. A dissertação que resulta da investigação realizada, foi também ela escrita de forma a dar a conhecer a verdadeira realidade encontrada, não escondendo ou adulterando qualquer uma das informações recolhidas.

Por outro lado, tendo em conta o envolvimento a que o trabalho de campo pode levar, houve que ter em atenção as recomendações de Bogdan e Biklen (1994), relativamente ao contínuo participante/observador, de forma a que a participação do investigador não resultasse num envolvimento tal que pudesse alterar as suas intenções iniciais. Assim, tentou-se ter o cuidado de estar presente, participar, colaborar, mas manter sempre um papel de pessoa que está, mas não pertence à associação, para que os papéis não se alterassem, bem como as intenções de investigação.

Tal como houve cuidados para dar início ao trabalho de campo, também houve essa preocupação para abandonar o mesmo. Desta forma, seguindo as recomendações de Bogdan e Biklen (1994), fomos aos poucos deixando de participar nas actividades, nos meses de Maio e Junho de 2011, de forma a não deixarmos de marcar presença subitamente, uma vez que durante um ano, a nossa presença foi constante nas actividades da associação. Tivemos ainda o cuidado de informar a Presidente da Direcção que iríamos entrar em fase de reflexão para produção da dissertação, assumindo o compromisso de devolver os resultados obtidos após a conclusão da mesma. Assim, findo este período, pretende-se devolver os resultados obtidos ao Grupo Popular das Portelas. Inicialmente pensou-se que esta devolução poderia ocorrer após a análise dos dados, antes de concluída a dissertação, de forma a perceber se a associação se revia nos resultados obtidos, mas tal não nos foi possível por uma questão de cumprimentos de prazos. Assim, pretende-se realizar a devolução através da participação numa reunião da direcção, com vista à exposição desses resultados e reflexão conjunta. Pretende-se ainda deixar na associação um exemplar da dissertação, para que possa ser lida por todos os sócios interessados e por outros investigadores que possam querer vir a querer desenvolver um trabalho de investigação naquela associação.

2.4 Técnicas de recolha de informação

Após indicação e caracterização do tipo de investigação, do método a utilizar e da forma como nos integramos no campo de investigação, é agora momento de esclarecer relativamente aos instrumentos de recolha de dados a empregar.

2.4.1 *Pesquisa documental e bibliográfica*

A pesquisa documental, segundo Carmo e Ferreira (1998), “visa seleccionar, tratar e interpretar **informação bruta** existente em suportes estáveis (*scripto, áudio, vídeo e informo*) com vista a dela extrair algum sentido” (p. 59). Albarello, Digneffe, Hiernaux, Maroy, Ruquoy e Saint-Georges (1997) complementam a definição de Carmo e Ferreira dizendo que a pesquisa documental se apresenta como um “método de recolha e de verificação de dados: visa o acesso às fontes pertinentes, escritas ou não” (p. 30) e que a pesquisa bibliográfica “se trata de descobrir textos (livros, artigos, documentos) sem omitir uma referência essencial, mas sem se deixar submergir pelo que não tem interesse” (p.32), estando em causa apenas documentos escritos.

Para a investigação em causa, a pesquisa documental e bibliográfica foram essenciais para a recolha de informações sobre o Grupo popular das Portelas, sobre os marcos teóricos a referenciar e sobre a metodologia a utilizar. Como tal, foi necessário ter acesso aos documentos internos da associação, tais como dossiers de sócios, de actividades e de protocolos, livro de actas e regulamentos e estatutos, o que foi facilitado pela actual direcção. Ao nível dos marcos teóricos, foi necessário recorrer a diferentes centros de documentação e motores de busca on-line, bem como adquirir alguns exemplares de livros existentes sobre as temáticas abordadas.

2.4.2 *Observação de cenário*

No nosso dia-a-dia, nas mais diversas situações, observamos objectos, pessoas e comportamentos e por vezes achamos que somos bons observadores da realidade que nos rodeia. No entanto, quando se fala da técnica de observação, temos de ser rigorosos, persistentes e sistemáticos. Em Carmo e Ferreira (1998) encontramos uma possível definição que diz que “observar é seleccionar informação pertinente, através dos órgãos sensoriais e com recurso à teoria e à metodologia científica, a fim de poder descrever, interpretar e agir sobre a realidade em questão” (p. 97), portanto exige também capacidades de sociabilidade, atenção, memória e

interpretação, porque tem por “finalidade a recolha e o registo de todas as componentes da vida social que se apresentam à percepção” (Peretz, 2000, p. 26) do observador.

Na investigação realizada, esta foi a principal técnica de recolha de informação utilizada, porque tendo como objecto de estudo uma associação que dinamizada um grande conjunto de actividades, esta pareceu-nos a melhor forma de conseguir acompanhar a vida da associação, de conhecer as suas características, de interagir com os sócios e participantes e de recolher assim um grande conjunto de informações pertinentes para o estudo a realizar. Foi desde logo decidido que a observação teria de ser feita na grande maioria das actividades existentes, o que implicou conhecer o plano de actividades. Assim, deu-se início à observação em Junho de 2010 e concluiu-se a observação em Junho de 2011, perfazendo um total de 1 ano dedicado a esta técnica de recolha de informação. Assim, foi possível realizar observação nas seguintes actividades da associação:

- 5 de Junho de 2010: Montagem do Mastro;
- 19 de Junho de 2010: Baile;
- 1 de Agosto de 2010: Baile;
- 15 de Agosto de 2010: participação da associação na III Feira de Artesanato da Junta de Freguesia de S. Sebastião;
- 21 de Agosto de 2010: Noite de Fados;
- 25 de Agosto de 2010: Reunião da direcção;
- 9 de Setembro de 2010: Reunião da secção de BTT;
- 12 de Setembro de 2010: 3º Raid de BTT do Grupo Popular das Portelas;
- 26 de Setembro de 2010: 7º Passeio de Cicloturismo do G.P.P.;
- 23 de Outubro de 2010: 8º Exposição de Trabalhos Manuais do Grupo Sénior do G.P.P.;
- 12 de Novembro de 2010: participação da associação na Feira dos Descobrimientos;
- 4 de Dezembro de 2010: participação da associação na Feira de Artesanato;
- 11 de Dezembro de 2010: Exposição de Presépios;
- 19 de Dezembro de 2010: Festa de Natal do Grupo Popular das Portelas;
- 5 de Janeiro de 2011: Cantar dos Reis;
- 20 de Fevereiro de 2011: Inauguração do Campo de Treino para tiro com Arco e Besta;
- 20 de Março de 2011: 5º Passeio de BTT do GPP – Passeio Solidário NECI;
- 10 de Abril de 2011: Passeio de Bicicletas antigas / Aniversário do clube;
- 26 de Maio de 2011: Encontro para realização da decoração do mastro;

- 6 de Junho de 2011: Encontro das senhoras à segunda-feira.

No total, foram realizadas 20 sessões de observação, com diferentes períodos de tempo, que variaram de acordo com o tipo de actividade, com a disponibilidade da observadora e com o grau de participação assumido. A observação realizada, em primeiro lugar, pode ser identificada como tendo sido uma investigação directa, pois assumimos o papel de testemunhas, e assim, de acordo com Peretz (2000), testemunhámos os “comportamentos sociais dos indivíduos ou grupos nos próprios locais das suas actividades . . . sem lhes alterar o seu ritmo normal” (pp. 24-25). De acordo com a mesma autora, neste género de observação o investigador “contacta e estuda as pessoas, presencia os actos e os gestos a que as suas acções dão origem, ouve as trocas de palavras, inventaria os objectos de que se rodeiam, permutam ou produzem” (pp. 26-28), pelo ter de se encontrar junto das pessoas que observa e adaptar-se ao meio, observar o desenrolar dos acontecimentos, registá-los e interpretá-los. Assim, no decorrer da observação directa o investigador “observará, sem propor aos participantes qualquer desígnio ou projecto, e adoptará, caso participe ele próprio na acção, um dos comportamentos habituais desse meio” (p. 29).

Importa então identificar as tipologias da observação existentes, as quais se diferenciam de acordo com o envolvimento do observador no campo do objecto de estudo (Carmo & Ferreira, 1998). Através dos autores Carmo e Ferreira (1998) e Peretz (2000) é possível identificar três tipos de observação: a não-participante, a participante (propriamente dita) e a participante despercebida pelos observados (clandestina). Para a investigação aqui apresentada, optou-se por uma observação participante, uma vez que foi assumido explicitamente o nosso papel de estudiosos junto da população observada (Carmo e Ferreira, 1998), participando na vida da organização estudada, entrando em conversa com os seus membros, submetendo-nos às regras formais e informais da organização, participando em actividades e tendo acesso a espaços e acções mais restritas (Pérez Serrano, 1998b). No entanto, tentámos não interferir ao nível das decisões tomadas e tão pouco dar sugestões, procurando interferir o menos possível para não alterar a normal dinâmica da associação. Yin (2001) refere mesmo que neste tipo de observação uma das vantagens para o investigador é o poder de facto participar nos eventos que estão a ser estudados, não tendo assim de assumir um papel passivo perante estes. Refere ainda como vantagens o facto de este tipo de observação permitir aceder a oportunidades pouco comuns de recolha de informações e permitir “perceber a realidade do ponto de vista de alguém de «dentro»” (p. 116). Por outro lado, lembra que existem alguns problemas que podem surgir, pois ao assumir o papel de participante, o investigador pode não ter tempo de fazer todas as anotações e questões necessárias, ou até mesmo tornar-se num

«apoiador» do grupo a ser estudado, sendo chamado a tomar posição perante determinadas situações e lhe ser exigido mais do que o seu papel de observador exigiria.

Nas sessões de observação realizadas procurou-se seguir as recomendações de Peretz (2000) e realizar um registo dos dados observados, tomando notas. No entanto, dado o nosso papel activo nas actividades observadas, foi necessário recorrer à memorização para só posteriormente, num lugar externo à associação, produzir as notas de campo. O conjunto das notas de campo foram compiladas no Diário de Campo, mas estas vão para além dos relatos das observações realizadas, pois nelas foram também descritas outras informações recolhidas fruto de pesquisas realizadas sobre o Grupo Popular das Portelas, fruto de informações que iam surgindo em conversas, fruto dos acessos ao site da associação, de cartazes vistos, etc., bem como de reflexões do investigador sobre tudo aquilo que observou, sentiu e experienciou. Peretz (2000) lembra-nos inclusive que “as notas redigidas no decorrer de toda a observação não constituem um relato nu e cru . . . do desenrolar da acção. Qualquer nota de observação resulta da percepção do observador e da relação com o mundo observado e implica fazer escolhas a cada momento” (p. 127). De acordo com as indicações da mesma autora, o Diário de Campo foi realizado respeitando a ordem cronológica das situações relatadas e cumprindo as regras do anonimato, pelo que o nome dos participantes referidos foi alterado. Ainda de acordo com Peretz (2000), no final do período de observação deu-se início à análise do Diário de Campo, procurando inventariar os dados recolhidos e a sua interpretação através de categorias. Desta forma, realizou-se a análise de conteúdo² que mais à frente se explica.

2.4.3 Fotografia

No decorrer do trabalho de campo, e como complemento da observação realizada, recorreu-se com frequência ao registo fotográfico para materializar alguns momentos, muitas vezes únicos e representativos daquilo que se observava. Mais tarde, foi depois possível analisar esse mesmo registo, permitindo desta forma voltar a lembrar acções observadas no decorrer das actividades, ou até mesmo inventariar objectos e informações presentes nessas mesmas actividades. No entanto, ao utilizar esse registo fotográfico foi importante ter em conta algumas recomendações de Bogdan e Biklen (1994), nomeadamente no que se refere às questões éticas e no que se refere aos cuidados a ter para que o registo fotográfico não interferisse e influenciasse as acções e interacções observadas. No entanto, nenhuma das fotografias pro-

² Ver Anexo 2, Análise de Conteúdo do Diário de Campo

duzidas no decurso desta investigação foi utilizada, pois nelas estavam sujeitos individuais aos quais não foi possível solicitar autorização com vista à reprodução da sua imagem. Tal, a nosso ver, também não se justificava, pois não eram essenciais para compreender o fenómeno estudado.

2.4.4 Inquéritos por entrevista

O inquérito por entrevista, nesta investigação, foi entendido como “uma conversa com um objectivo” (p. 70), tal como Ghiglione e Matalon (1993) o definem, e que, como tal, “toma a forma de relato de um acontecimento, narrado pela mesma pessoa que o tenha experimentado, e a partir do seu ponto de vista” (Olabuénaga, 1999, p. 167). Olabuénaga diz-nos ainda que, desta forma, a entrevista em si pode ser vista como o contexto na qual se elabora esse relato, sendo que cria a situação social em que ele pode ocorrer e onde o entrevistador desempenha um papel de facilitador.

Desta forma, na investigação realizada, o inquérito por entrevista foi utilizado com o objectivo de aprofundar conhecimentos sobre o Grupo Popular das Portelas, tendo em vista conhecer a sua história, acção e dinâmica interna, mas também o papel que tem vindo a desempenhar na comunidade onde intervém.

Para tal, foi escolhido o tipo de inquérito por entrevista não estruturado, de acordo com a definição de Olabuénaga (1999), pois foi aquele que nos pareceu mais se adequar aos objectivos em questão. Segundo o autor, neste tipo de inquérito por entrevista, o entrevistador segue um esquema geral e flexível de perguntas, em relação à ordem, conteúdo e formulação das mesmas. Na sua aplicação, procurou-se ter em conta as características descritas pelo autor:

- relativamente ao inquérito por entrevista:

- Pretende compreender mais do que explicar.
- Busca maximizar o significado.
- Adopta o formato de estímulo/resposta sem esperar a resposta objectivamente verdadeira, mas subjectivamente sincera.
- Obtém com frequência respostas emocionais, passando pelo ponto alto da racionalidade. (Olabuénaga, 1999, p. 170)

- relativamente ao entrevistador:

- Formula perguntas sem um esquema fixo de categorias de resposta.
- Controla o ritmo da entrevista em função das respostas do entrevistado.

- Explica o objectivo e motivação do estudo.
 - Altera com frequência a ordem e forma das perguntas, acrescentando novas se necessário.
 - Se for pedido não oculta os seus sentimentos nem juízos de valor.
 - Explica quando não é entendido o sentido das perguntas.
 - Estabelece uma «relação equilibrada» entre familiaridade e profissionalismo.
 - Adopta o estilo de «ouvinte interessado» mas que não avalia as respostas.
- (Olabuénaga, 1999, p. 170)

Foi tendo por base as características enumeradas que nós levamos a cabo a preparação e aplicação do inquérito por entrevista. Como tal, reunimos um conjunto de questões base a que gostaríamos de obter resposta, através da criação de um guião não estruturado, mas não ficamos sujeitas a elas, tentamos criar uma ambiente descontraído em jeito de conversa onde naturalmente tentámos abordar os assuntos pensados. Esse guião revelou-se suficientemente flexível e adequado aos entrevistados escolhidos, tendo inclusive sofrido alterações à medida que se foram recolhendo mais informações. Foram escolhidos para aplicar os inquéritos por entrevista: sócios entrevistados de forma individual, sócios entrevistados em grupo e um representante de um dos órgãos de gestão autárquica do concelho de Lagos. Relativamente à selecção dos entrevistados não se procede à sua explicação, pois poderia pôr em causa o anonimato dos mesmos.

No geral, os inquéritos por entrevista, que no total foram quatro individuais e uma em grupo, decorreram tendo por base as características enumeradas e faz-se um balanço positivo das informações recolhidas, tendo sido muito útil a sua aplicação. Não houve lugar a mais inquéritos por entrevista, porque se verificou que a dada altura começou a existir uma saturação de dados que já não produzia mais informação relevante.

Durante a aplicação do inquérito por entrevista a cada um dos entrevistados, individuais ou em grupo, tivemos o cuidado de tentar criar um ambiente descontraído, de pedir autorização para usar gravador e de comunicar verbalmente, gestualmente ou facialmente sempre que necessário com os inquiridos, não esquecendo a importância dos silêncios na organização do pensamento.

Após a aplicação dos inquéritos por entrevista e da sua transcrição, a partir da gravação realizada, procedeu-se à análise de conteúdo dos textos transcritos.

2.4.5 Análise de conteúdo

De acordo com Coutinho (2011), a análise de conteúdo é “um método muito utilizado para a análise de texto . . . que consiste em avaliar de forma sistemática um corpo de texto . . . por forma a desvendar e quantificar a ocorrência de palavras/frases/temas considerados «chave»” (p. 193). Krippendorf (citado em Silva & Pinto, 1986) entende ainda a análise de conteúdo como “uma técnica de investigação que permite fazer inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto” (p. 103). Bardin (1994), por sua vez, indica-nos que a análise de conteúdo deve ser realizada em três momentos: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Carmo e Ferreira (1998) lembram-nos ainda que existem vários tipos de análises de conteúdo, pelo que há que optar tendo em conta os objectivos do estudo a realizar.

Assim, a análise de conteúdo ao ser realizada deve seguir um determinado percurso. Em primeiro lugar, na fase da pré-análise, defendida por Bardin (1994) o investigador deve organizar o material, escolhendo se necessário os documentos a analisar, formular as hipóteses, os objectivos e os indicadores que fundamentem a interpretação final, implicando ainda uma «leitura flutuante» de todo o texto em questão. Estamos assim perante a construção do *corpus* defendida por Carmo e Ferreira (1998), onde se deve garantir a exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência de todos os textos seleccionados (Bardin, 1994), e perante a definição das categorias, que podem ter sido definidas *a priori* ou ser definidas *a posteriori*. Sendo definidas *a posteriori*, este tipo de análise é intitulado de «procedimento exploratório». Na definição das categorias, Carmo e Ferreira (1998) destacam ainda as seguintes características que estas devem ter: ser exaustivas, ser exclusivas, ser objectivas e ser pertinentes, de forma a que todo o conteúdo seja incluído numa das categorias, que os elementos escolhidos pertençam apenas a uma das categorias, que as características de cada categoria seja objectivas e, por último, que as categorias sejam pertinentes de acordo com o objectivo do estudo.

Segue-se depois a definição das unidades de análise, que não são mais do que a selecção de partes das notas de campo ou das transcrições das entrevistas que devem poder inserir-se nas categorias escolhidas. Bogdan e Biklen (1994) dizem-nos que as unidades de análise “são usualmente parágrafos . . . mas por vezes podem ser frases ou uma sequência de parágrafos” (p. 233). Por último, temos o tratamento dos resultados, que visa a realização de inferências e a sua interpretação, de forma que estes significativos e válidos.

Assim, a aplicação da análise de conteúdo nesta investigação passou pela necessidade inicial de organizar o material obtido, de construir o *corpus*, de codificá-lo e depois de analisá-lo, construindo inferências e interpretando os dados daí resultantes. Por opção, fizeram-se a análise de conteúdo do Diário de Campo e das transcrições das entrevistas em separado.

Para concretização da análise de conteúdo, todo o material em questão foi imprimido em folhas A4, foi feita uma leitura atenta e o longo da mesma fomos definindo as categorias³, as quais, por necessidade nossa, foram dando lugar também a subcategorias, onde a frase, as frases ou o parágrafo tomaram lugar. Após a codificação, foi construído um documento de análise de conteúdo⁴ onde, tendo por base as categorias e subcategorias se «arrumou» todo o material de interesse em tabelas. Após essa dita «arrumação», procedeu-se à interpretação dos dados em cada uma das categorias e/ou subcategorias, de acordo com as informações lá disponibilizadas.

³ Ver Anexo 3, Categorias e subcategorias da análise de conteúdo dos inquéritos por entrevista

⁴ Ver Anexos 2 e 4, Análise de conteúdo do diário de campo e Análise de conteúdo dos inquéritos por entrevista

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DOS DADOS

3.1 Contexto de Investigação

3.1.1 Território

O Grupo Popular das Portelas fica situado na Freguesia de S. Sebastião, concelho de Lagos. Este concelho pertence ao distrito de Faro e fica localizado no Barlavento, zona ocidental da região algarvia. O concelho encontra-se limitado a oeste pelo concelho de Vila do Bispo, a este pelo de Portimão, a norte pelo de Monchique e Aljezur e a sul pelo Oceano Atlântico, ocupando uma superfície de 213 km², distribuída por seis freguesias (ver Figura 1): Barão de São João; Bensafrim; Luz; Odiáxere; Santa Maria e São Sebastião (Infopédia, 2003).



Figura 1 - Mapas do concelho de Lagos, com indicação dos limites do concelho e indicação das freguesias

(Fontes: vajar.clix.pt, 2010 e INE, 2010)

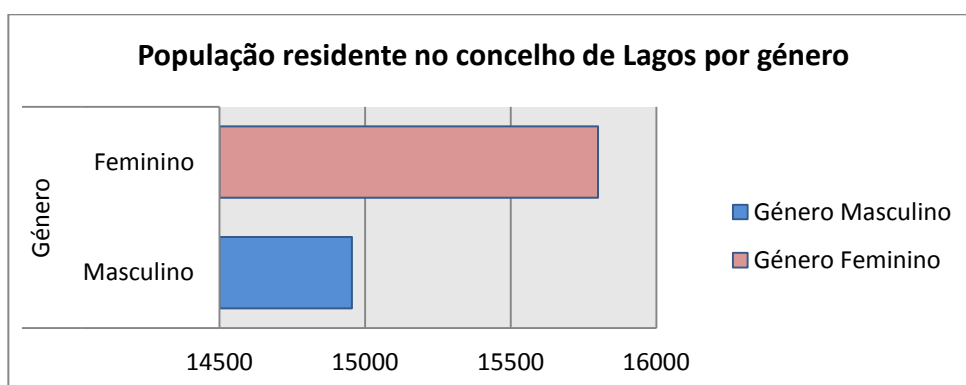


Gráfico 1: População residente no concelho de Lagos por género

(Fonte: INE, Censos 2011)

Em 2011, no seguimento de um constante crescimento populacional, o concelho de Lagos contabiliza já cerca de 30 755 habitantes, sendo que só a população do género feminino contabiliza 15 800 habitantes (ver Gráfico 1).

Historicamente, o concelho de Lagos e a sua cidade são conhecidos pela importância tida no período das Descobertas Portuguesas, no entanto, a sua história é muito rica e iniciou-se há mais de 2000 anos. Desde sempre, a cidade de Lagos foi conhecida como uma cidade marítima e o seu nome é de origem celta, provindo do nome primitivo Lacóbriga. Na sua história conta com momentos marcados pela invasão dos Romanos e mais tarde pelos Visigodos, pelos descobrimentos portugueses, pela indústria piscícola e, nos anos mais recentes, pela indústria turística.

No Concelho de Lagos, destaca-se a presença activa da sociedade civil em diversos movimentos associativos, espalhados pelas seis freguesias, com objectivos que vão desde a vertente desportiva, cultural e recreativa à assistência social. Por cada uma das freguesias, poderão identificar-se inúmeras entidades associativas, pelo que é notória a importância que a sua acção tem no trabalho com as populações a que se destinam.

A freguesia de S. Sebastião, a maior das freguesias do Concelho de Lagos e aquela à qual o Grupo Popular das Portelas pertence, apresenta um território essencialmente urbano e tem uma importante expressão no panorama geo-administrativo do concelho, uma vez que é nela que se localizam a grande maioria dos serviços administrativos, incluindo os da própria Câmara Municipal (Martins, 2006). Esta freguesia “geograficamente está situada na zona sul, sendo limitada a norte pela Freguesia de Bensafirim, a nascente pela Freguesia de Odiáxere, a sul pelo Oceano Atlântico e a poente pelas Freguesias da Luz e Barão de S. João” (Martins, 2006, p. 40), tem 19,84 km² de área e, nos Censos de 2011, contabilizou já 14 014 habitantes (6 849 do género masculino e 7 165 do género feminino), verificando-se uma subida no número de população desde 2001, ano em que contava com 11 031 habitantes, dos quais 5351 eram do género masculino e 5 680 eram do género feminino. Conforme é possível verificar na Tabela 1, os grupos etários mais significativos, em 2001, eram os que se situavam entre os 25 e os 49 anos, contabilizando um total de 4104 indivíduos, sendo que a restante população estava dividida entre a faixa etária dos 0 aos 24 anos num total de 3273, e dos 50 aos 90 ou + anos num total de 3654, verificando-se que 66,9% da população se encontrava abaixo dos 50 anos de idade.

Grupo Etário	Nº de População
0-4	594
5-9	594
10-14	651
15-19	712
20-24	722
25-29	781
30-34	828
35-39	896
40-44	810
45-49	789
50-54	613
55-59	567
60-64	650
65-69	606
70-74	491
75-79	358
80-84	216
85-89	107
90 ou +	46

Tabela 1: Distribuição da população residente na freguesia de S. Sebastião por grupos etários.

(Fonte: INE, Censos 2001)

Já na Tabela 2, é possível verificar o nível de instrução da população em questão, da qual se destacam os níveis «Sem nível de ensino» e «1º Ciclo – Completo», respectivamente com 1496 e 2471 indivíduos, sendo que se mostra uma população com baixos níveis de instrução. Por outro lado, não deixa de ser interessante perceber que o nível de instrução que se destaca em terceiro lugar é o «Ensino Secundário – Completo» com 861 indivíduos, mostrando que poderá existir uma grande discrepância de níveis de instrução por gerações.

Nível de Instrução	Nº de População
Sem Nível de Ensino	1496
A frequentar ensino pré-escolar	158
1º Ciclo – Completo	2471
1º Ciclo – Incompleto	762
1º Ciclo – Frequenta	588
2º Ciclo – Completo	700
2º Ciclo – Incompleto	242
2º Ciclo – Frequenta	309
3º Ciclo – Completo	664
3º Ciclo – Incompleto	405
3º Ciclo – Frequenta	359
Ensino Secundário – Completo	861
Ensino Secundário – Incompleto	723
Ensino Secundário – Frequenta	422
Ensino Médio – Completo	65
Ensino Médio – Incompleto	6
Ensino Superior – Completo	485
Ensino Superior – Incompleto	68
Ensino Superior - Frequenta	247

Tabela 2: Distribuição da população residente na freguesia de S. Sebastião por nível de instrução.

(Fonte: INE, Censos, 2001)

A origem desta freguesia é controversa em termos de datas, no entanto, de acordo com documentação existente, sabe-se que terá sido criada entre 1490 e 1574, data de origem das suas delimitações geográficas (Martins, 2006). Desde sempre a freguesia de S. Sebastião partilhou a gestão autárquica da cidade de Lagos com a freguesia de Santa Maria, sendo a sua divisão feita pela Rua da Extrema, mas os seus limites geográficos não se ficam pela cidade, estendendo-se a algumas localidades em redor (ver Figura 2). Portelas, Chinicato, Sargaçal e Meia Praia são os núcleos demográficos que mais se destacam a seguir à sede de freguesia, os três primeiros têm sofrido um crescimento demográfico constante e são previsíveis surtos de desenvolvimento em alguns sectores da economia. O caso da Meia Praia, por sua vez, é o “grande exemplo do desenvolvimento contemporâneo” (Martins, 2006, p. 60), para o qual contribuiu a construção da Marina. Existem outros inúmeros lugares pertencentes à freguesia, mas alguns deles são essencialmente habitados por uma população envelhecida ou por estrangeiros que ali decidiram residir.

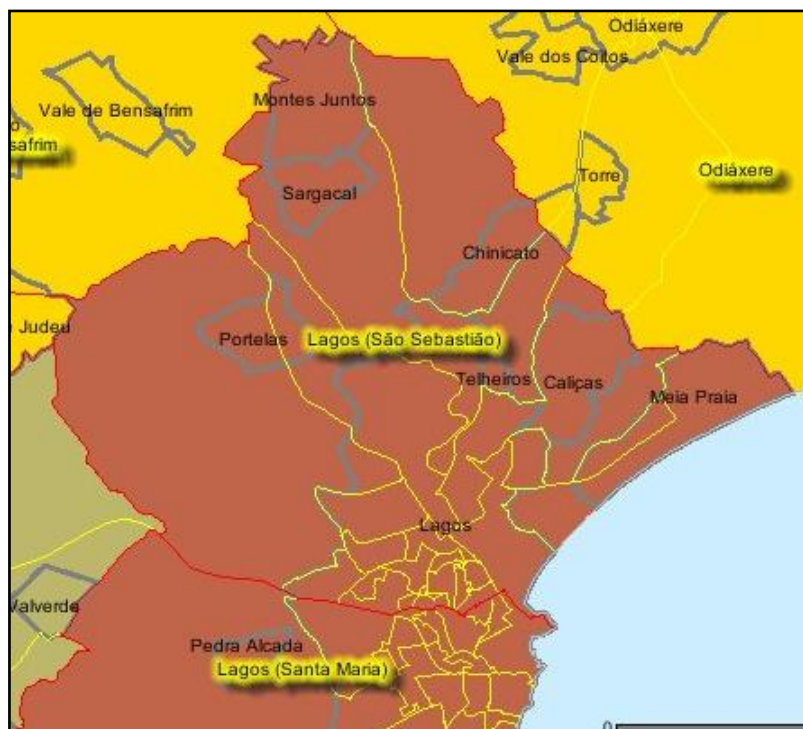


Figura 2: Principais localidades da freguesia de S. Sebastião

(Fonte: INE, 2010)

Economicamente, a freguesia de S. Sebastião caracteriza-se pela existência do sector primário, do sector secundário e do sector terciário, sendo este último o predominante. No sector primário destacam-se a agricultura e a pesca, a primeira tem vindo a ter cada vez menos expressão, embora se mantenha a de carácter familiar, e a segunda é essencialmente artesanal, mantendo uma componente familiar de ligação ao mar que tem interesse preservar. No Sector Secundário destacam-se a construção e reparação de barcos e a construção civil, uma das mais importantes actividades desenvolvidas. No Sector Terciário destacam-se o comércio, que desempenha um peso significativo na economia da freguesia, e o turismo, que é uma das maiores fontes económicas, dada a diversidade e beleza da paisagem, aliada à existência de belíssimas praias e monumentos de interesse histórico (Câmara Municipal de Lagos, s/d).

Culturalmente, a freguesia de S. Sebastião é marcada pela existência da Lenda do Mês de Maio, que deu lugar à tradição de expôr as Maias (bonecos, em tamanho real, criados artesanalmente e devidamente decorados) nas varandas e portas por toda a freguesia, pela celebração do Cantar dos Reis, pela Procissão Religiosa da Nossa Senhora dos Aflitos, pela Festa Religiosa do Sagrado Coração de Jesus, pela Feira Franca, pelo Mercado Mensal e pelas festas de verão. A gastronomia é marcada pela existência de diversos pratos típicos tais como

favas com morcela, os carapaus alimados (charros), sopa de peixe, papas de xerém, cataplana de marisco, feijoada de buzinas (búzios), feijoada de polvo, arroz de peixe, lulas cheias, caldeirada, caldo verde, lulas e chocos com tinta, entre outros, sendo contudo a sardinha assada um prato a merecer destaque. (Câmara Municipal de Lagos, s/d, ¶62)

A doçaria não fica atrás, sendo muita dela de origem essencialmente árabe, de onde se destacam os Bolos de Doce Fino e os D. Rodrigo, muito apreciados. O artesanato, por sua vez, tem já pouca expressão, destacando-se ainda as réplicas em madeira de barcos lacobrigenses, feitos à escala, bem como os trabalhos em palma e cestaria.

3.1.2 Grupo Popular das Portelas

O Grupo Popular das Portelas é uma associação recreativa, cultural e desportiva, sem fins lucrativos, que tal como o próprio nome indica, fica sedeada na localidade das Portelas (ver Figura 3).

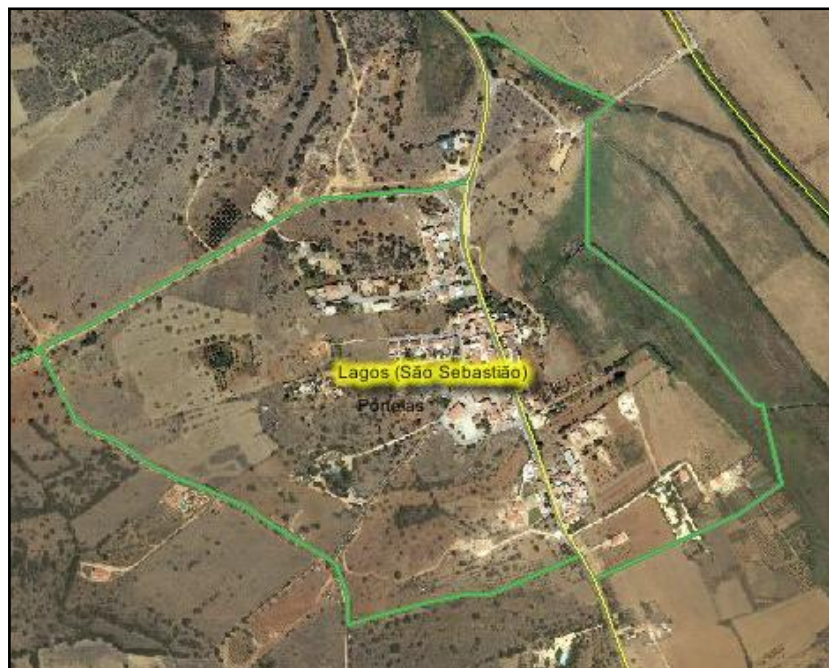


Figura 3: Localidade das Portelas

(Fonte: INE, 2010)

O Grupo Popular das Portelas foi fundado a 10 de Abril de 2003, tendo sido constituído oficialmente como associação no Cartório Notarial de Lagos pela sua Comissão Instaladora. Esta Comissão Instaladora foi constituída por três sócios fundadores, que neste mesmo dia procederam à abertura do livro de actas. Ainda neste dia realizou-se a primeira reunião da associação com o objectivo de marcar a data da inauguração da sua sede social e da assinatura do protocolo, através da qual ela seria cedida, com a Junta de Freguesia de São Sebastião. Esse dia ficou agendado para 5 de Maio de 2003.

A sede social da associação foi cedida a esta através de um protocolo com a Junta de Freguesia de S. Sebastião para que a associação tivesse um local para dar resposta às necessidades recreativas, de lazer e culturais da localidade das Portelas, e a sua inauguração contou com uma grande festa e com a presença de autarcas, representantes da Junta de Freguesia e da comunidade em geral.

O Grupo Popular das Portelas conta com 29 sócios fundadores. Os primeiros Corpos Sociais do Grupo Popular das Portelas foram eleitos a 5 de Junho de 2003, na primeira Assembleia Geral, pelo período de dois anos. Ao longo dos oito anos da sua existência, a associação já contou com a eleição por quatro vezes de Corpos Sociais e com a existência de uma Comissão de Gestão, por falta de constituição de uma lista a eleger.⁵

3.2 Análise dos dados da pesquisa documental

No decorrer da investigação realizada houve possibilidade de aceder a um elevado número de documentos do Grupo Popular das Portelas, que permitiram recolher informação diversa produzida ao longo dos anos da sua existência. De seguida, apresenta-se uma compilação e análise dos dados recolhidos.

3.2.1 Caracterização de sócios

O Grupo Popular das Portelas é actualmente constituído por 229 sócios⁶. Destes, 166 são do género masculino, correspondendo a 72 % do total de sócios, e 63 são do género feminino, correspondendo a apenas 28% (ver Gráfico 2).

No total de sócios, verifica-se que existem 29 sócios fundadores e 200 sócios efectivos. Relativamente aos sócios fundadores, verifica-se que se contabilizam 19 do género feminino e 10 do género masculino, podendo considerar-se que as mulheres tiveram um papel sig-

⁵ Informações disponíveis no livro de Actas do Grupo Popular das Portelas

⁶ Dados à data de 2 de Novembro de 2010

nificativo na criação da associação. Já nos sócios efectivos, o género masculino destaca-se significativamente com 156 sócios em oposição aos 44 sócios do género feminino (ver Gráfico 3). Esta diferença significativa entre os géneros poderá, a nosso ver, ser fruto ao facto da associação estar sediada numa localidade envelhecida, onde a mulher ainda assume um papel muito ligado à vida doméstica e familiar. Assim, embora as mulheres possam participar na vida da associação e colaborar, as de mais idade não são sócias, passando talvez essa responsabilidade para o homem. Por outro lado, o facto da associação desenvolver várias actividades que ainda são consideradas maioritariamente masculinas (BTT, cicloturismo, tiro com arco e flecha), poderá também contribuir para a grande diferença de género verificada.

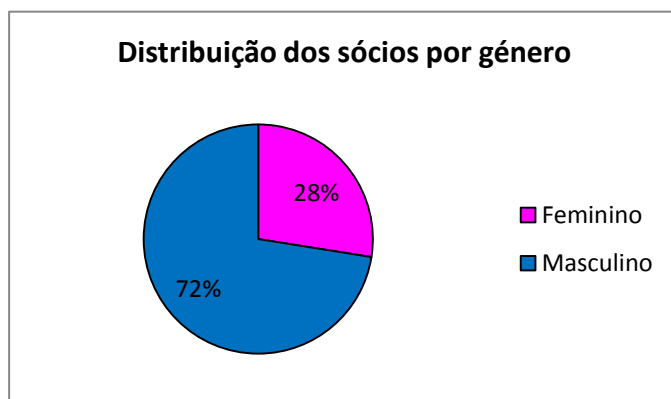


Gráfico 2: Distribuição dos sócios por género

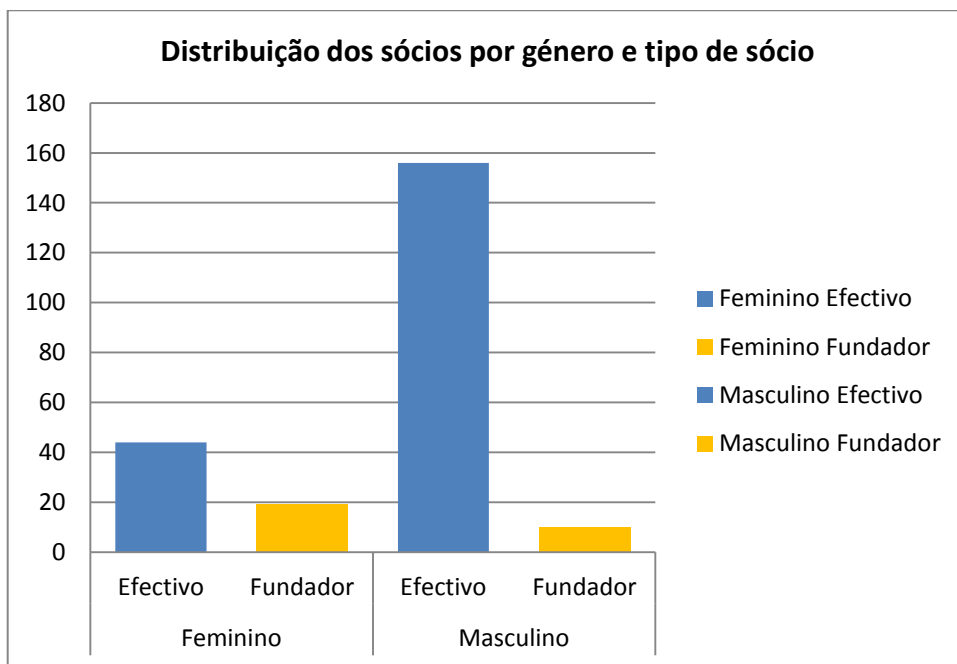


Gráfico 3: Distribuição dos sócios por género e tipo de sócio

Olhando para o gráfico seguinte, onde se pode verificar a distribuição dos sócios por género, tendo em conta a sua data de inscrição, é possível perceber que a grande maioria das associadas, 26 no total, realizou a sua inscrição em Julho de 2003, seguindo-se o mês de Agosto de 2003, com 11 mulheres a aderir à associação. Verifica-se ainda que 42 mulheres se associaram em 2003, altura em que mais mulheres aderiram ao projecto. As restantes distribuem-se ao longo dos anos com os seguintes valores: 10 em 2004, 2 em 2005, 3 em 2006, 1 em 2007, 1 em 2008, 2 em 2009 e 2 em 2010. Estes valores indicam-nos que o segundo período de maiores inscrições foi em 2004, vindo a diminuir nos anos que se seguiram.

Já o período de mais inscrições do género masculino foi em Julho de 2003, com 33 inscritos, e em Agosto de 2003 com 18 inscritos. Ainda no ano de 2003 contabilizaram-se mais 16 inscrições, perfazendo um total de 67 inscritos. Nos restantes anos, contabilizou-se: em 2004, 26 inscrições; em 2005, 14 inscrições; em 2006, 16 inscrições; em 2007, 7 inscrições; em 2008, 3 inscrições; em 2009, 21 inscrições; e em 2010, 12 inscrições. Mediante estes dados, verifica-se que os anos em que se verificaram mais inscrições, além de 2003, foram 2004 e 2009 (ver Gráfico 4). No caso de 2009, pode relacionar-se o aumento de inscrições com o acréscimo de praticantes de BTT na associação.

Em ambos os géneros, verifica-se que a maioria de inscrições ocorreram nos dois primeiros anos da associação, contabilizando-se no género feminino 52 inscrições das 63 totais, e no género masculino 93 inscrições das 166 totais.

Analisando a freguesia ou concelho de residência dos sócios, verifica-se que a grande maioria dos sócios pertence à freguesia de S. Sebastião, concelho de Lagos, num total de 163. É de destacar que a associação está sedeadada nesta freguesia. De seguida, a freguesia que se destaca é a de Santa Maria, também pertencente ao concelho de Lagos, com 26 sócios. Relativamente ao concelho de Lagos, existem sócios pertencentes ainda às freguesias de Odiáxere (12), da Luz (7), de Bensafrim (5) e de Barão de S. João (5). No total, verifica-se que dos 229 sócios, 218 residem no concelho de Lagos, concelho este que acolhe a associação.

Os restantes sócios distribuem-se por outros concelhos vizinhos, como sejam Vila do Bispo (4), Portimão (2) e Aljezur (1), ou até por concelhos distantes, como sejam Tavira (1), Silves (1), Oeiras (1), e Alcoutim (1). (Ver Gráfico 5)

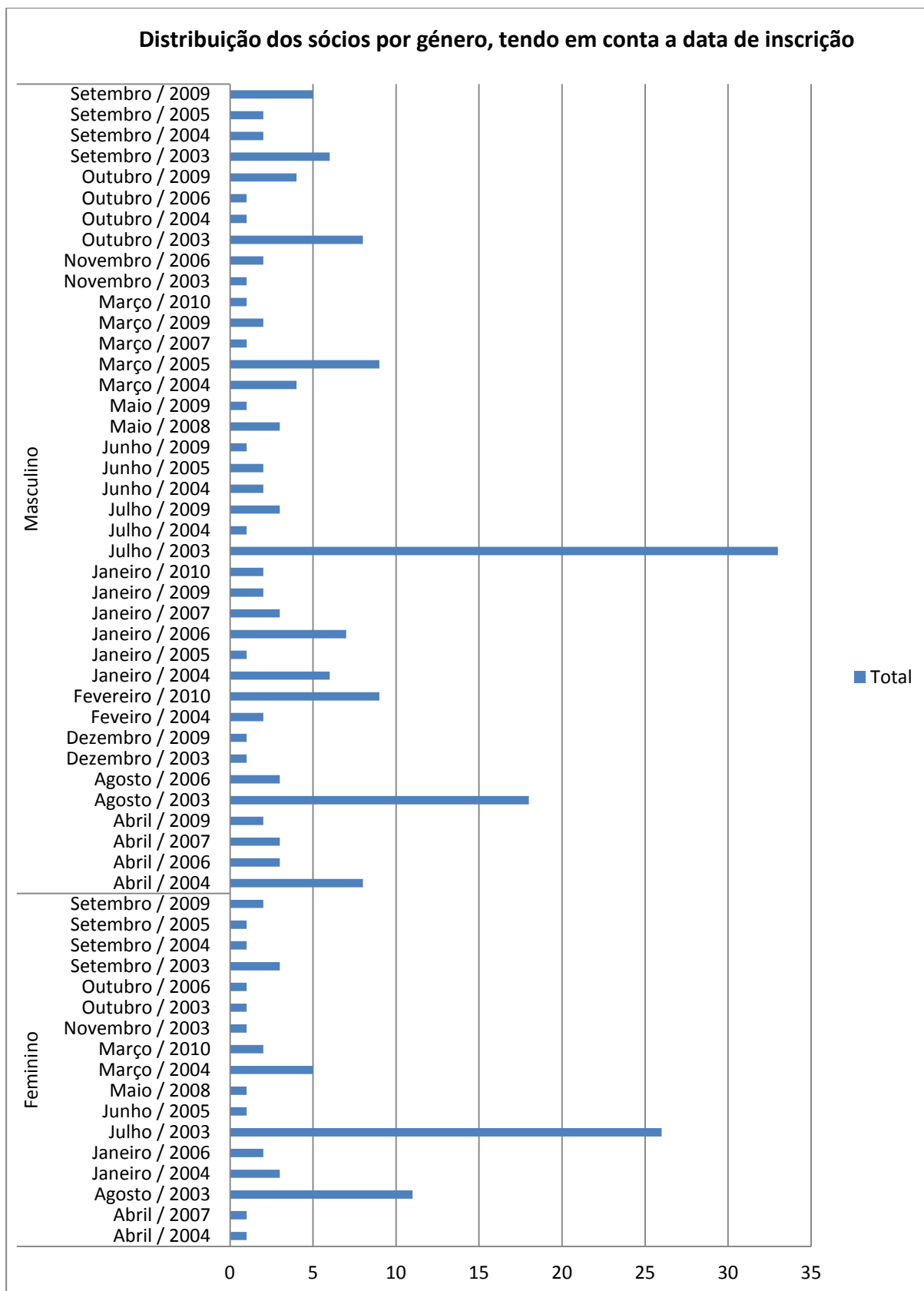


Gráfico 4: Distribuição dos sócios por género, tendo em conta a data de inscrição

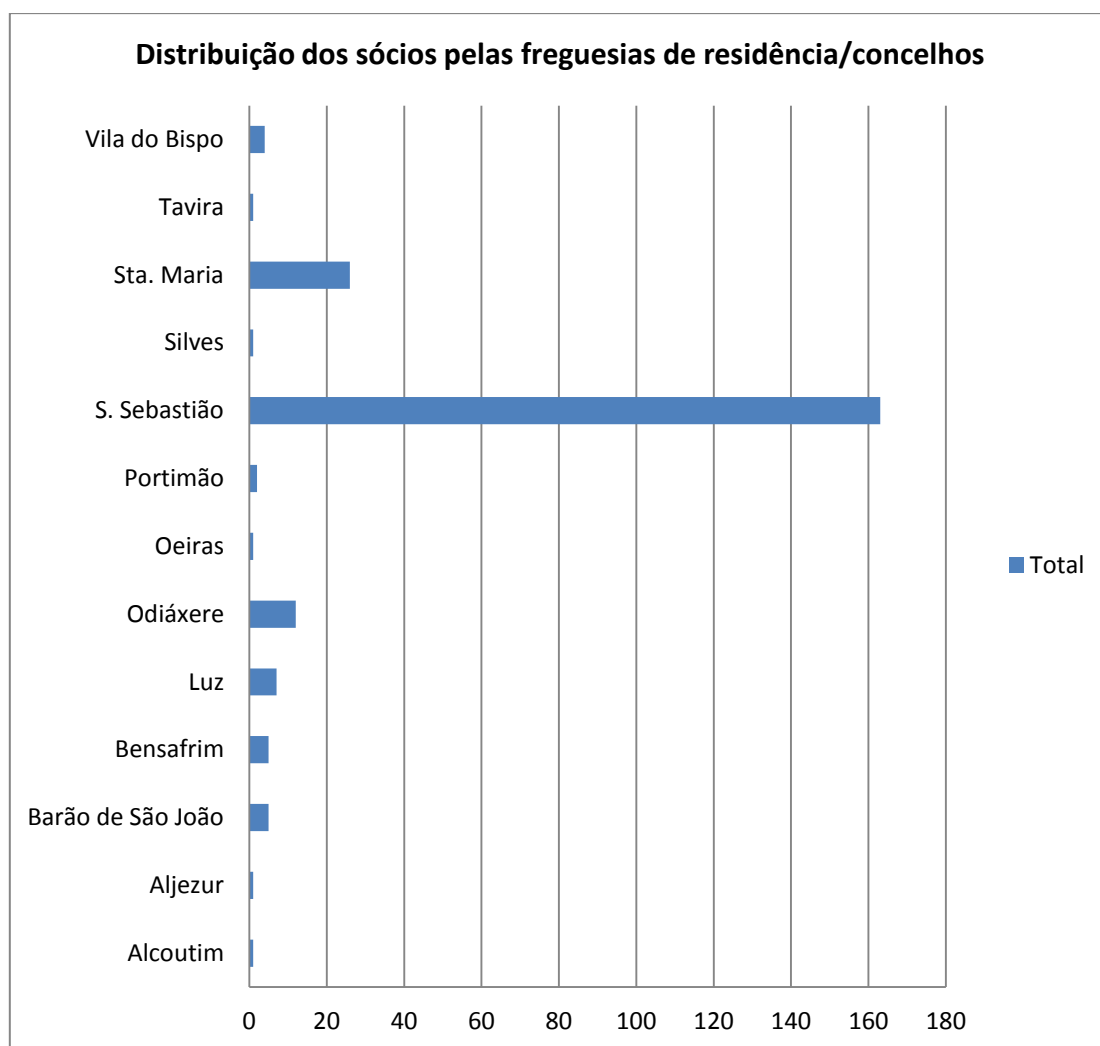


Gráfico 5: Distribuição dos sócios pelas freguesias de residência/concelhos

Analisando agora a localidade de residência dos sócios que são do concelho de Lagos, percebe-se que a localidade que mais se destaca é a das Portelas, localidade onde a associação está sediada. Com residência nesta localidade contabilizam-se 107 sócios.

Existindo sócios de diversas localidades, serão de destacar as restantes localidades pertencentes à freguesia de S. Sebastião, como sejam: Lagos (S. Sebastião) com 42 sócios, Chincato com 8 sócios e Sargaçal com 5 sócios. Relativamente às localidades pertencentes a outras freguesias do concelho de Lagos, é de destacar a localidade do Monte Judeu (Barão de S. João), pela sua proximidade geográfica com a localidade das Portelas, pois nela residem 4 sócios. (Ver Gráfico 6)

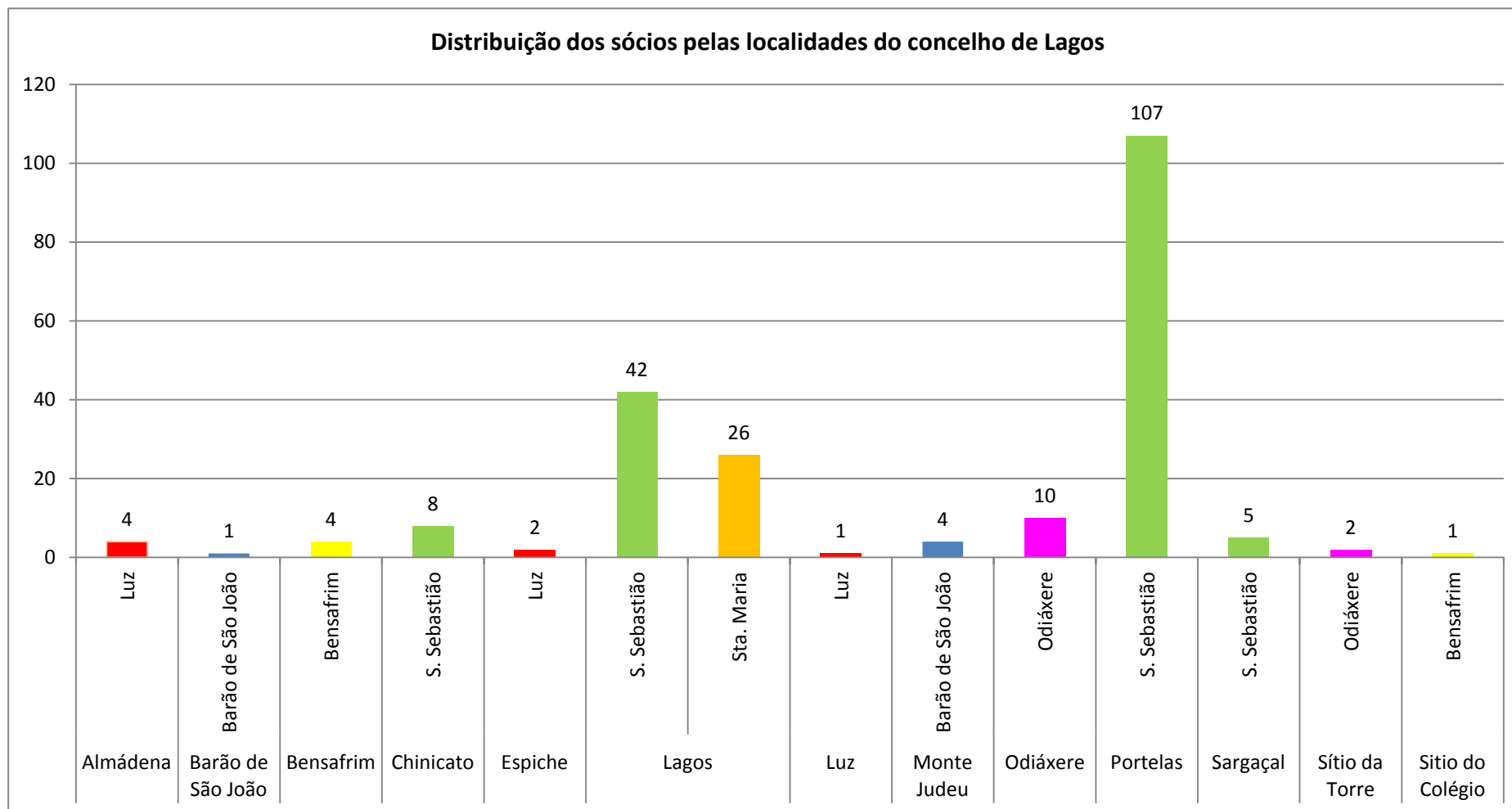


Gráfico 6: Distribuição os sócios pelas localidades do concelho de Lagos

Relativamente à permanência ou não dos sócios da associação, verifica-se que já não permanecem na associação apenas 21 pessoas, 6 do género feminino e 15 do género masculino. Será de referir que no total dos sócios que já não permanecem na associação, 16 eram sócios desde o início da associação (ver Tabela 3). Tais valores poderão indiciar que os sócios, na sua maioria, estão satisfeitos com o trabalho da associação, permanecendo desta forma a ela ligados.

Permanência ou não dos sócios na associação	
Não Permanece	21
Feminino	6
Agosto / 2003	1
Julho / 2003	3
Março / 2004	1
Setembro / 2009	1
Masculino	15
Abril / 2004	1
Agosto / 2003	4
Julho / 2003	6
Julho / 2004	1
Março / 2005	1
Outubro / 2003	2
Permanece	208
Total Geral	229

Tabela 3: Permanência ou não dos sócios na associação

Relativamente aos 208 sócios que permanecem na associação, será de referir que apenas 95 têm as quotas em dia e 52 sócios não as pagaram ainda em 2010. Por outro lado, verifica-se que nos primeiros 4 anos, 38 sócios deixaram de pagar as suas quotas e 23 deixaram de as pagar entre 2007 e 2008, perfazendo um total de 61 sócios que embora permaneçam na associação, poderão já não estar activos (ver Gráfico 7).

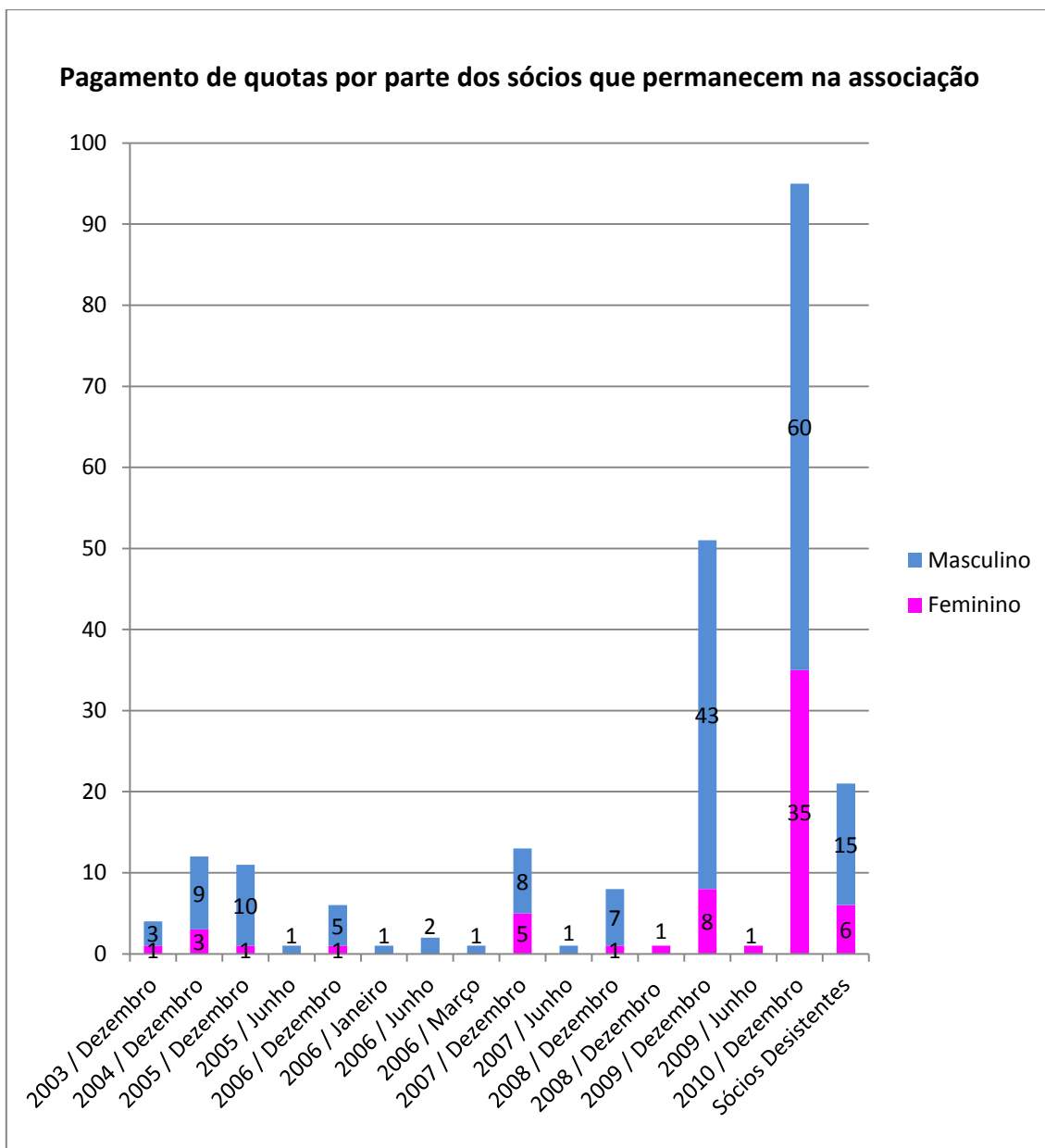


Gráfico 7: Pagamento de quotas por parte dos sócios que permanecem na associação

Relativamente ao número de sócios que já exerceram funções de responsabilidade nos Corpos Sociais da associação, é de referir que apenas 32 sócios dos 229 já o fizeram. Relativamente à participação de ambos os géneros, verifica-se que não existe grande discrepância, pois já fizeram parte dos Corpos Sociais 15 sócios do género feminino e 17 sócios do género masculino (ver Gráfico 8). Verifica-se assim que as mulheres, embora em menor número enquanto sócias, têm assumido um papel de relevância no que se refere à gestão da associação.

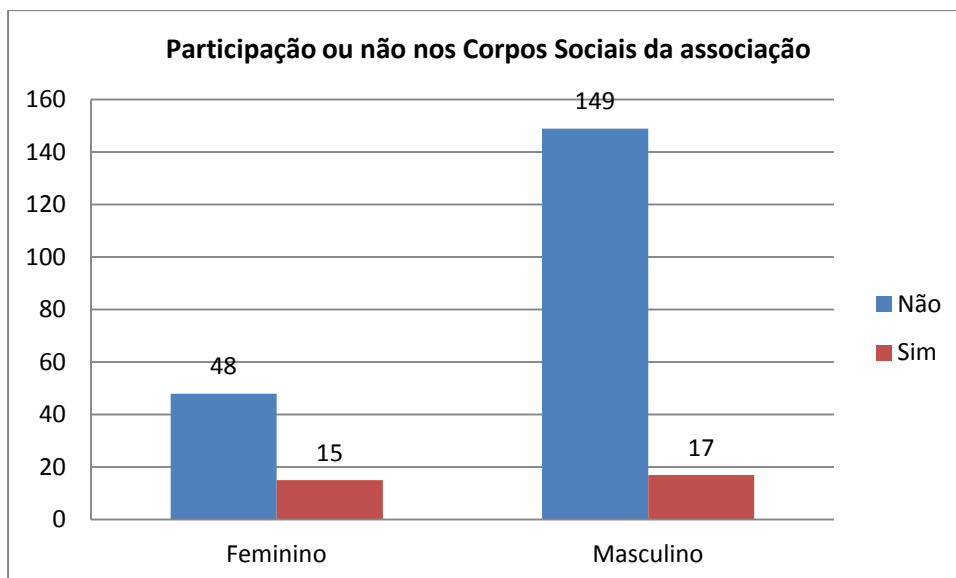


Gráfico 8: Participação ou não nos Corpos Sociais da associação

Verifica-se que a grande maioria de sócios que fez parte dos corpos sociais realizou a sua inscrição no primeiro ano de existência da associação, sendo que 16 são sócios fundadores (ver Gráfico 9). No entanto, verifica-se também que o número de sócios fundadores e efectivos no total de pessoas que assumiram cargos nos diferentes corpos sociais existentes é exactamente igual, pelo que, ser ou não sócio fundador, não é um elemento influenciador da participação em soluções de gestão da associação (ver Gráfico 10).

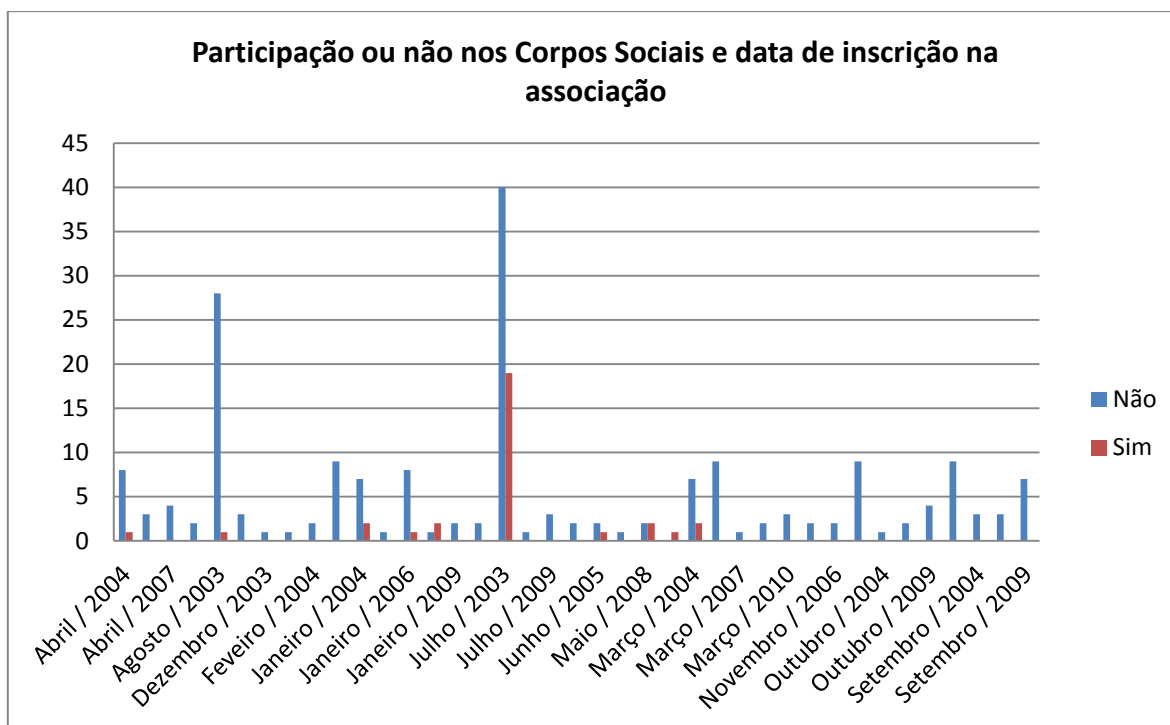


Gráfico 9: Participação ou não nos Corpos Sociais e data de inscrição na associação

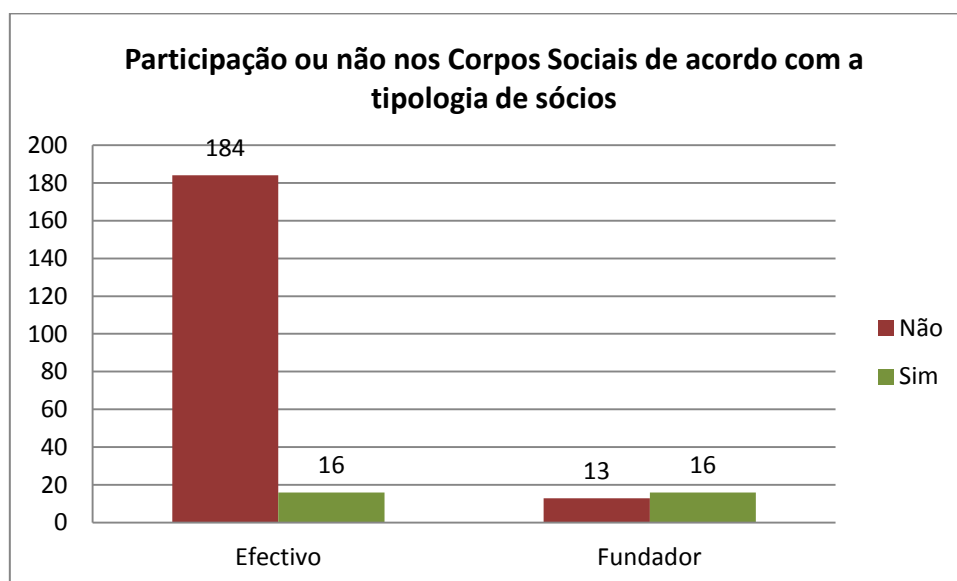


Gráfico 10: Participação ou não nos Corpos Sociais de acordo com a tipologia de sócios

Relativamente aos cargos já assumidos e por quem, verifica-se que existem sócios que têm vindo a fazer parte de todas as soluções de gestão da associação, como sejam os Corpos Sociais e a Comissão de Gestão existentes (ver Tabela 4). São eles os sócios nº 8, 9 e 14, nos quais será ainda de salientar que são sócios fundadores e do género feminino.

Além destes sócios, será de referir que os sócios nº 5 e 116 já fizeram parte de quatro soluções de gestão. O primeiro só não exerceu cargo em 2008-2010, e o segundo não fez parte dos primeiros corpos sociais eleitos.

Os sócios nº 3, 4, 34, 123 e 156 fizeram três vezes parte das soluções de gestão da associação, sendo que uns nos primeiros anos e outros nos últimos anos.

Será de referir também que os sócios do género masculino são os que mais têm marcado presença em mais do que uma das soluções de gestão ao longo dos anos de existência da associação. (Ver Tabela 5)

	2010 - 2012		2008 - 2010		2006 - 2008		2005-2006		2003-2005	
	Cargo	Nº de Sócio	Cargo	Nº de Sócio	Cargo	Nº de Sócio	Cargo	Nº de Sócio	Cargo	Nº de Sócio
Assembleia Geral	Presidente	8	Presidente	8	Presidente	8	Comissão de Gestão por falta de lista	116	Presidente	8
	1º Secretário	31	1º Secretário	31	1º Secretário	156		4	1º Secretário	3
	2º Secretário	179	2º Secretário	179	2º Secretário	138		9	2º Secretário	16
						3		Suplente	2	
Direcção	Presidente	14	Presidente	14	Presidente	116		48	Presidente	9
	1º Vice Presidente	9	1º Vice Presidente	9	1º Vice Presidente	4		8	1º Vice Presidente	19
	2º Vice Presidente	121	2º Vice Presidente	116	2º Vice Presidente	9		14	2º Vice Presidente	7
	Tesoureiro	116	Vogal	175	Tesoureiro	14		15	Tesoureiro	5
	Secretário	5	Suplente	34	Secretário	5		123	Secretário	14
	1º Vogal	180			Vogal	48		5	1º Vogal	24
	2º Vogal	198			Suplente	34			2º Vogal	23
	Suplente	34								
	Suplente	191								
Conselho Fiscal	Presidente	156	Presidente	156	Presidente	3		Presidente	6	
	Secretário	113	Secretário	113	Secretário	64		Secretário	1	
	Relator	193	Relator	123	Relator	123		Relator	15	
								1º Suplente	17	
							2º Suplente	4		

Tabela 4: Cargos assumidos e por quem nas soluções de gestão da associação

Sócio n°	N° de vezes em que assumiu funções na associação	Funções Assumidas	Período
1	1	Secretário do Conselho Fiscal	2003-2005
2	1	Suplente da Assembleia Geral	2003-2005
3	3	1º Secretário da Assembleia Geral	2003-2005
		Pertenceu à Comissão de Gestão	2005-2006
		Presidente do Conselho Fiscal	2006-2008
4	3	2º Suplente do Conselho Fiscal	2003-2005
		Pertenceu à Comissão de Gestão	2005-2006
		1º Vice Presidente da Direcção	2006-2008
5	4	Tesoureiro da Direcção	2003-2005
		Pertenceu à Comissão de Gestão	2005-2006
		Secretário da Direcção	2006-2008
		Secretário da Direcção	2010-2012
6	1	Presidente do Conselho Fiscal	2003-2005
7	1	2º Vice Presidente da Direcção	2003-2005
8	5	Presidente da Assembleia Geral	2003-2005
		Pertenceu à Comissão de Gestão	2005-2006
		Presidente da Assembleia Geral	2006-2008
		Presidente da Assembleia Geral	2008-2010
		Presidente da Assembleia Geral	2010-2012
9	5	Presidente da Direcção	2003-2005
		Pertenceu à Comissão de Gestão	2005-2006
		2º Vice Presidente da Direcção	2006-2008
		1º Vice Presidente da Direcção	2008-2010
		1º Vice Presidente da Direcção	2010-2012
14	5	Secretário da Direcção	2003-2005
		Pertenceu à Comissão de Gestão	2005-2006
		Tesoureiro da Direcção	2006-2008
		Presidente de Direcção	2008-2010
		Presidente de Direcção	2010-2012
15	2	Relator do Conselho Fiscal	2003-2005
		Pertenceu à Comissão de Gestão	2005-2006
16	1	2º Secretário da Assembleia Geral	2003-2005
17	1	1º Suplente do Conselho Fiscal	2003-2005
19	1	1º Vice Presidente da Direcção	2003-2005
23	1	2º Vogal da Direcção	2003-2005
24	1	1º Vogal da Direcção	2003-2005
31	2	1º Secretário da Assembleia Geral	2008-2010
		1º Secretário da Assembleia Geral	2010-2012

Sócio nº	Nº de vezes em que assumiu funções na associação	Funções Assumidas	Período
34	3	Suplente da Direcção	2006-2008
		Suplente da Direcção	2008-2010
		Suplente da Direcção	2010-2012
48	2	Pertenceu à Comissão de Gestão	2005-2006
		Vogal da Direcção	2006-2008
64	1	Secretário do Conselho Fiscal	2006-2008
113	2	Secretário do Conselho Fiscal	2008-2010
		Secretário do Conselho Fiscal	2010-2012
116	4	Pertenceu à Comissão de Gestão	2005-2006
		Presidente da Direcção	2006-2008
		2º Vice Presidente da Direcção	2008-2010
		Tesoureiro da Direcção	2010-2012
121	1	2º Vice Presidente da Direcção	2010-2012
123	3	Pertenceu à Comissão de Gestão	2005-2006
		Relator do Conselho Fiscal	2006-2008
		Relator do Conselho Fiscal	2008-2010
138	1	2º Secretário da Assembleia Geral	2006-2008
156	3	1º Secretário da Assembleia Geral	2006-2008
		Presidente do Conselho Fiscal	2008-2010
		Presidente do Conselho Fiscal	2010-2012
175	1	Vogal da Direcção	2008-2010
179	2	2º Secretário da Assembleia Geral	2008-2010
		2º Secretário da Assembleia Geral	2010-2012
180	1	1º Vogal da Direcção	2010-2012
191	1	Suplente da Direcção	2010-2012
193	1	Relator do Conselho Fiscal	2010-2012
198	1	2º Vogal da Direcção	2010-2012

Tabela 5: Número de vezes que cada um dos sócios assumiu funções nos Corpos Sociais da associação

Analisando o gráfico seguinte percebe-se que apenas na eleição para o mandato de 2003-2005 houve uma significativa presença de sócios do género feminino, 10 contra 6. Nos anos seguintes, a presença masculina tem sido sempre superior, embora a diferença não seja significativa, exceptuando no mandato de 2006-2008, onde o género feminino teve mais um elemento que o género masculino. No entanto, é de salientar que a presença do género feminino ao longo dos anos é significativa, tendo em conta que representa apenas 28% do total de

sócios, o que mostra que as mulheres têm estado desde sempre disponíveis para garantir a continuidade do projecto no qual algumas delas foram fundadoras.

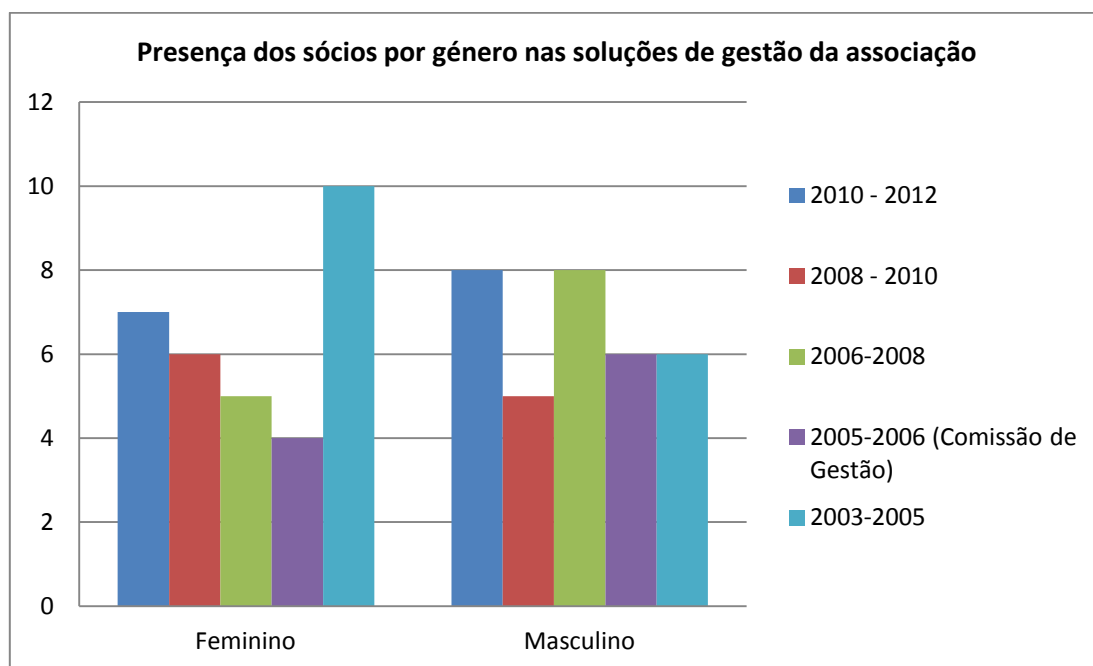


Gráfico 11: Presença dos sócios por género nas soluções de gestão da associação

3.2.2 Protocolos existentes

Ao longo dos anos da sua existência, o Grupo Popular das Portelas tem vindo a celebrar protocolos com algumas entidades com vista a oferecer uma diversidade de serviços/actividades aos seus associados⁷.

O primeiro protocolo celebrado foi com a Junta de Freguesia de S. Sebastião, a 4 de Maio de 2003. Este protocolo cedeu à associação a utilização gratuita do Salão Sócio-cultural localizado nos antigos Lavadouros das Portelas, para fins culturais, desportivos e sociais da população das Portelas, estando este devidamente equipado com os meios necessários ao seu funcionamento (4 bancos altos, 9 mesas em madeira, 36 cadeiras em madeira, 1 esquentador vulcano, cortinados em três janelas e uma porta, 46 copos, 1 balde de gelo, 1 balde pequeno, 10 pires de café, 10 chávenas de café, 12 pires, 10 colheres de café). Ficou à responsabilidade da associação o zelo das instalações e seus bens, bem como a reposição de qualquer objecto danificado e a sua manutenção. A este protocolo foi posteriormente feita uma adenda, a 28 de Janeiro de 2005, para cedência também do prédio urbano designado por Escola Primária das

⁷ Informações recolhidas a partir dos documentos originais dos Protocolos celebrados com as diferentes entidades

Portelas. Ainda com a Junta de Freguesia de S. Sebastião foi celebrado um protocolo no ano de 2007 para permitir ao Grupo Popular das Portelas a utilização da viatura dessa mesma junta.

Em 18 de Setembro de 2009, foi também realizado um protocolo com a empresa Lagos em Forma - Gestão Desportiva, EEM, para aos sócios do grupo Popular das Portelas ser facultada a utilização e frequência das instalações e das actividades administradas, com 10% de desconto na inscrição, em regime de utilização individual. Os sócios poderão usufruir deste protocolo mediante a apresentação de um comprovativo de sócio e se as quotas estiverem em dia. Este protocolo foi realizado por uma época desportiva, podendo ser renovável por iguais períodos, o que veio a acontecer no ano de 2010.

Em 26 de Abril de 2010 foi celebrado ainda um protocolo com a Agência Funerária António Camilo, Lda. que coloca à disposição dos associados do Grupo Popular das Portelas todo o serviço fúnebre (acto funerário, funerais, cremações, trasladações e remoções de cadáveres e ossadas humanas). A este serviço têm acesso os sócios com a quotas em dia e os seus familiares de 1º grau, podendo usufruir dos seguintes desconto: a) 50% no serviço técnico da agência (organização, direcção técnica e serviços, despachos e voltas); b) 30% no preço por quilómetro em serviços efectuados de mais de 100 km (apenas no continente); c) 20% nas urnas e todo o material de ornamentação (apenas no continente); d) 5% nos funerais para os arquipélagos da Madeira e dos Açores. São excluídos os funerais sociais. O protocolo foi realizado por um ano, podendo ser renovável por iguais períodos.

3.2.3 Instalações utilizadas

O Grupo Popular das Portelas utiliza na localidade das Portelas os seguintes espaços: Escola Primária das Portelas, Salão Sócio-cultural e recinto de bailes e festas, construído pela própria comunidade em espaço aberto e ao ar livre (ver Figuras 4 e 5).

A Escola Primária, localizado no centro da localidade, já não se encontra a ser utilizada pelo Ministério da Educação para aulas do 1º Ciclo, mas apenas para o Pré-Escolar Itinerante, pelo que a associação também utiliza o edifício mediante o protocolo estabelecido com a Junta de Freguesia de S. Sebastião. O edifício da Escola Primária é constituído por um amplo espaço envolvente e que contempla um espaço polidesportivo único na localidade, uma sala de aulas, um pátio de entrada com lava-loiça e uma casa de banho. No seu interior, o edifício está apetrechado com mesas e cadeiras.



Figura 4: Café e Recinto de Bailes e Festas
(Fonte: INE, 2010)



Figura 5: Escola Primária
(Fonte: INE, 2010)

O Salão Sócio-cultural, situado numa das pontas da localidade (junto a uma das entradas/saídas da localidade), é constituído por uma pequena esplanada, uma sala de convívio com máquinas de setas, jogos, TV por cabo e com serviço de bar, e uma sala utilizada como escritório da Direcção, cozinha e arrecadação.

Por último, o espaço de bailes e festas, construído junto ao Bar, é constituído por um espaço amplo e ao ar livre com palco e uma cozinha/bar.

Fora da localidade das Portelas, o Grupo Popular das Portelas, através da sua secção de Tiro com Arco e Besta utiliza também o Parque das Freiras, um espaço pertencente à Câmara Municipal de Lagos e que foi cedido para a prática da modalidade (ver Figura 6).



Figura 6: Parque Dr. Júdice Cabral (Parque das Freiras) no centro da cidade de Lagos
(Fonte: Mapas Google, 2011)

3.2.4 Secções existentes

O Grupo Popular das Portelas ao longo dos anos da sua existência tem vindo a criar secções dedicadas a actividades específicas, são elas as secções de cicloturismo, BTT, Trabalhos Manuais – Grupo Sénior e de Tiro com Arco e Besta.

A secção de cicloturismo existe desde o início da associação, pelo que funciona desde 2004. É uma secção desportiva que desde 2004 organiza e participa em actividades de cicloturismo incluídas no calendário de actividades da Federação Portuguesa de Cicloturismo. Esta secção contabiliza actualmente 7 membros. Durante o ano de 2010 surgiu a ideia por parte desta secção de organizar uma nova actividade, pelo que em Abril de 2011 decorreu a primeira edição do Passeio GPP de Bicicletas Antigas.

A secção de BTT foi criada em 2007 e actualmente conta com 18 membros, 1 do género feminino e 17 do género masculino, que participam com frequência em diversas actividades que fazem parte do calendário nacional de competições desta modalidade, como sejam a Taça Regional do Algarve de BTT - XCM, o Campeonato Inter-Regional de BTT – XCM e provas de lazer de BTT – XCM. Esta secção organiza também algumas actividades ao longo do ano, do qual se destaca o Raid de BTT, que já conta com quatro edições, e o Passeio de BTT integrado no Dia Europeu Sem Carros, organizado em conjunto com a Câmara Municipal de Lagos.

A secção de Trabalhos Manuais – Grupo Sénior, surgiu nos primeiros anos da associação e é formado por cerca de 14 mulheres de diferentes idades, embora seja maioritariamente frequentado por pessoas reformadas. Esta secção encontra-se todas as segundas-feiras durante o período da tarde para desenvolver trabalhos manuais diversos e organiza anualmente uma exposição de trabalhos. Além disso, é esta secção que garante a participação em eventos organizados pelos órgãos autárquicos do concelho de Lagos, com venda de trabalhos e com a disponibilidade dos seus membros para manter os stands abertos.

A secção de Tiro com Arco e Besta está em implementação, tendo sido criada no decurso do ano de 2010, mas conta já com cerca de 26 atletas. De momento tem já disponível a utilização do Parque das Freiras, situada no centro da cidade de Lagos, onde foram construídos dois campos de tiro, um para adultos e outro para crianças, com vista à divulgação da modalidade na zona do Barlavento Algarvio, pois até ao momento não existia a possibilidade de a praticar de forma legal nesta zona do Algarve. Embora numa fase inicial, esta secção já faz parte da Federação de Arqueiros e Besteiros de Portugal e já organizou, na cidade de Lagos, a sua primeira prova inserida no calendário nacional da modalidade.

3.2.5 Actividades realizadas

Ao longo do ano, o Grupo Popular das Portelas organiza diversas actividades, regulares e pontuais, nas vertentes recreativas, culturais e desportivas. Na vertente desportiva, o Grupo Popular das Portelas pretende contribuir para credibilizar e consolidar a prática do desporto, com fair-play, no concelho de Lagos, criando uma imagem forte do mesmo. Na vertente cultural, a associação pretende proporcionar à comunidade local e visitantes diversificadas opções de entretenimento, convívio, cultura e lazer. Na vertente recreativa são organizadas actividades de ocupação de tempos livres com jovens e idosos.

Desde 2004 o Grupo Popular das Portelas assina com a Câmara Municipal de Lagos o Contrato-Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo e o Contrato-Programa de Apoio ao Associativismo Cultural para atribuição de financiamento às actividades realizadas.

No primeiro ano de actividade, 2004, o Grupo Popular das Portelas organizou o 1º Passeio de Cicloturismo, o 1º Torneio de Paintball, o 1º Concurso PESCAMAR 2004, o 1º Torneio de Setas, o Torneio de Tiro ao Alvo, o 1º Encontro de Poetas Populares e a 1ª Grande Noite de Fados. Vê-se assim que a associação iniciou a sua actividade desde logo com eventos de alguma envergadura e que implicavam um bom conhecimento do território e alguma capacidade de organização.

Analisando ano a ano a actividade da associação, foi possível recolher na Tabela 6 a listagem das actividades desenvolvidas ao longo do ano. De acordo com essa tabela, é possível verificar que o Grupo Popular das Portelas é bastante activo ao longo do ano, apresentando um plano de actividades diversificado e que contempla a organização de actividades para sócios, para as secções existentes e comunidade em geral. O Grupo Popular das Portelas procura ainda participar e colaborar em eventos culturais e desportivos organizados por outras colectividades do concelho ou mesmo por órgãos autárquicos do concelho de Lagos, como sejam a Câmara Municipal de Lagos e a Junta de Freguesia de S. Sebastião.

Actividades realizadas							
Janeiro	Cantar dos Reis						BTT Cicloturismo Trabalhos Manuais
Fevereiro	Desfiles Carnavalescos						
Março	PESCAMAR	Desfiles Carnavalescos			Passeio de BTT (Passeio Solidário)		
Abril	Torneio de setas	Aniversário do Clube	Passeio de BTT das Amendoeiras em flôr	Passeio de BTT integrado nas Festas do 25 de Abril	Passeio GPP de Bicicletas Antigas	Prova de Tiro com Arco e Besta	
Mai	Maiais						
Junho	Festas dos Santos Populares						
Julho	Arraiais de Verão			Aprendizagem de Pintura			
Agosto	Grande Noite de Fados / Noite de Fado Amador	Arraiais de Verão	Aprendizagem de Pintura	Passeio Nocturno de BTT	Feira de Artesanato		
Setembro	Passeio de Cicloturismo	Torneio de Paintball	Passeio de BTT integrado no Dia Europeu Sem Carros	Raid de BTT			
Outubro	Torneio de Tiro ao Alvo	Torneio de Paintball	Encontro de Poetas Populares*	Exposição de Trabalhos Manuais			
Novembro	Magusto de São Martinho			Feira dos Descobrimientos			
Dezembro	Encontro de Poetas Populares*	Festa de Natal	Exposição de Presépios	Feira de Artesanato			
Nota: As actividades assinaladas a cor realizaram-se em entre Junho de 2010 e Maio de 2011							
* Actividades que têm ocorrido em diferentes meses ao longo dos anos.							

Tabela 6: Actividades realizadas ao longo dos anos

O Grupo Popular das Portelas apresenta ainda um blogue dedicado à prática do BTT, onde divulga também a sua história e actividades, pelo que recorre às novas tecnologias e às suas mais-valias para divulgar o trabalho que tem vindo a desempenhar e se manter em contacto com os seus sócios e outros interessados nas suas actividades. Além do blogue, que contempla já um fórum, o Grupo Popular das Portelas, através da secção do BTT, mantém também activa uma conta no Facebook onde divulga as suas actividades.

No sentido de compilar a diversa informação recolhida sobre cada uma das actividades, no Anexo 1 é possível verificar as várias informações recolhidas sobre as actividades realizadas ao longo dos anos, contemplando os seguintes itens: actividade; informações sobre a actividade; o que incluía a actividade; objetivos.

3.3 Análise dos dados da observação e dos inquéritos por entrevista

Ao longo da investigação realizada, tal como referido anteriormente, foram compiladas, sistematizadas e reflectidas diversas informações recolhidas, fruto da elaboração de um diário de campo, bem como da aplicação de cinco inquéritos por entrevista, que agora se passam a analisar.

Será de relembrar que o diário de campo foi produzido a partir das diversas observações realizadas e que os inquéritos por entrevista foram utilizados junto de diferentes actores pertencentes ao Grupo Popular das Portelas e junto de um órgão autárquico do concelho de Lagos.

3.3.1 Nascimento do Grupo Popular das Portelas

A partir das informações recolhidas, percebe-se que a origem do Grupo Popular das Portelas é informal. Inicialmente, sem o objectivo de vir a formar uma associação, um grupo de pessoas amigas, talvez numa conversa de café, terá tido a ideia de recuperar os bailes dos Santos Populares. Aquilo que os terá motivado, pensa-se, terão sido as memórias e experiências vividas no passado, pois nessa altura terão estado presentes em iniciativas, também elas informais, que existiam com alguma regularidade, sendo que uma vez que alguém tinha uma ideia (marchas, bailes, encontros, etc.), um grupo de pessoas juntava-se e dinamizava-a. Nos contactos realizados com alguns sócios do Grupo Popular das Portelas, foi possível perceber que ainda perduram memórias dessas actividades, bem como da participação nas mesmas. Um exemplo disso foi o facto de uma das sócias comentar que “*se lembra de ter cerca de 13 anos e ter sido organizado um desfile carnavalesco na estrada que atravessa a localidade das Portelas. Diz que nessa altura também havia um grupo de teatro na localidade, que organizava algumas peças, a que chamavam récitas*” (Diário de Campo, Nota de Campo nº 27).

Inicialmente, esse grupo de pessoas amigas não tinha um sítio certo para se encontrar, pelo que se reuniam nos locais públicos da localidade ou em espaços cedidos pela própria população. A(O) entrevistada(o) 5 diz mesmo que

juntavam-se um grupinho, mas não tinha um sítio certo. Geralmente onde se costumava-se encontrar era na antiga escola velha, nos armazéns da dona N., em que a senhora dispunha o armazém e que se juntavam lá. Outras vezes no largo da escola e por aí.

Algo que terá motivado também a união deste grupo de pessoas, foi o sentimento de que a população estava cada vez menos unida, faltando o convívio. Assim, queriam também voltar a unir a população e voltar a fazer as coisas bonitas de outros tempos, pelo que, durante

dois anos, realizaram bailes no campo de jogos da Escola Primária das Portelas, entretanto encerrada, e um almoço convívio. Para isso contavam com o apoio da autarquia para coisas básicas. No entanto, o sucesso e o dinheiro angariado terá começado esse grupo a levar as coisas mais a sério. Motivados pela construção do Salão Sócio-cultural na localidade, no local dos antigos lavadouros, e pelo facto de um dos elementos estar ligado à autarquia, terão contactado a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal para saber o que pretendiam fazer daquele espaço e auscultar que possibilidades poderiam surgir caso criassem um grupo. Não havendo objectivo concreto para aquele espaço e concordando com a sugestão do grupo, terá existido um incentivo para a criação da associação, tendo sido feita uma chamada de atenção para o que poderiam continuar a fazer e dos benefícios que o associativismo lhes poderia trazer. Fruto deste apelo, que poderá na altura ter tido algum objectivo político, foi despoletada a ideia de constituir algo mais formal, pelo que terá assim se iniciado a mobilização da população com vista à angariação de sócios fundadores para dar início à associação, para a qual ficou prometida a cedência do Salão sócio-cultural por parte dos representantes autárquicos.

Poder-se-á pensar que o facto de existir um elemento do grupo ligado à autarquia, poderá ter dado força à constituição da associação por saber os apoios concedidos ao associativismo. Por outro lado, será relevante dizer que esse elemento também já tinha outras experiências associativas, o que também poderá ter ajudado. Por sua vez, os órgãos autárquicos também poderão ter ajudado com as suas palavras de incentivo e cedência de espaço, mostrando que poderiam ser um apoio e que acreditavam no projecto. A(O) entrevistada(o) 3 diz mesmo que

Eu acho também com grande apoio e incentivo na altura da autarquia, porque se não fossem eles, possivelmente a malta acabava por juntar-se outra vez para fazer três ou quatro bailes e morreria por aí. Houve alguém que começou a chamar a atenção que se podia desenvolver coisas e a questão do associativismo traria outros benefícios ao grupo e seria mais fácil conseguirem depois desenvolver uma série de actividades.

Poder-se-á também pensar que o seu incentivo não é inocente, porque poderão também ter mais-valias com a existência de uma associação naquela localidade, pois à partida será uma forma mais fácil de chegar à população.

Após um momento de discussão e reflexão por parte do grupo de pessoas inicial e havendo pessoas interessadas em ser sócios fundadores, foi possível registar na conservatória a associação com o nome Grupo Popular das Portelas. Criada a associação, foram assumidos como seus principais objectivos a união da população e a revitalização de algumas tradições e

costumes existentes no passado na localidade das Portelas. Pretendiam assim promover a interacção entre as pessoas da localidade, através do convívio e das conquistas conjuntas, ao mesmo tempo que recuperavam algumas actividades e costumes. Analisando a sua actividade ao longo dos anos, pensa-se que conseguiu atingir estas suas pretensões.

Uma das pessoas que assumiu a responsabilidade de registar a associação, assumiu depois também o papel de primeira presidente da direcção. Esta pessoa reconhece que não sabia muito bem ao que ia, pois nunca tinha feito parte de uma associação, por isso sente agora que assumiu uma grande responsabilidade e que teve muito trabalho para pôr de pé a associação, dificuldades superadas com toda a força que recebeu de quem acreditou em si para a função assumida. É possível perceber que com a criação da associação teve de ser assumida outra responsabilidade e outra atitude perante o trabalho que faziam, por outro lado, também é possível perceber que reconhecem que se isso não tivesse acontecido, o grupo informal da altura nunca teria chegado onde chegaram, pelo que não teria sido possível evoluir tanto e anexar a si secções de modalidades desportivas como as que hoje têm. A adesão das pessoas, que depois acabaram por se tornar sócias, levou também ao crescimento da associação. É então percebido, no decorrer deste tipo de reflexão, algum orgulho pela obra construída.

No âmbito do nascimento do Grupo Popular das Portelas, tentou perceber-se a origem do salão sócio-cultural, mas parece que ninguém a conhece. Terá sido um projecto para o qual a população não foi ouvida, pelo que esta desconhece o porquê da sua existência, sabendo-se apenas que veio ocupar o lugar dos antigos lavadouros municipais, um local por natureza comunitário, que também ninguém sabe porque foram deitados abaixo. O próprio executivo actual da Junta de Freguesia apenas reconhece que já apanhou a obra em fase de execução final, pelo que também desconhece o seu objectivo inicial, tendo apenas conseguido fazer as alterações necessárias à sua actual utilização.

Sabe-se, no entanto, que inicialmente o terreno estaria em posse da Câmara Municipal de Lagos, que por sua vez o cedeu à Junta de Freguesia. Esta última, com a constituição da associação, cedeu então as instalações à mesma, tendo desta forma sido aproveitado, pois aquando da sua constituição encontrava-se fechado, embora fosse recente. Quando questionadas sobre qual seria a utilidade que estaria pensada para aquele espaço, as pessoas acham que poderia ser para entretenimento da população, nomeadamente para os homens jogarem à carta, ou então para alguma assembleia da Junta de Freguesia, sendo utilizado apenas pontualmente ao longo do ano. Ao ser cedido ao Grupo Popular das Portelas está a ser utilizado regularmente, justificando assim a sua construção. Poder-se-á mesmo dizer que foi uma mais-valia para aquela localidade, pois tornou-se num espaço de encontro para a população.

Tendo em conta a origem informal da associação, tentou perceber-se a dinâmica existente antes da sua existência. Percebeu-se que antes de existir a associação, notava-se que a população estava desunida, não tinha objectivos/interesses comuns, estando adormecida, sendo mais um dos dormitórios do concelho. A(O) entrevistada(o) 1 utiliza mesmo expressões como: *“nesta altura estava já a população desunida”, “Não havia nada que unisse”, “isto já não... era mesmo uma aldeia... cada qual vivia para si, não havia, não havia nada...”*, *“Era um dormitório, é verdade, isto era um dormitório...”*. Também a(o) entrevistada(o) 5 diz *“Nem nos juntávamos, nem no café!”* e a(o) entrevistada(o) 7 diz *“Cada uma estava na sua casa”*.

Desta forma, contrastava com aquilo que terá sido no passado onde se dinamizavam actividades diversas, havendo união e convívio da população. Percebe-se que ao longo dos anos a população foi perdendo dinamismo, morrendo aos poucos, dando ideia que as pessoas se foram isolando, vivendo para si mesmas.

No passado, talvez há cerca de 30 anos, a localidade era conhecida pelo seu dinamismo, havendo diversas actividades como bailes com mastro, já com sucesso nesses tempos, marchas, récitas e actividades carnavalescas. Havia assim sempre, por parte de alguém, iniciativa para fazer algo que acabava por chamar um grupo de pessoas que alinhavam na ideia e dinamizavam as actividades. Tal histórico poderá explicar o dinamismo vivido actualmente, parecendo característico daquela população.

Com a constituição da associação verifica-se que o dinamismo local foi recuperado, assim como algumas das actividades existentes no passado como sejam os bailes e o mastro. Os bailes têm inclusive o sucesso de outros tempos, trazendo mais movimento à localidade. Poderá dizer-se mesmo que a localidade ganhou vida com a constituição da associação. A(O) entrevistada(o) 8 diz mesmo que *“E no verão, pronto, há os bailes, há muito mais movimento do que antes de haver este grupo”*.

Verifica-se que a própria população sentia falta do dinamismo de outros tempos, justificando-se assim a sua adesão a este novo projecto. A(O) entrevistada(o) 3 refere mesmo que *“Foi fácil porque havia já aquela sementinha que estava ali na terra adormecida”, “sempre houve qualquer coisa e quando apareceu novamente este grupo com vontade de fazer, havia uma grande vontade de toda a população, porque de certa forma, sempre gostou, sempre se integrou”*.

3.3.2 Os primeiros anos do Grupo Popular das Portelas

Com a criação da associação, procurou-se perceber quais as dificuldades iniciais sentidas. Foi perceptível que quem esteve desde uma fase inicial, assumindo um cargo de maior responsabilidade, reconhece mais dificuldades sentidas, pois teve de lutar para ver crescer de raiz o projecto. Por outro lado, é certo que também é possível olhar para trás e perceber que a luta pode ter sido grande, mas que comparando com outras coisas, não foram sentidas muitas dificuldades. Afinal de contas a obra nasceu. No entanto, é perceptível também que teve que haver um grande esforço e um grande investimento humano e financeiro para ser possível hoje ter, por exemplo, o espaço físico dos bailes. A(O) entrevista(o) 1 diz mesmo que “*ai foi um bocado difícil no início, porque... tivemos que investir muito dinheiro [no recinto de bailes]. . . . Aquilo não tinha nada, não tinha nada*”.

É também possível perceber que a associação dinamizou diversas actividades logo desde uma fase inicial e que procurou promover modalidades que não eram muito praticadas, como sejam o tiro aos pratos. No entanto, procurou também dinamizar actividades comuns, talvez numa tentativa de cativar mais pessoas, como sejam o cicloturismo, o concurso de pesca e os jogos de futebol. No entanto, verifica-se que apenas vingou aquilo que ia mais de encontro com os interesses da população local e que de alguma forma pode ser dinamizado localmente, sem recorrer a espaços exteriores à localidade, como sejam os bailes, o cicloturismo, a celebração do carnaval e as actividades de trabalhos manuais com miúdos e graúdos. No entanto, verifica-se também que a associação soube evoluir ao longo destes anos, respondendo já a interesses de pessoas exteriores à localidade.

3.3.3 Os sócios do Grupo Popular das Portelas

O Grupo Popular das Portelas, tendo em conta que é uma associação local sediada numa pequena localidade, apresenta neste momento um número de sócios significativo, que continua ainda a aumentar, fruto das apostas realizadas, sobretudo nas modalidades desportivas. Verificou-se que os sócios residem em diferentes localidades, mas que os mais activos são os que residem na localidade das Portelas. Poder-se-á pensar que houve pessoas, nomeadamente as que residem fora da localidade, que se tornaram sócias para poder participar nas actividades organizadas e outros por simpatia ou afinidade à associação, dando desta forma o seu apoio e reconhecendo o trabalho realizado. No que se refere ao grupo mais activo, aquele que é formado por pessoas que estão sempre presentes, organizam e dinamizam as activida-

des, verificou-se que reside na sua maioria na localidade, sendo formado por pessoas em idade activa e não-activa.

No caso das pessoas em idade não-activa, pertencentes na sua maioria ao grupo de trabalhos manuais existente, percebeu-se que algumas delas nem sócias são, mas apoiam a associação como se fossem, estando presentes nas actividades e apoiando em tudo o que é necessário, contribuindo muito para o dinamismo da associação. São pessoas principalmente do género feminino e assistiu-se a algum cuidado na sua apresentação em dias de actividades, sendo notório o cabelo arranjado e a roupa que pode ser considerada «festiva», verificando-se desta forma a importância destas actividades para o seu dia-a-dia. Já no caso dos homens, tal não é tão notório.

Os sócios mais activos formam um grupo de cerca de 20 pessoas que é, na sua maioria, constituído pelas senhoras dos trabalhos manuais, como já foi referido, e pelos elementos dos Corpos Sociais, percebendo-se assim que a participação dos sócios nas actividades não é muito abundante e sentindo-se também algum cansaço por parte deste grupo. É possível encontrar por vezes sócios ligados a algumas secções, mas numa minoria. Por outro lado, encontraram-se pessoas que pela sua idade e por motivos de ordem familiar e pessoal, embora gostassem de conseguir apoiar mais a associação, não conseguem fazê-lo. Foi ainda notório que cada pessoa apoia naquilo que pode e está ao seu alcance, podendo apoiar mais numas tarefas ou actividades que noutras, mas que quando o faz, coloca uma grande dedicação e empenho.

Para os sócios mais activos, percebe-se que a organização, preparação e dinamização das actividades promove um grande convívio entre todos. Nas diversas actividades observadas, sentiu-se a presença uma grande família, onde cada um contribuí com aquilo que pode, a nível material, a nível de mão-de-obra ou apenas de presença física, apoiando com ideias, sugestões e contribuindo para o convívio e bom ambiente, com vista à concretização do objectivo que ali os congrega. Percebeu-se que mesmo a idade não é uma barreira ao convívio, observando-se interacções diversas entre diferentes gerações, algo que talvez seja menos provável acontecer fora daqueles contextos. Poder-se-á mesmo dizer que estes momentos são caracterizados por uma grande união, alegria, espontaneidade, convívio e partilha de memórias, sentimentos e opiniões.

No que se refere à opinião dos sócios, poder-se-á dizer que estes estão contentes com o trabalho da associação e que participam nas actividades organizadas. Se assim não fosse, certamente a associação também já teria acabado. A(O) entrevistada(o) 3 ao comentar a participação dos sócios diz mesmo que

eu acho que é capaz de ter que se considerar boa. Não é um bom grande, será um bom pequeno. [Risos] Mas, também se não fosse assim, também não se conseguia, não se conseguia chegar até hoje. A gente já fez oito anos, e certamente se também não houvesse a ajuda dos sócios e o empenho, não haveria certamente como a gente gostaria.

No entanto, quando se tenta classificar a participação dos sócios na sua globalidade, a opinião geral dos entrevistados recai sobre o facto de serem sócios poucos activos e pouco participativos, pois por vezes até dão a sua opinião, sugerem coisas novas, mas depois não dão a cara para as concretizar, e não é pela falta de pedidos de ajuda. A(O) entrevistada(o) 3 refere mesmo que “*Os sócios em geral são muito pouco participativos*”. Já a(o) entrevistada(o) 5 refere que “*Até há muitos! Até há muitos! Que só vêm aqui quando há os arraiais, quando há os bailes. E de resto nunca mais aqui aparecem*”. Parece simplesmente que as pessoas não querem ter trabalho, querem apenas usufruir das actividades.

A situação muda apenas nos casos em que as actividades são pertencentes a alguma das secções. Nestes casos, os sócios que delas fazem parte participam mais, colaborando. Assim, poder-se-á pensar que apenas se juntaram à associação com o objectivo de praticar a modalidade e que por isso, só quando uma actividade vai de encontro ao seu objectivo é que colaboram. Assim, parece que a associação e as secções por vezes são coisas distintas, não constituindo um todo. A(O) entrevistada(o) 3 refere mesmo que

Nas actividades específicas as coisas já são um bocadinho diferentes, mas só nestas duas secções, que é o BTT e o Tiro com Arco e Flecha. São as únicas que de certa forma são mais participativas, ou que acabam os sócios... os sócios que estão ligados a essas secções, acabar por participar mais nessas actividades. . . . São pessoas que se juntaram exactamente com esse objectivo, enquanto o resto do grupo não tem um único... não luta com um objectivo único.

No entanto, opondo-se a esta passividade dos sócios, verifica-se que o grupo de senhoras pertencente ao grupo de trabalhos manuais tem um papel muito importante no trabalho realizado na associação. Percebe-se que a sua presença é constante e absolutamente necessária para a concretização da maioria das actividades. A(O) entrevistada(o) 1 chega mesmo a dizer que “*temos sempre as senhoras que colaboram com a gente... apoiam muito... temos que agradecer. Se não fosse também a ajuda dessas senhoras que nos ajudam, também não conseguíamos...*” e a(o) entrevistada(o) 2 refere que “*essas pessoas para mim são imprescindíveis. Posso dizer, são imprescindíveis na ajuda que dão à gente*”.

Aquilo que elas assumem são sempre actividades que dão muito trabalho e que necessitam de muita mão-de-obra, como seja o trabalho de cozinha ou a realização de flores em papel e outras decorações para o mastro. Por outro lado, mostram-se um grupo bastante unido e sempre com força para apoiar, o que poderá influenciar também os elementos dos Corpos Sociais que se vão sentindo mais desmotivados a continuar a trabalhar. Verifica-se mesmo que elas próprias reconhecem que a sua ajuda é muito importante e que fazem falta para apoiar aquele grupo dos Corpos Sociais.

No que toca ao papel assumido pelos sócios, verifica-se que estes assumem um papel passivo relativamente à gestão e dinamização da associação. A(O) entrevistada(o) 1 refere mesmo que os sócios muitas vezes dizem “*«Já dei opinião.» . . . «Agora, eles que estão lá é que têm de levar avante as coisas!»*”. Desta forma, parecem achar que, não pertencendo aos Corpos Sociais, não têm qualquer responsabilidade a não ser dar opiniões, sugestões e pagar as quotas. A(O) entrevistada(o) 3 desabafa mesmo dizendo que “*Pois, a gente representa um grupo, mas também não somos os únicos responsáveis pelo grupo. . . . As pessoas não têm, a questão de ser sócio, também não sentem na pele a obrigação de. Acho que a única obrigação que acham que têm é de pagar as quotas, e mesmo isso não é todos*”.

Por outro lado, sente-se nas palavras dos entrevistados que os sócios, por vezes, parecem nem respeitar/reconhecer o trabalho que os Corpos Sociais têm para manter a associação a funcionar, assumindo inclusive uma atitude de que há sempre alguma coisa que não está a ser bem feita, havendo sempre críticas ao trabalho realizado, o que poderá levar ao cansaço e desmotivação daqueles que dão a cara.

O facto de existir funcionários leva também a que haja sócios que achem que são os funcionários que garantem a gestão da associação, não percebendo que os funcionários têm uma função específica. Desta forma, desvalorizam também o trabalho realizado pelos Corpos Sociais.

Por outro lado, há também os sócios que acham que quem trabalha é porque retira lucro do que faz. Tal atitude mostra um desconhecimento do que é o espírito associativo e torna-se mesmo uma ofensa a quem dá tanto de si para garantir as actividades, nomeadamente as pessoas que nem sócias são. Foi possível perceber que atitudes deste género terão já levado pessoas a afastar-se, o que é negativo, e desmotiva quem quer ajudar.

Um outro aspecto que se salientou nas entrevistas realizadas foi a participação dos sócios nas reuniões marcadas, a qual também pode ser classificada como pouco participativa. Parecem ser sempre os mesmos a participar também nas reuniões, sendo sempre um número bastante reduzido em relação ao número total de sócios. E os que aparecem são aqueles que

mais activos estão. Inclusive nas assembleias, local apropriado para fazer críticas, dar sugestões e resolver divergências, os sócios parecem não marcar presença. Percebe-se assim que os sócios estão desligados da associação, não tendo qualquer interesse naquilo que é necessário fazer para a manter, demitindo-se da sua responsabilidade. A(O) entrevistada(o) 5 desabafa mesmo dizendo

E são sempre os mesmos. Os outros recebem as cartas, mas porque é que não vêm? Vinham, tinham opiniões... Acho que nas reuniões é que punham as opiniões deles, se estava bem ou se estava mal, ou dar umas ideias ou não sei quantos. Mas não. Aparecem três gatos pingados, vem um de bengala, vem outro a arrojear os pés no chão, vem outro a tossir para não sei quantos e é sempre a mesma. É sempre os mesmos. Devia haver mais participação, que as pessoas estão-se a marimbar. Só se lembram de vir para aqui quando há o arraial, que há festa e fogo.

3.3.4 Gestão da Associação

Através dos discursos de alguns entrevistados, percebe-se que o fazer parte da direcção da associação começa a ser visto como algo que dá trabalho, chatices e muitas preocupações, algo que pode ser reflexo do cansaço de assumir a direcção ao longo dos vários anos de existência da associação, uma vez que as funções têm vindo a rodar pelas mesmas pessoas. A(O) entrevistada(o) 1 diz mesmo que “*Vamos sempre rodando, mas somos sempre os mesmos*”. Percebe-se que fazer parte de uma direcção implica o assumir de um compromisso e de uma responsabilidade que se tornam exigentes para qualquer um dos elementos e que vai cansando. Por outro lado, implica também uma disponibilidade constante, para o qual o apoio da família parece fundamental.

Percebe-se também que é difícil depois de tanto trabalho, e de não ver ninguém que queira dar a cara, ouvir críticas e perceber que entre os sócios há sempre um sentimento de que algo não foi feito tão bem, o que poderá levar a que sintam também que não valorizam, nem têm noção, do trabalho tido. A(O) entrevistada(o) 2 desabafa dizendo

Está sempre tudo mal, «devia ser assim, devia ser...», . . e às vezes as pessoas criticam . . . sem razão ou só por criticar, pronto” e “Não vêm que a pessoa está ali a dar horas do tempo dele e podia estar a fazer outras coisas que gosta ou estar com a família... e está a ali a ter trabalho, não está a ter benefício nenhum, só . . . quer ajudar”.

No entanto, é possível perceber também que é nas senhoras que os apoiam e nas mais-valias que reconhecem existir para a população mais idosa, que vão buscar força para continuar a lutar, pois têm noção que não é justo deixar perder o trabalho que já foi feito e para o qual essas pessoas contribuíram. A(O) entrevistada(o) 2 diz mesmo que

depois às vezes lembro-me destas pessoas, está a perceber, às vezes é por causa disso. Às vezes... pronto, fico chateado de ouvir certas coisas, pronto, mas isto é naquela altura e depois sou pessoa que também não coiso... mas depois também me lembro dessas pessoas, digo assim: «Eh pá, se a gente fizemos aquilo ou o clube foi fundado... se aquilo e depois um dia, por ventura, fecha, eh pá, então estas pessoas que vão além um bocadinho para jogar às cartas ou beber um cafezinho... Pronto, essas pessoas depois ...» . . . depois isto acaba para estas pessoas. Também, também vejo esse lado, está a perceber?

Neste sentido, percebe-se que o trabalho de direcção pode ser muito gratificante, mas também muito difícil se não se encontra apoio por parte dos sócios, sendo que este é um aspecto que poderá ser importante alterar. Também o facto da direcção rodar entre os mesmos poderá ser uma fonte de dificuldades e desmotivação, fazendo falta sentir que outras pessoas querem fazer parte e dar o seu contributo.

Um outro aspecto que se destaca quando se analisa as pessoas que têm vindo a fazer parte da direcção e dos corpos sociais ao longo dos anos, é o papel que as mulheres têm tido nesta associação. Destacam-se pelo menos três mulheres que tiveram e continuam a ter importância na gestão da associação. A actual presidente da direcção vai no segundo mandato e tem vindo a incentivar a integração de pessoas novas para ocupar cargos na direcção da associação, pois defende que quem assume a responsabilidade de um cargo desses dá mais de si e compromete-se mais. Quando a associação foi criada, foi também uma mulher que assumiu o cargo de presidente de direcção, após ter sido umas das fundadoras que inclusive assumiu a sua constituição na conservatória. Esta reconhece as dificuldades inerentes ao início de um projecto desta envergadura e lutou bastante para dar início à actividade da associação, garantindo mesmo o serviço de bar após o seu horário de trabalho. Ainda hoje esta mulher continua a lutar, pois continua na direcção da associação. Foi ainda outra mulher que tentou, em conjunto com outras pessoas, impulsionar a criação da associação, tendo mesmo sido uma das sócias fundadoras que também registou a associação na conservatória. Mediante o exemplo destes casos, e o facto de estas estarem sempre em número superior ao dos homens no grupo que organiza as actividades, é possível perceber que as mulheres têm vindo a ter um papel essencial na dinamização e gestão da associação, embora o género feminino exista em número

consideravelmente inferior ao género masculino no total de sócios. Poder-se-á perguntar se as mulheres acreditaram mais no projecto que os homens ou se estas estarão mais disponíveis para colaborar, embora algumas delas sejam ainda activas profissionalmente. O que é certo é que se poderá assumir que na sua falta seria difícil existirem algumas das actividades promovidas ou, pelos menos, da forma como hoje em dia são dinamizadas.

Relativamente a duas destas mulheres, será ainda de destacar que além de assumirem cargos na associação, são também mulheres activas a nível político, assumindo cargos ao nível da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal, uma como 1ª Vogal na Junta de Freguesia de S. Sebastião e outra como Vereadora na Câmara Municipal de Lagos. Poderá assim pensar-se que a experiência associativa, e o conhecimento local que proporciona, leva a que as pessoas sejam mais activas no meio onde vivem, disponibilizando-se inclusive a assumir cargos de responsabilidade a nível político e contribuindo de outra forma para o desenvolvimento do concelho onde vivem.

Ao nível da gestão financeira, percebe-se que há algumas preocupações, nomeadamente porque existem compromissos a cumprir todos os meses. Dado que existe um bar a funcionar, cujas despesas são constantes, e que este necessita de dois funcionários para estar aberto ao público entre as 12:30 horas e as 23:30 horas, seis dias por semana, implica que haja uma gestão constante entre despesas e receitas, o que parece estar a resultar, uma vez que o bar se sustenta a si próprio. A(O) entrevistada(o) 2 refere mesmo que *“além o bar tem ali... temos duas funcionárias, mas aquilo pronto, é a receita para a despesa. Pronto, mantém a despesa. Pronto, já é bom”* e a(o) entrevistada 3 refere também que *“[o bar] tem-se sustentado a si próprio”*. Será ainda de destacar que sendo um bar de associação não pode praticar os preços de outros estabelecimentos comerciais, o que mostra que também existe um fluxo aceitável de consumidores, possivelmente de pessoas sócias, mas também não sócias. Por outro lado, será de destacar que a associação apresenta algumas preocupações para com os seus funcionários, garantindo um dia de descanso semanal, que ocorre à segunda-feira, e a rotatividade dos turnos para que nenhum seja sobrecarregado com um dos horários.

Tendo um bar a funcionar, a associação assume-se também como entidade empregadora, pois necessita de pagar a duas pessoas para manter o espaço aberto ao público, durante a tarde e noite. Depreende-se assim que de entre os sócios não há disponibilidade para garantir a abertura do bar voluntariamente. Assim, mais uma vez, se denota o afastamento dos sócios na gestão da associação, uma vez que certamente existiriam pessoas reformadas ou com disponibilidade para numa escala de serviço voluntário garantir a abertura do bar.

Além do bar, as fontes de recursos financeiros são os bailes, as quotas dos sócios, que nem sempre estão em dia, o pagamento de inscrição por parte do participantes nalgumas das actividades, a venda de alguns produtos doados por sócios em feiras, o serviço de bar realizado em feiras e os apoios dados pela Junta de Freguesia e Câmara Municipal, nomeadamente através dos programas de apoio ao associativismo, o que é fundamental para a manutenção das actividades a realizar. Os patrocínios também existem, mas são hoje menos do que já foram, apoiando apenas algumas actividades específicas, pois as pessoas já não contribuem tanto. Relativamente aos bailes, de acordo com a opinião dos entrevistados, estes parecem ser a grande fonte de receita e a que permite construir um fundo de apoio à dinamização das restantes actividades. A(O) entrevistada(o) 1 refere que *“O que tem realmente... suportado aqui o clube é os bailes”* e a(o) entrevistada(o) 2 reforça esta ideia dizendo que a *“fonte de receita, portanto, vamos falar assim, é além os bailes . . . É praticamente, podemos dizer, que é o garante”*.

Percebe-se assim que a associação tem vindo a conseguir gerir de forma positiva os seus fundos, cumprindo com as suas obrigações mensais e conseguindo garantir fundos para a continuação da sua acção.

No campo das secções e grupos existentes, o Grupo Popular das Portelas é composto por três secções e um grupo informal. É possível caracterizar cada uma das secções, uma vez que cada uma delas tem objectivos específicos e tem ao longo dos anos traçado um caminho próprio dentro da associação.

O cicloturismo foi a primeira secção a ser criada, logo nos primeiros anos da associação, tendo desde logo pertencido à federação nacional, o que mostra que as coisas desde uma fase inicial foram feitas com responsabilidade. Embora se mantenha, tem hoje pouca força, baseando-se a sua actividade na organização de uma actividade anual e na participação esporádica em passeios organizados por outros clubes, tendo perdido o dinamismo de outros tempos. Talvez seja uma das secções que necessita de mais adeptos para ser revitalizada.

O BTT é a maior das secções e desde o início que está integrada na federação correspondente à modalidade. Os sócios pertencentes a esta secção são dos mais activos e unidos, pelo que se verifica que participam mais nas actividades organizadas pela secção, mas também já vão colaborando nalgumas das outras actividades. Há inclusive membros desta secção que se integraram na lista dos actuais Corpos Sociais, pelo que se torna mais fácil integrar a própria secção nas restantes actividades. Poder-se-á pensar que deste grupo podem vir a sair alguns sócios mais empenhados e dispostos a formar lista para as próximas eleições. Esta secção é muito activa, organizando diversas actividades ao longo do ano e participando regular-

mente em diversas provas do circuito nacional e regional da modalidade, pelo que conta também com um treinador. Até hoje têm tido muito sucesso na modalidade e têm conseguido vários prémios.

A secção de Tiro com Arco e Besta é ainda recente na associação, pelo que é difícil caracterizar desde já a sua acção e integração na associação. Foi possível perceber que esta surgiu de *“um grupo de dois ou três homens [que] se juntou e que vão promover demonstrações e chamar mais pessoas para a modalidade. Estas pessoas já têm algum equipamento, o que lhes permite alguma liberdade na promoção da modalidade”* (Diário de Campo, Nota de Campo nº 28), pelo que é perceptível que esta secção não surgiu do interior da associação, foi-lhe proposto receber este grupo de pessoas já praticantes da modalidade e criar assim uma nova secção. De acordo com este exemplo, é possível perceber que a associação está aberta a novas secções e modalidades desportivas, dando desta forma resposta às necessidades que se vão fazendo sentir.

Este grupo quando se juntou à associação já se encontrava minimamente organizado, pois é formado por atletas da modalidade, pessoas informadas sobre a mesma e que já a praticam há alguns anos, pelo que se apoiaram na associação para não ter de criar uma nova. Traziam desde já também um objectivo muito concreto que era apenas a prática da modalidade e a sua divulgação junto das escolas, com alunos e professores, o que poderá influenciar a sua participação noutras actividades e na própria vida da associação. No entanto, já é possível perceber que embora estejam a dar os primeiros passos e ainda funcionem de forma um pouco isolada na associação, estão a ter sucesso na modalidade, pelo que já conseguiram trazer para a associação a organização de uma prova a nível nacional que nunca tinha ocorrido no barlavento algarvio. Além disso, já conseguiram inaugurar o seu campo de treino e dinamizar todos os domingos a prática de uma nova modalidade no barlavento algarvio, sendo que o seu papel ainda passa muito pela divulgação da modalidade junto de adultos e crianças.

O chamado grupo sénior, que não é mais do que um grupo de senhoras que se junta semanalmente para realizar trabalhos manuais e ocupar os seus tempos livres, percebe-se que é muito acarinhado por todos, talvez por se verificar que veio combater o isolamento em que muitas daquelas mulheres viviam. Através das observações realizadas, foi possível perceber que este grupo

permitiu tirar de casa mulheres que não o faziam ou que estavam muito dependentes dos maridos. Permitiu e continua ainda a permitir apoiar mulheres que passaram por perdas familiares e por doenças graves. É também

naquele espaço que partilham, umas com as outras, problemas vividos no dia-a-dia. (Diário de Campo, Nota de Campo nº 28)

Assim, pode dizer-se que este grupo se caracteriza por uma união única e por uma organização informal que, mesmo assim, resulta numa exposição anual devidamente preparada e pela participação em diferentes feiras onde vendem os trabalhos produzidos.

O grupo conta com pessoas da localidade das Portelas, mas também com pessoas que já vêm de outras freguesias, pelo que se percebe que não está limitado à população sénior nem aos residentes das Portelas. Percebe-se que as pessoas se associam ao grupo para conviver, aprender e partilhar conhecimentos, sendo que foi visível no grupo um convívio magnífico.

Este grupo tem ainda outras duas características que o destaca dos outros grupos existentes. Uma delas é o facto de em vez de pagarem a uma professora para aprender, partilharem os conhecimentos que cada uma tem e assim vão aprendendo conjuntamente. A(O) entrevistada(o) 6 refere mesmo que “*Ninguém paga nada. Ensinamos umas às outras para aprender*”. Este aspecto, reconhecido por estas senhoras, é a nosso ver algo importante a destacar neste grupo, representando uma forma básica de partilha comunitária de conhecimentos e de disponibilidade para transmitir aquilo que a vida lhes foi ensinando, perpetuando desta forma também técnicas tradicionais na elaboração de trabalhos manuais diversos, como sejam as bainhas abertas, os bordados, o macramé, o croché, a renda de bilros, a malha, entre outros. Por outro lado, permite também que estas senhoras explorem em conjunto novas técnicas e ideias na criação de produtos, como sejam as mais recentes técnicas do guardanapo (em velas, quadros, pratos, etc.), a aplicação de materiais reutilizados em trabalhos tradicionais, o aproveitamento de tecidos, entre outros, promovendo a criatividade e a estimulação mental na procura de novos trabalhos a realizar, não lhes sendo nada imposto por alguém exterior ao grupo. Por este aspecto, que tanto orgulho lhes dá, o próprio grupo se destaca dos restantes existentes no concelho.

A outra característica, pelo qual o grupo também é conhecido, é pelos seus espectaculares lanches ao final da tarde, onde muitas vezes não faltam iguarias gastronómicas típicas algarvias. Foi possível observar que “*têm por hábito fazer o chá das cinco e por vezes petiscar iguarias tradicionais como sejam a tiborna, as papas ou o feijão verde guisado com batata*” (Diário de Campo, Nota de Campo nº 28). Este exemplo mais uma vez é reflexo do convívio existente e da dinâmica criada pelo grupo, pois para estes lanches, já tão conhecidos e apreciados, acabam por vir outros sócios, criando-se assim momentos de convívio únicos na vida da associação.

Fruto deste convívio vivido, estas senhoras actualmente, e contrariando o que acontecia no passado, são já capazes de combinar outras actividades de entretenimento entre si, como a participação em excursões e idas ao teatro, o que mostra que esta experiência em grupo mudou as suas vidas. É ainda deste grupo que saiem as senhoras que apoiam as actividades, pelo que é um grupo com grande importância para a associação. A(O) entrevistada(o) 3 refere mesmo que

Na questão do... nesse grupo das senhoras, é realmente aquele que eu acho que... para mim tem muita importância! Para já, é dali daquele grupo que sai as grandes ajudas para todas as actividades. E são, elas são um pilar muito forte. Talvez tão forte que nem toda a gente tenha essa noção. Mas eu acho que ali está o grande pilar, porque aquele convívio que se foi criando entre elas, a amizade, o... pronto, do dia-a-dia, que muitas delas estavam isoladas e pouco... faziam mais que o governinho da casa delas e cada uma na sua casa desenvolvia os trabalhos só para estar ocupada. Depois de se terem começado a juntar em grupo têm uma vivência muito diferente do que tinham antes, não é? São capazes de se organizar, sair, ir... ainda no fim-de-semana foram ao teatro a Portimão. E foram, foi um grupo! Foram elas que se organizaram entre elas. Outras coisas que fazem também, percebes? Eu acho que este tem muita importância. E depois é daquele grupo que sai todas as ajudas. Quando é necessário fazer, são elas que estão sempre presentes, sabes?

Tal reflexão mostra inclusive que este grupo é muito valorizado, pelo menos pela actual direcção da associação.

As eleições parecem ser uma das grandes dificuldades da associação. Ao longo da sua existência tem sido difícil garantir a existência de listas, pelo que as funções têm vindo a rodar dentro da única lista proposta para eleições. Chegou mesmo a ter de existir uma comissão de gestão por falta de lista. De acordo com os entrevistados 1 e 2, respectivamente, percebe-se que “*Tem sido difícil, tem sido porque só aparece a nossa lista. Isto já vai fazer agora no dia 10 de Abril, 8 anos, e desde que começamos, nunca apareceu outra lista*” e “*quando acaba o mandato da direcção, a gente convoca eleições e não... não aparece ninguém*”.

Mesmo dentro da lista, percebe-se que as propostas de presidente de direcção passam pelo «espicaçar» de algumas pessoas, sendo que não são elas que aparentemente, de uma forma espontânea, se disponibilizam para tal. Percebe-se assim que não existe por parte dos sócios um interesse neste campo, talvez porque as pessoas procuram actividades de lazer e não compromissos. A(O) entrevistada(o) 3 refere mesmo que

agora as pessoas também não procuram responsabilidades. Querem é qualquer coisa para desanuviar o espírito, querem qualquer para desenvolver e passar uns momentos agradáveis e em convívio, mas depois quando toca aquela questão e à formalização e à questão da responsabilidade de se ter que assumir um pouco mais perante o resto do grupo, não é? Não é fácil.

Assim, pergunta-se que tipo de associativismo é este, onde todos querem usufruir mas não assumir o compromisso representar e gerir a associação. Pensando assim, poder-se-á avistar um futuro difícil.

No que diz respeito à organização dos Corpos Sociais, verificou-se a existência de um trabalho conjunto em tudo o que é realizado, havendo a tomada de decisões conjuntas, a partilha de tarefas, trabalhando-se na base da informalidade e do voluntariado. No entanto, dadas as exigências que uma associação implica, há questões que têm de ser mais assumidas pela pessoa que tem a função correspondente, como sejam a de presidente da direcção, tesoureiro e secretário, pois há compromissos e responsabilidades que não podem falhar e que implicam uma monitorização específica. Também nas questões contabilísticas existem essas responsabilidades, pelo que essa questão está entregue a um gabinete de contabilidade pertencente a um dos sócios fundadores. No caso das secções, existe um responsável por cada uma delas, o que nos parece bastante interessante e uma grande ajuda para a direcção da associação, uma vez que a existência destes responsáveis permite partilhar responsabilidades e ter a certeza que a informação mais específica de cada modalidade é dominada por alguém.

Ao nível da organização da associação foi ainda possível perceber que são realizadas reuniões da direcção sempre que existem assuntos a debater ou actividades a preparar, bem como assembleias sempre que existe algo que tem de ser comunicado aos sócios ou que precisa da sua votação para ser decidido. São exemplo dessas assembleias a eleição dos novos corpos sociais e a resolução de problemas que ocorrem com os sócios. Num caso específico ocorrido durante o período de observação realizado, fruto de uma assembleia de sócios para decidir o que fazer com um sócio que provocou desacatos no bar da associação, foi possível perceber que ficou decidido “*contactar o sócio por carta a avisar que numa nova situação será expulso do clube*” (Diário de Campo, Nota de Campo nº 31). Das assembleias de sócios realizadas, resultam actas que se encontram no livro de actas da associação, aberto a 10 de Abril de 2003 pela comissão instaladora.

Voltando à questão da informalidade, referida acima, verificou-se que a associação apresenta uma organização bastante informal, tornando-se, por vezes, difícil aceder a alguma informação de forma rápida. Nomeadamente a informação relativa aos sócios, que é pouca,

encontra-se dispersa, não sendo possível de forma rápida perceber que sócios pertencem a cada secção, a sua idade ou data em que foi proposto para sócio. Também o Plano de Actividades parece recente, uma vez que só foi possível encontrar a partir de 2010. No entanto, foi possível encontrar informação sobre actividades desenvolvidas desde 2004 através dos formulários preenchidos para os pedidos realizados ao programa de apoio ao associativismo da Câmara Municipal de Lagos, bem como alguns dos relatórios produzidos sobre as actividades realizadas. Poder-se-á pensar que o facto de não quererem formalizar demasiado a acção da associação e tornar as coisas muito elaboradas, por vezes poderá levar a que determinadas coisas com alguma importância possam ficar esquecidas. Poder-se-á neste caso falar também da divulgação daquilo que é feito, nomeadamente em jornais locais. Por outro lado, essa informalidade na realização das actividades, parece-nos que poderá também ajudar a cativar pessoas que gostam e procuram para os seus tempos livres ambientes descontraídos e sem grandes formalismos.

Esta informalidade, por outro lado, revela-se também na partilha de tarefas durante a realização das actividades. Foi possível observar que mesmo os elementos da direcção, pessoas que durante as actividades acabam por ter de assumir determinadas responsabilidades e funções, quando mais libertos ajudam no que for preciso, não havendo assim distinção entre dirigentes associativos e sócios em geral. Cada um ajuda no que pode, diluindo-se desta forma papéis sociais que, por vezes, noutras situações, podem criar barreiras à resolução dos problemas. Sobressai assim a vivência real da solidariedade, da cooperação, da partilha e do diálogo com vista à realização de um objectivo comum, onde todos colaboram de igual forma.

Embora toda esta dinâmica, no que toca às dificuldades sentidas na gestão da associação, sobressai a dificuldade em encontrar pessoas empenhadas e disponíveis para colaborar, gente nova e dinâmica que queira assumir cargos de responsabilidade. No que toca ao empenho das pessoas, a(o) entrevistada(o) 3 refere mesmo que

uma das coisas que é difícil hoje em dia é empenhar as pessoas, é envolver as pessoas. E isto é porque a gente tem uma faixa etária acima dos quarenta, porque a miudagem, há ali três ou quatro que têm crescido connosco e que são capazes de se ir envolvendo, apesar de umas vezes ou outras se afastam, mas depois certamente, acredito que um dia mais tarde são capazes de crescer neles, tal e qual como cresceu na gente, esta vontade agora, mas a gente nova é difícil de empenhar, de envolver, de chamar. Mas, pronto, isto também não é uma população muito jovem. É uma população já com meia-idade.

A continuidade do Grupo Popular das Portelas pode ser assim entendida actualmente como uma preocupação. De forma geral, todos os entrevistados pretendem que a associação continue, mas o cansaço começa a fazer-se sentir e sente-se a necessidade de haver pessoas novas a assumir os Corpos Sociais, para não sobrecarregar novamente os mesmos. Por outro lado, verifica-se que existe um sentimento geral de que será difícil encontrar pessoas que tenham garra para sustentar a associação, pois na opinião geral dos entrevistados não há pessoas com disponibilidade para tal entre os sócios. A esperança reside então nos novos sócios, aqueles que entraram mais recentemente e que são activos nas secções de que fazem parte.

Este é um problema geral nas associações, encontrar pessoas com disponibilidade para assumir posições de responsabilidade, o que é realmente um problema, pois leva a que quem lutou para a sua existência ao longo dos anos, não consiga deixar a associação sem uma solução, levando a que se disponibilizem por mais um mandato e se vão sentindo cada vez mais cansados e até desmotivados pelas dificuldades constantes. Este pode ser um dos aspectos difíceis de superar ao longo dos anos, que pode a nosso ver influenciar o plano de actividades, a dinâmica da associação e levar mesmo à sua extinção.

3.3.5 Actividades

O Grupo Popular das Portelas, desde o seu início, tem mantido uma actividade regular e constante na organização de actividades/eventos. Podem distinguir-se as actividades que são promovidas especialmente para os sócios e população das Portelas e as que são promovidas para a população em geral, pelo que se percebe que o trabalho da associação é abrangente, tentando chegar a diversos públicos.

Partindo dos dados recolhidos, foi possível perceber que são poucas as actividades promovidas ao longo dos anos que já não continuam a ser organizadas. Por outro lado, foi possível perceber que embora o elevado número de actividades desenvolvidas anualmente, a associação continua ainda disponível para novas sugestões de actividades, percebendo-se que pretende continuar a apresentar, a cada ano, um plano de actividades que responda aos interesses da população em geral. Foi possível perceber também que existe abertura para voltar a dinamizar actividades que com o passar dos anos foram deixando de existir, como é o caso do Desfile Carnavalesco na localidade.

No que toca às actividades organizadas pelo Grupo Popular das Portelas na actualidade, verifica-se que estas são inúmeras, o que quererá dizer que têm sucesso no trabalho que

realizam e que, ao longo dos anos, as pessoas têm aderido. Contabilizam-se assim as seguintes actividades organizadas durante o período de observação realizado:

- Arraiais de verão (bailes);
- Passeio para pessoas que colaboram nas actividades e aberto aos sócios em geral, desde que haja ainda lugar;
- Construção do mastro para os santos populares;
- Maias junto ao Salão sócio-cultural;
- Exposição de presépios, com participação da população em geral;
- Aniversário da associação;
- Noite de Fados;
- Raid de BTT;
- Passeio de Cicloturismo;
- Exposição de trabalhos manuais, do grupo sénior;
- Magusto de S. Martinho;
- Festa de Natal;
- Cantar dos Reis;
- Aulas de Danças de Salão;
- Passeio solidário de BTT;
- Passeio de bicicletas antigas;
- Prova de Tiro com Arco e Besta.

De acordo com o número de actividades identificado, é possível perceber que tem de existir uma calendarização e uma organização constante para que possa ser garantida a realização de todas as actividades ao longo do ano. Esta quantidade de actividades é, a nosso ver, também reflexo do esforço e dinamismo daqueles que assumem a continuidade da associação, mas também fruto da experiência acumulada ao longo dos anos e do conhecimento que detêm sobre a comunidade onde estão inseridos, parecendo existir sempre alguma certeza no sucesso das actividades.

Tendo em conta o número de actividades organizadas e a sua diversidade, percebe-se que existe a necessidade de preparar cada uma delas ao pormenor, desde a forma como irá decorrer, programa, percursos, divulgação, materiais necessários, contactos, contratos, cumprimento de horários, colaboradores em número necessário, identificação de colaboradores com t-shirts ou aventais, a melhor organização do espaço e até decoração a fazer, garantia de segurança dos participantes, realizando seguros e tendo presente forças de segurança e de socorro, lembranças de participação, prémios, divulgação de patrocínios, entre outros. Tudo é

pensado, decidido e preparado em grupo, pelo que as reuniões ou momentos de preparação são essenciais. Mesmo no dia das actividades, tudo é preparado com a antecedência possível para que quando chegue a hora tudo esteja pronto. No caso das refeições, a associação disponibiliza inclusive a possibilidade de haver uma inscrição ou reserva para que quando chegue a hora as refeições estejam calculadas para o número de pessoas necessário. Poder-se-á dizer que o sucesso tido ao longo dos anos poderá ser também reflexo de todo este trabalho prévio que depois permite que as coisas corram da melhor forma, agradando os participantes e motivando-os a participar novamente. Poder-se-á ainda dizer que embora todas as preocupações organizativas das actividades, existe sempre um certo ambiente de informalidade e descontração, promovido certamente por uma grande capacidade de adaptação a situações imprevistas e espírito de entreajuda, algo que caracteriza fortemente esta associação.

No que toca à divulgação das actividades, percebe-se que existe uma preocupação por parte da associação neste sentido, recorrendo assim a diferentes suportes e disponibilizando a informação em diferentes locais. Sendo esta uma associação local, sediada numa localidade de alguma forma envelhecida, parece-nos importante destacar que tem tido a preocupação de estar disponível através das novas tecnologias, o que mostra que os seus dirigentes e sócios estão atentos às novas formas de comunicação, recorrendo ainda ao formato tradicional de cartazes em papel, mas também através de blogues, sites, fóruns e vídeos. Inclusive já disponibiliza a possibilidade de, numa fase posterior à realização da actividade, os participantes avaliarem a actividade através dos fóruns, inovando, a nosso ver, mais uma vez, pois reconhece a importância de receber o *feedback*, algo que não é assim tão frequente em associações desta dimensão.

Muitas das actividades organizadas incluem a opção de refeição. Por este motivo, parece-nos importante destacar que quando estas existem, a associação tem a preocupação de fazer refeições que são mais fáceis de preparar para grandes números de pessoas, a chamada «comida de tacho». Por outro lado, nada nestas refeições é também descorado, existindo sempre entradas, mais do que um prato à escolha, bebidas e sobremesas diversas, não faltando inclusive nalgumas ocasiões digestivos fruto de produção local/regional. Além disso, foi possível perceber também que sempre que é possível as iguarias preparadas estão de acordo com a actividade, o que mostra que nada é mesmo preparado ao acaso, tudo tem um objectivo, promovendo também a gastronomia tradicional portuguesa. Por exemplo: na Noite de Fados não falta o caldo verde e a chouriça assada; no passeio de bicicletas antigas não faltou a taborna e a sardinha salgada para comer no pão.

De uma forma geral, foi possível perceber que as actividades organizadas pela associação proporcionam a quem dinamiza e a quem participa excelentes momentos de convívio, dando lugar à vivência dos tempos de lazer em situações colectivas, o que proporciona momentos de encontro de amigos, vizinhos e familiares, a oportunidade de colocar a conversa em dia e até de permitir às crianças brincar em grupo, levando à interacção de diferentes gerações. Poder-se-á dizer inclusive que as actividades organizadas revitalizam muitas vezes a vivência comunitária de outros tempos, onde as pessoas saíam para a rua, partilhavam o espaço público e conviviam, tomando conta dos filhos/netos uns dos outros, numa troca de responsabilidades constantes que era natural.

Um exemplo deste tipo de vivência são os bailes organizados pela associação. Neles foi possível encontrar famílias inteiras, adultos e crianças, juntando diferentes gerações. Enquanto pais e avós dançam, as crianças juntam-se maioritariamente no exterior do recinto e brincam, havendo sempre pessoas por perto que, não estando lá para as vigiar, assumem também esse papel.

No que se refere a actividades recreativas e culturais, parece-nos ainda interessante referir que foi possível perceber que proporcionando momentos de convívio social, os participantes, bem como as pessoas dinamizadoras, tentam apresentar uma imagem cuidada (cabelo arranjado, vestuário cuidado, maquilhagem, perfume, etc.), algo que é representativo da importância que estes momentos têm.

No que se refere às actividades organizadas na localidade das Portelas, foi possível perceber que estas alteram a dinâmica vivida diariamente, tendo impacto certamente ao nível da restauração existente e do movimento causado nas ruas, podendo nalguns casos tornar-se incomodativo. Um exemplo disso são os dias de baile, porque nessas noites a localidade ganha mais movimento nas ruas, esgota os lugares de estacionamento, fica com as estradas principais e secundárias, bem como as ruas, repletas de carros estacionados, tudo isto até altas horas da noite.

Por último, no que se refere às actividades, torna-se essencial reflectir sobre a adesão às mesmas. Nas actividades observadas, podem-se indicar os seguintes números:

- Montagem do Mastro: colaboraram cerca de 20 pessoas;
- Baile: cerca de 20 pessoas a colaborar e o recinto cheio, pelo que estariam centenas de pessoas no seu interior;
- Noite de Fados: cerca de vinte mesas, na sua maioria com grupos para jantar, e cadeiras para quem quis apenas assistir;
- 3º Raid de BTT: cerca de 230 atletas;

- 7º Passeio de Cicloturismo: cerca de 55 atletas;
- Festa de Natal: o salão sócio-cultural encontrava-se cheio no interior e havia mais pessoas na esplanada;
- Exposição de presépios: 11 presépios, de participantes com idades entre os 3 e os 70 anos;
- Inauguração do campo de treino de Tiro com Arco e Besta: cerca de uma centena de pessoas, dos quais 26 eram atletas da modalidade;
- 5º Passeio de BTT: cerca de 140 atletas;
- Passeio de Bicicletas antigas: cerca de 70 participantes.

Mediante os números apresentados, a nosso ver, a adesão poderá ser classificada de excelente. Tendo em conta que falamos de uma associação local que vive unicamente da disponibilidade dos seus sócios para dinamizar as actividades e analisando o número de participantes envolvidos, torna-se fundamental valorizar o trabalho que tem vindo a ser feito. Poder-se-á mesmo pensar que os participantes valorizam o trabalho da associação e dão-no a conhecer, cativando outros a participar. Por outro lado, muitas foram as pessoas encontradas regularmente nas actividades, o que mostra que as actividades da associação já são parte integrante dos tempos livres dessas pessoas e, nalguns casos, até das suas famílias.

3.3.6 Instalações utilizadas pelo Grupo Popular das Portelas

O Grupo Popular das Portelas, ao longo da sua existência, nunca teve oportunidade de adquirir um espaço próprio, pelo que, assim sendo, conforme as suas necessidades foi procurando soluções para a sua resolução. Assim, através de protocolos, formais e até informais, obteve a cedência de alguns espaços que hoje em dia estão sob a gestão da associação, encontramos o recinto de bailes, o salão sócio-cultural e a Escola Primária das Portelas. Além destes, foi recentemente cedida a utilização do Parque das Freiras, no centro da cidade de Lagos.

O recinto de bailes tem sido até agora o grande investimento da associação, embora seja um espaço que lhes está cedido de boca, não havendo qualquer protocolo que garanta a sua utilização. No entanto, é um espaço que está constantemente a necessitar de obras de melhoramento e que é utilizado apenas alguns meses no ano, pois por ser aberto só pode ser utilizado quando está bom tempo, nomeadamente mais na época da Primavera e Verão. Este recinto está limitado por um muro e uma porta de madeira «artesanal», tendo no seu interior uma cozinha construída pelos sócios, com as condições necessárias ao serviço de cozinha em actividades (tem lava-loiças, termoacumulador para climatização de água, bancada de serviço,

máquinas frigoríficas, fogões industriais e várias loiças para as refeições), um palco e um enorme recinto totalmente ao ar livre. É lá que se realizam os bailes, as noites de fados e os arraiais, bem como os almoços de algumas das actividades. No passado, foram também lá realizadas algumas actividades desportivas, revelando-se um espaço multifacetado ao serviço da associação. Mas este espaço poderá ser visto também como uma das fontes de preocupações e angústias da associação, dado que vêm nele um óptimo espaço para dinamizar as suas actividades, mas que precisa de mais condições e de um protocolo formal de autorização para a sua utilização por um número de anos que justifique lá mais investimento.

O salão sócio-cultural, é composto por uma sala de bar, casas-de-banho interiores e exteriores e uma sala de arrumos. É na actualidade a sede da associação e o único espaço coberto e com condições disponíveis para actividades com a população, no entanto, torna-se pequeno, sendo mais utilizado como espaço de convívio e entretenimento. É lá também que são guardadas as memórias do passado e de oito anos de actividade, através de fotografias, taças, diplomas de participação, medalhas, entre outros objectos, e é lá que, nos dias de encerramento do bar, as senhoras se juntam para fazer os seus trabalhos manuais. O espaço está equipado com mesas, cadeiras, todo o material de bar necessário, ar condicionado e televisão com transmissão por cabo.

A Escola Primária das Portelas é também utilizada pela associação, mas é partilhada com o Ministério da Educação, através do pré-escolar itinerante, e com a Câmara Municipal de Lagos, através do Projecto «Saúde em Movimento». Este espaço é composto por um pátio, um campo de jogos e uma sala de aula e um espaço exterior com árvores. Por norma é utilizado pela associação para actividades como as exposições ou a preparação de algumas actividades, bem como para algumas das reuniões. Foi exemplo disso a observação realizada no dia 9 de Setembro, onde a secção de BTT e a direcção se reuniram naquele espaço para preparar o Raid de BTT: *“além da secção do BTT, estava também a direcção reunida com algumas senhoras a programar a refeição para o Raid de BTT. Decidiam que pratos fazer e quantidades de ingredientes. Encontravam-se reunidos no pátio da escola.”* (Diário de Campo, Nota de Campo 12).

O Parque das Freiras foi cedido unicamente para a prática a modalidade de Tiro com Arco e Besta e foi necessário a secção adaptar parte do parque à prática da modalidade. Desta forma, conta actualmente com um campo de tiro com arco e besta para adultos e outro para crianças, respondendo a todas as normas de segurança impostas. Foi também necessário um grande investimento por parte da secção para a implementação de tal equipamento. Este conta assim com um espaço vedado, tendo apenas um acesso, mesas de apoio para colocação das

armas, diversos tipos de alvos, num total de 14, com réplicas de animais, bastidores normais e alguns 3D. Nesta zona os praticantes podem atirar até 80 metros de distância e têm também duas estruturas de tiro elevadas. Na zona de crianças, os bastidores eram simples perfazendo cerca de 5 alvos, onde é possível atirar até aos 25 metros. Em locais estratégicos de cada um dos campos, estão identificados todos os parceiros/patrocínios envolvidos, cerca de 25, através de lonas e placares com publicidade.

Além destes espaços, a associação recorre sempre que necessário a outros espaços existentes no concelho de Lagos para realização das suas actividades. São eles a Escola das Naus, o Parque Urbano de Bensafrim, as instalações do Clube Desportivo Estrela de Bensafrim e do Grupo de Amigos do Chinicato, o Polidesportivo das Portas da Vila e até o Jardim da Avenida. Percebe-se assim que a falta de espaço em condições não limita a actividade da associação, pois esta procura aproveitar os espaços já existentes para satisfazer as suas necessidades, rentabilizando assim diversos espaços públicos/privados.

Relativamente aos espaços utilizados pela associação na localidade das Portelas, poder-se-á dizer que a sua utilização por parte da associação fez deles espaços comunitários de convívio e ocupação de tempos livres, suprimindo uma necessidade daquela comunidade. Agora estes espaços, antes vedados à população, permitem promover actividades recreativas, desportivas e culturais, combatendo o isolamento e fragmentação da população e criando espaços comuns de encontro.

No que toca à não existência de um espaço próprio, nota-se, no entanto, alguma tristeza pelo facto de ao se compararem com outras colectividades perceberem que são os únicos no concelho que não têm um edifício com condições, ainda mais quando se consideram das associações com mais dinamismo e actividades ao longo do ano. A(O) entrevistada(o) 2 diz mesmo que

É que não temos nada para fazermos alguma coisa. . . . Nada é um edifício. Por exemplo podíamos... se a gente, vamos lá, fazemos os bailes, tirando aquilo, a gente não pode fazer mais nada, porque não temos instalações. É diferente das outras colectividades, qualquer uma aqui . . . do nosso concelho. Se formos a ver, vamos ao Odiáxere, vamos ao Chinicato, têm, todas têm.

Esta situação é inclusive reconhecida pelos órgãos de gestão autárquica, pois a(o) entrevistada(o) 4 diz mesmo que

Ainda não têm instalações próprias, pois estão ali numa situação provisória, mas isso deve-se à falta de meios físicos para poder dotar a povoação das Portelas de umas condições boas. . . . ali teria de partir-se de um princípio desses,

haver uma cedência de um terreno para depois então fazer qualquer coisa de raiz e uma coisa boa.

Percebe-se assim que, de alguma forma, a falta de um espaço próprio é uma questão partilhada pelos órgãos de gestão autárquica, que reconhecendo o trabalho que é feito, também parecem preocupados com o facto de não terem meios de apoiar a associação de outra forma, tal como já foi feito com outras colectividades.

Neste âmbito, no que se refere às preocupações sentidas pela associação relativamente ao seu futuro, percebe-se que as instalações são um ponto central, pois sem elas sentem que dificilmente podem evoluir mais ao nível das actividades e receber os seus participantes em condições, sem ter que recorrer a espaços que não são seus. A questão da autonomia parece algo importante, pois o não ter de pedir nada a ninguém para garantir a sua actividade, faz parte da natureza de qualquer instituição.

Por outro lado, a associação é exemplo de que embora sem instalações próprias e apenas aproveitando os recursos já existentes é possível fazer muito. Poder-se-á mesmo questionar se a existência de um espaço próprio com mais condições não limitaria à localidade a actividade hoje desenvolvida ao nível do concelho, perpetuando a necessidade de interacção com outras associações e entidades existentes cujos espaços podem ser melhor rentabilizados. Por outro lado, será de destacar que o facto de recorrerem a espaços públicos e noutras localidades para a realização das suas actividades ou parte delas, pode ser vista como uma forma de darem a conhecer o seu trabalho e darem visibilidade à associação, bem como uma forma de estarem presentes nos espaços comunitários e da vida do dia-a-dia, podendo desta forma permitir e cativar a participação de outras pessoas.

3.3.7 Influência do Grupo Popular das Portelas na comunidade

No que toca ao impacto que a associação tem tido na vida dos sócios, verifica-se que em situações de dificuldades a nível familiar, o convívio e apoio das pessoas envolvidas na associação levou a que algumas pessoas conseguissem superar as dificuldades vividas. A(O) entrevistada(o) 1 refere mesmo que *“foi mesmo a força deles que me deram, que eu também na altura andava muito em baixo, e tudo isso me ajudou bastante e posso agradecer a eles todos”*. Desta forma, percebe-se também que existe um espírito de grupo, uma união, um convívio e até uma amizade criada a partir da vivência associativa, que faz com que as pessoas se sintam bem naquele contexto e que alterou a forma como se relacionavam no passado.

Por outro lado, o facto de sentirem que contribuíram para a construção da dinâmica existente, leva-os a sentir pena de deixar perder aquilo que conquistaram. Novamente a(o) entrevistada(o) 1 diz que

eu tenho pena se isto um dia acaba . . . Lutamos tanto, não é? A gente começamos do zero, não tínhamos nada, nada... mas foi giro, logo na altura comprar tudo, tudo, tudo aquilo... ah... foi engraçado, mas... por isso agora também me dá pena se isto morrer.

No que se refere à opinião sobre o percurso realizado pela associação, verifica-se que a satisfação e orgulho são enormes, o que reflecte que todo o trabalho, preocupações e dificuldades sentidas, apesar de tudo, valeram a pena. Reflexo disso é também a união conquistada, no grupo e na população, e até o reconhecimento por parte dos órgãos de gestão autárquica.

Outro factor de orgulho é o facto de mesmo sem grandes condições logísticas, sempre terem conseguido evoluir, procurando solucionar as suas dificuldades com os recursos existentes à sua volta. Por outro lado, embora sintam que não necessitam de angariar sócios, começam a achar que deviam divulgar mais aquilo que fazem pelo valor e importância que tem, valorizando mais o trabalho da associação junto da população em geral, nomeadamente a recuperação de determinadas tradições, o que a nosso ver faz sentido, pois há eventos que têm inclusive uma importância histórica para o concelho e região, como sejam a construção do mastro ainda em flores de papel, o passeio de bicicletas antigas ou mesmo as Maias.

No caso do impacto que a associação tem na vida das senhoras que participam e colaboram constantemente nas actividades, verifica-se que é de extrema importância a sua existência, pois proporciona-lhes um espaço de convívio que as tira de casa, promovendo o combate ao isolamento e a possibilidade de continuarem activas no meio onde vivem. Inclusive o salão sócio-cultural pode ser visto como uma mais-valia, pois tornou-se num ponto de encontro diário onde sabem que podem encontrar pessoas conhecidas e trocar dois dedos conversa ou simplesmente estar acompanhadas a ver televisão ou a fazer os seus trabalhos manuais. Nalguns casos, a pertença à associação mudou a sua forma de estar na vida, criando por vezes dissabores no seio familiar, pela mudança operada. De qualquer forma, a sua perspectiva é que tem valido a pena fazer parte da associação, sentindo inclusive que os dias passados na associação são mais pequenos que os passados em casa.

Percebe-se assim que estas mulheres sentiam uma enorme necessidade de convívio e que a existência da associação permitiu-lhes isso e até ter um espaço onde sabem que podem

sempre encontrar companhia, não estar sozinhas e até desabafar sobre os seus problemas, coisa que dificilmente aconteceria se não tivessem criado o seu grupinho.

No que se refere ao impacto da associação na localidade, percebe-se que a opinião geral dos entrevistados é que esta alterou a dinâmica da localidade, criando actividades que promovem a ocupação dos tempos livres no próprio local de residência e o convívio que já não existia. Nomeadamente para a população mais idosa, foi uma grande mais-valia pela criação de um local de convívio que não existia, dando por si só mais vida à localidade. Neste caso, verifica-se ainda que é grande a adesão dos sócios e população em geral nas actividades da associação, dependendo das actividades promovidas, o que mostra que o trabalho desenvolvido até ao momento é também muito válido e tem merecido a atenção da população. As actividades que têm mais sucesso são sem dúvida alguma os bailes e as actividades ligadas ao BTT, talvez por serem aquelas que têm um maior número de adeptos. No geral, percebe-se que a opinião sobre as actividades realizadas é muito positiva e o sucesso das mesmas é reflexo disso. Parece que só por ser organizado pela associação, já se espera que corra bem e que valha a pena participar. O facto de existirem pessoas que são presenças constantes de ano para ano é reflexo disso também.

No que se refere ao impacto que a associação tem na freguesia e até concelho, percebe-se que esta tem contribuído acima de tudo para recuperação de tradições, para a criação de actividades de lazer e recreio e para a promoção e divulgação do território, mas também para promover a união e a procura colectiva de soluções para alguns dos problemas identificados, apoiando desta forma a Junta de Freguesia, tal como foi reconhecido pela(o) entrevistada(o) 4:

Muito na recuperação de tradições, na animação da povoação, na união da povoação, na... divulgação do nome, porque eles também têm divulgado o nome de Lagos. De uma maneira geral foi positivo, extremamente positivo. Ou tem sido! [Risos] Tem sido extremamente positivo.

3.3.8 Relacionamento com outras entidades

No que se refere ao relacionamento com outras entidades, percebe-se que o Grupo Popular das Portelas mantém uma boa relação com as instituições existentes no concelho de Lagos, sejam associações ou órgãos de gestão autárquica, existindo inclusive trabalho conjunto na divulgação e dinamização de actividades. Por outro lado, esse bom relacionamento permite à associação promover actividades que vão para além do seu território, tendo acesso a

espaços que não são seus. O facto da associação participar em actividades de outras associações ou contar por vezes com a presença destas e dos executivos dos órgãos autárquicos nas suas actividades é também reflexo desse bom relacionamento e mostra que a associação é activa no concelho a que pertence. No entanto, é perceptível que existe o reconhecimento de que podia ser feito muito mais trabalho em conjunto, o que parece ser bastante interessante, uma vez que existiria a possibilidade de coordenar vontades e recursos, com vista à obtenção de mais-valias para a população.

Também a associação procura estar frequentemente presente nas actividades organizadas pelos órgãos de gestão autárquica, através da presença em feiras com venda de artigos comestíveis ou outros, actividades desportivas e até culturais. Poder-se-á pensar que esta é também uma forma da associação retribuir o apoio dado a nível logístico e financeiro para as suas actividades. Por outro lado, percebe-se que esta é também uma forma de divulgação da associação junto da população em geral e das suas actividades. A participação em feiras com os trabalhos realizados pelo grupo dos trabalhos manuais pode ainda ser vista como uma forma de divulgação dos seus trabalhos, dando-lhes inclusive a oportunidade de vender alguns, sendo também uma forma de ajuda às senhoras que fazem parte do grupo.

Além de marcar presença enquanto associação, o Grupo Popular das Portelas tenta ainda apoiar actividades organizadas por outras entidades, inclusive disponibilizando as suas instalações, verificando-se mais uma vez situações de colaboração e de bom relacionamento.

3.3.9 Associativismo na Freguesia de S. Sebastião

A freguesia de S. Sebastião caracteriza-se por ter uma grande quantidade de associações, principalmente a nível desportivo, dado que existem muitas associações que são fruto de desavenças entre sócios. Esta característica não é muito positiva e torna-se inclusive uma dificuldade para os órgãos de gestão autárquica na altura de atribuir subsídios, uma vez que não é possível apoiar simplesmente uma modalidade, mas «x» associações que a promovem, ou até mesmo para tentar promover actividades conjuntas, dado que não existe depois um bom relacionamento entre todas. A nível cultural e recreativo, existe já uma tendência para a complementaridade, pelo que já é mais fácil trabalhar. O Grupo Popular das Portelas é uma das três associações que mais se destaca no trabalho conjunto com a Junta de Freguesia e que tem tido um apoio mais frequente por parte desta, também porque por intermédio desta a Junta de Freguesia tem conseguido a colaboração da população, conseguindo levar a cabo algumas das suas actividades, nomeadamente a recuperação de tradições que estavam adormecidas. Verifi-

ca-se assim que há um trabalho conjunto na recuperação de tradições e na procura de dinamização daquela localidade, destacando-se, mais uma vez, o papel que a associação tem no território.

Foi possível perceber que a Junta de Freguesia de S. Sebastião, nas pessoas do actual executivo, teve um papel importante no incentivo à criação de associações pelas localidades da freguesia, pois no início do seu mandato terá tentado apoiar a criação de grupos que criassem elos de união entre os habitantes e que acabassem com o sentido de dormitório em que as localidades se estavam a tornar. Desta forma, a Junta de Freguesia queria recuperar tradições comunitárias abandonadas, pelo que apoiou as localidades através da construção de jogos tradicionais e disponibilizou produtos alimentares em dias festivos. O caso das Portelas foi um sucesso, motivado talvez pelo dinamismo já existente, e que levou de forma endógena à criação do Grupo Popular das Portelas. Poder-se-á pensar que foi uma acção inteligente e que beneficiou tanto o executivo como a população, de forma a aproveitar os recursos já existentes na comunidade.

No caso da Junta de Freguesia de S. Sebastião, os apoios concedidos são-no de forma pontual, pelo que podem ser acedidos em qualquer altura do ano, consoante o executivo ache bem apoiar determinada actividade para o qual foi solicitado o apoio. Este pode ser financeiro, material ou logístico, adaptando-se consoante as necessidades do momento e a disponibilidade por parte da Junta de Freguesia para tal. Desta forma, existe um contacto mais directo entre a Junta de Freguesia e a associação, existindo uma maior proximidade, o que nos parece relevante. Por outro lado, existe algum bom senso na atribuição do apoio, tendo em conta o trabalho realizado em prol da Freguesia. Desta forma, percebe-se que o Grupo Popular das Portelas é novamente uma das associações mais apoiadas pelo trabalho desenvolvido com a comunidade.

Foi ainda possível perceber que para a Freguesia de S. Sebastião o associativismo é algo muito importante porque privilegia a união das populações, promove a participação destas nas actividades organizadas pela Junta de Freguesia ou ajuda a promovê-las mesmo no seio da comunidade, e permite ter um conhecimento mais aprofundado das problemáticas existentes, pois é mais fácil chegar à população. Por outro lado, permite combater as «povoações dormitório» e criar espaços e actividades de lazer na área de residência das pessoas, permitindo que estas deixem de se deslocar para ter acesso a práticas de lazer. Verifica-se assim que o associativismo poderá ser um forte mediador entre estruturas autárquicas e população em geral, mas também um forte dinamizador local com vista à recuperação de práticas de vivência em comunidade, perdidas e muitas vezes desvalorizadas nos dias de hoje.

CAPÍTULO 4

CONCLUSÕES E REFLEXÕES CRÍTICAS

Realizada a análise dos dados, é tempo de reflectir criticamente sobre o percurso realizado e os resultados obtidos à luz da fundamentação teórica apresentada e dos objectivos a que nos tínhamos proposto. É tempo também de avaliar os constrangimentos sentidos e de sugerir futuras linhas de investigação. Neste sentido, lembramos que o problema de investigação que nos propúnhamos estudar estava formulado da seguinte forma: «Que papel tem vindo a representar o Grupo Popular das Portelas na dinamização social, cultural e desportiva da comunidade local?»

Assim, retomando a fundamentação teórica e a análise dos dados, poder-se-á concluir que o Grupo Popular das Portelas:

- No âmbito do trabalho em rede promovido pela actual noção de governação, defendida por Faria (2010), poderá ser um excelente parceiro no trabalho realizado no concelho de Lagos e na freguesia onde está sediado, podendo com o seu dinamismo e experiência adquirida, colaborar com os órgãos de gestão autárquica e outras associações com vista à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, privilegiando um trabalho cada vez mais próximo das populações locais.

- Tem contribuído para a participação activa da população em geral, permitindo o acesso de qualquer pessoa às suas instalações e actividades, promovendo espaços de debate através das suas assembleias e dando a conhecer, nas suas instalações, informações que partem dos órgãos autárquicos daquela freguesia e município. Tem ainda sido um aliado dos órgãos de gestão autárquica, permitindo a chegada de informações sobre as necessidades locais e contribuindo para a presença destes na localidade, numa atitude próxima da população.

- Tem contribuído para a revitalização das solidariedades locais e redes de vizinhança e tem contribuído para que os cidadãos sejam activos na localidade onde vivem, trabalhando em conjunto para a melhoria da qualidade de vida (através por exemplo da promoção de actividades que melhoram a saúde física e mental e do combate ao isolamento da população mais envelhecida) e para a promoção de um projecto comum (continuidade da associação e das suas actividades), de onde saem fortalecidos os laços comunitários, cada vez mais informais e dinâmicos, impulsionando a cooperação e a partilha de valores comuns. Contribui ainda para a coesão social e para a identidade local através da revitalização das tradições locais daquela localidade, bem como para a existência do sentimento de comunidade de que nos falavam Elvas e Moniz (2010), reforçando também o sentimento de que todos pertencem e colaboraram num projecto que é de todos e para todos.

- Contra aquilo que é a tendência da vivência associativa geral, o Grupo Popular das Portelas consegue ainda dar prioridade aos seus sócios, pelo que as suas actividades ainda são principalmente dirigidas a estes. Por outro lado, resiste ainda à tentação da contratualização com o estado para o desenvolvimento da sua acção, mesmo perante as necessidades sentidas, principalmente no que toca às questões de espaço, não contribuindo ainda para modelo empresarial defendido por Lima e Afonso (2006), mas inserindo-se no modelo de produção cultural e socioeducativa.

- Pode-se ainda encontrar na sua actividade pontos comuns à educação popular e à animação comunitária, embora saibamos que nada é feito com esse objectivo ou tendo conhecimento do que estes conceitos envolvem. No entanto, o Grupo Popular das Portelas tenta em conjunto com os seus sócios responder às necessidades sentidas e cria momentos de aprendizagem conjunta, partindo e valorizando os conhecimentos de que estes são detentores. Por outro lado, promove reuniões e tenta de forma informal avaliar as acções desenvolvidas, privilegiando ainda a relação de horizontalidade e a tomada de decisões conjuntas. Ao promover actividades em âmbitos como a cultura, o desporto, o recreativo e o social, partindo dos recursos locais e do capital social dos seus membros, o Grupo Popular das Portelas intervém utilizando a própria animação comunitária, contribuindo para a criação da *cultura comunitária* defendida por Reis e Mesquita (1995).

- Para a acção do Grupo Popular das Portelas, achamos que é fundamental o facto de os membros mais activos construírem relações informais entre as pessoas, e basearem a sua grande capacidade de organização nessas mesmas relações informais. Este facto, aliado aos espaços comunitários em que a acção acontece – não ocorre em espaços artificiais na comunidade – aproxima imenso a vida da associação e a vida das pessoas da comunidade. Por outras palavras, a associação constitui uma espécie de prolongamento natural da vida da comunidade. Ao mesmo tempo, portanto, que esta associação está fortemente enraizada na comunidade, promove, continuamente, o próprio sentido de comunidade.

- Por último, o Grupo Popular das Portelas tem contribuído para a afirmação da identidade local das Portelas e das suas gentes, criando nelas o orgulho das actividades levadas a cabo e do seu sucesso, procurando criar um espírito de comunidade e a existência real de uma comunidade, tendo em conta as características identificadas por Peruzzo (2002). Tudo isto contribuiu, a nosso ver, para uma mudança social, porque teve a capacidade de envolver o colectivo, de alterar a dinâmica e a própria estrutura daquela comunidade, sendo uma experiência que é possível identificar no tempo e num determinado contexto, tendo crescido do seio da comunidade, podendo identificar-se um carácter endógeno, e partido da necessidade

que a população tinha de voltar a ter o dinamismo de outros tempos. Assim, conseguiu que a população tomasse “parte activa na construção do presente e do futuro da comunidade” (Melo, 1998, p. 6).

Tendo como pretensão aprofundar a temática do associativismo em contexto local, definimos como objectivos para esta investigação caracterizar o Grupo Popular das Portelas e conhecer aprofundadamente a sua actividade e influência na comunidade onde se encontra sediado. Somos da opinião que estes objectivos foram atingidos, pois conseguimos realmente conhecer uma dinâmica associativa local, muita enraizada no seu território, e conseguimos também ser muito bem aceites no contexto de investigação, o que facilitou muito o acesso a informação geral, mas também privilegiada, que de outra forma seria difícil obter. Assim, foi possível caracterizar o Grupo Popular das Portelas nas suas várias vertentes e reflectir sobre a actividade realizada ao longo dos anos da sua existência. Foi ainda possível perceber a importância desta associação para a comunidade onde se insere e conhecer as mudanças provocadas na localidade em si, nomeadamente ao nível da dinâmica local e da utilização dos espaços públicos. Será de referir ainda que foi essencial para a concretização destes objectivos a colaboração de todos os sócios abordados, bem como de outras pessoas que contribuíram para melhorar o nosso conhecimento sobre o território e suas especificidades, principalmente no que se refere às práticas associativas.

Relativamente aos problemas ou limitações encontradas ao longo da investigação realizada, naquilo que toca à aceitação, colaboração e apoio da associação em questão, não existe nada a destacar. Poderemos apenas salientar alguns aspectos que se prendem com o trabalho desenvolvido pela investigadora em questão. Assim, destacamos o facto de se terem sentido dificuldades de gestão e organização de todos os dados recolhidos, os quais, a dada altura, pareciam ser em demasia. No entanto, após a sua organização e tratamento, verificou-se que nos permitiram conhecer ainda melhor a realidade estudada, tendo várias perspectivas de análise e dados muito diversificados. Outra limitação sentida teve a ver com as questões de temporalidade e número de actividades, pois realizou-se observação de cenário durante um ano, e foi difícil gerir nesse espaço de tempo a quantidade de informação recolhida, a presença nas diversas actividades e a realização do trabalho paralelo ao trabalho de terreno, como sejam a pesquisa bibliográfica e documental, a qual a nosso ver, podia ter sido mais rica e mais explorada. Pensamos que ao nível da fundamentação teórica poderíamos ainda ter conseguido aceder a outros autores relevantes na temática abordada, mas tal já não nos foi possível. A nível da temporalidade, pensamos ainda que os inquéritos por entrevista poderiam ter sido realizados mais cedo e isso poderia ter possibilitado explorar depois, em momento posterior, alguns

aspectos que surgiram no decorrer da sua aplicação. No entanto, pensamos que nenhuma destas limitações prejudicou de forma significativa o trabalho de investigação que aqui se apresenta, retirando-lhe importância e relevância.

Tendo por base a investigação aqui apresentada e as conclusões a que chegamos, impõem-se linhas de orientação para futuras investigações, as quais importam referenciar aqui, para que no futuro outras investigações possam vir a ser realizadas de modo a complementá-la. Como tal, somos da opinião que ainda existe muito por explorar na localidade da Portelas e até no Grupo Popular das Portelas, pelo que sugerimos que possam vir a realizar-se investigações que podem passar pela realização: de um estudo sobre a participação na associação, envolvendo todos os sócios e alguns participantes das actividades; de um estudo sobre o impacto da associação na localidade em si, inclusive na vida da população e nos negócios lá existentes; ou até um estudo que possa avaliar o sentimento de comunidade vivido pela população, percebendo o papel da associação nesse campo. Pensamos ainda que a associação poderá ser um excelente contexto para desenvolver uma investigação-acção que possa vir a contribuir para melhorar o conhecimento científico no âmbito do associativismo, nomeadamente em Portugal.

Chegados ao fim deste estudo, que muito contribuiu para o nosso crescimento enquanto pessoas e profissionais da área da Educação Social, impõem-se uma reflexão final sobre as dinâmicas do associativismo local e uma palavra de incentivo para o Grupo Popular das Portelas. Olhando o panorama geral do associativismo em Portugal, que actualmente passa também por um momento de crise, de pessoas, de recursos e de apoios, é de destacar o trabalho que algumas associações continuam a realizar lutando contra todos os pessimismos e faltas de vontade. É neste trabalho, por vezes árduo, que se promovem ainda hoje o espírito de enteadajuda e de grupo, o diálogo, a cooperação e a solidariedade, que fazem nascer projectos colectivos que merecem a nossa atenção e reconhecimento.

Ao Grupo Popular das Portelas fica uma palavra de agradecimento por todo o apoio prestado, mas principalmente pelo trabalho feito ao longo dos anos, que muito tem enriquecido o território e a população em geral. Um bem-haja pelo corajoso empenho e pelo exemplo de cidadania que dão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agostinho, S., Cavaco, A., Domingos, C., Ribeiro, S. & Fragoso, A. (2010). Popular local development activities: what changes can it bring? The case of Martinlongo. Acedido a Maio 26, 2010, in <http://congreso.us.es/cesrea/OKpapers/Agostinho%20Popular%20local%20development.pdf>
- Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.-P., Maroy, C., Ruquoy, D. & Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Almeida, G. (2005, Novembro). Associativismo no Mundo Rural. *Pessoas e Lugares – Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+*, 34, 6-7.
- Amâncio, C. & Amâncio, R. (2007). Educação Popular e Reflect-Ação: Contribuições desta abordagem para a reflexãosobre empoderamento e capital social em uma comunidade rural da zona da Mata Norte Pernambucana. Acedido a Junho 8, 2010, in <http://www.sober.org.br/palestra/6/1089.pdf>
- Bardin, L. (1994). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Basto, M. & Neves, E. (1995). Animação Comunitária – O que é? Como se faz? Quem Faz? In Vários Autores, *Animação Comunitária* (pp. 6-15). Porto: Edições ASA.
- Bauman, Z. (2001). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bresser-Pereira, L. C. (1999). Sociedade Civil: sua democratização para a reforma do Estado. In L. C. Bresser-Pereira, J. Wilhelm & L. Sola (Orgs.), *Sociedade e Estado em Transformação* (pp. 67-116). Brasil: UNESP/ENAP.
- Câmara Municipal de Lagos (s/d). Freguesia de S. Sebastião. Acedido a Março 25, 2008, in http://www.cm-lagos.pt/portal_autarquico/lagos/v_pt-PT/menu_municepe/orgaos_autarquicos/juntas_freguesia/sao_sebastiao/
- Carmo, H. & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da Investigação. Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Coelho, S. (2008). Participação social e associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção do Comércio Justo. Acedido a Maio 7, 2010, in <http://www.letras.up.pt/isociologia/uploads/files/Working30.pdf>

- Correia, P. (2008). A Importância da Animação Comunitária como Modelo e Metodologia de Intervenção Social e Comunitária no Contexto da Educação Não-Formal. *Animador Sociocultural: Revista Iberoamericana*, 13(1), 1-26.
- Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina.
- Elvas, S. & Moniz, M. J. (2010). Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. *Análise Psicológica*, 3 (XXVIII), 451-464.
- Faria, C. V. (2010). O Poder Local face aos desafios do século XXI: Desejos e Realidade. *Malha Urbana*, 9, 103-118.
- Ferreira, S. (2008). A questão social e as alternativas da sociedade civil no contexto das novas formas de governação. *Ciências Sociais Unisinos*, Janeiro-Abril, 44 (001), 28-38.
- Fragoso, A. (2004). Processos Educativos para o Desenvolvimento Local: Um Estudo de Casos em Laboratório Natural. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 3, 111-129.
- Fragoso, A. (2005). Desenvolvimento Participativo: uma sugestão de reformulação conceptual. *Revista Portuguesa de Educação*, 18(1), 23-51.
- Freire, P. (2003). *Pedagogia do Oprimido*. Brasil: Editora Paz e Terra
- Gadotti, M. & Gutiérrez, F. (1993). Educação Popular Comunitária. In Moacir Gadotti & Francisco Gutiérrez (Orgs.), *Educação Comunitária e Economia Popular* (pp. 7-10). São Paulo: Cortez Editora.
- Gadotti, M. (1993). Educação Comunitária e Economia Popular. In Moacir Gadotti & Francisco Gutiérrez (Orgs.), *Educação Comunitária e Economia Popular* (pp. 11-22). São Paulo: Cortez Editora.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1993). *O Inquérito. Teoria e Prática*. Oeiras: Celta.
- Guerra, I. (2006). *Participação e Acção Colectiva – Interesses, conflitos e consensos*. Estoril: Príncípa.
- Gutiérrez, F. (1993). Educação Comunitária e Desenvolvimento Sócio-político. In Moacir Gadotti & Francisco Gutiérrez (Orgs.), *Educação Comunitária e Economia Popular* (pp. 23-33). São Paulo: Cortez Editora.
- Hespana, P. (2002, Outubro). Individualização, fragmentação e risco social nas sociedades globalizadas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 21-31.
- Infopédia. (2003). *Lagos*. Acedido a Junho 24, 2010, in [http://www.infopedia.pt/\\$lagos](http://www.infopedia.pt/$lagos)
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G. & Boutin, G. (2010). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

- Lima, L. & Afonso, A. J. (2006). Políticas públicas, novos contextos e actores em educação de adultos. In L. C. Lima (Org.), *Educação Não Escolar de Adultos – Iniciativas de Educação e Formação em Contexto Associativo* (pp. 205-229). Braga: Unidade de Educação de Adultos da Universidade do Minho.
- Lucio-Villegas, E. (2005). *Cuestiones sobre educación de personas adultas*. Sevilha: Tabulador Gráfico.
- Martínez, M. (1997). *La Acción Educativa como proyecto Cultural y Social*. In María Josefa Martínez (Coord.), *Didáctica y Educación de Personas Adultas – Una propuesta para el desarrollo curricular* (pp. 17-34). Archidona (Málaga): Ediciones Aljibe.
- Martins, A. (2004). O Movimento Associativo Popular e a Democracia. Acedido a Maio 7, 2010, in http://www.25abril.org/a25abril/get_document.php?id=259
- Martins, J. A. J. (2006). *Estudo Histórico Monográfico – A Freguesia de S. Sebastião (Concelho de Lagos)*. Lagos: Junta de Freguesia de S. Sebastião.
- Melo, A. (1998, Novembro). Ditos e Reditos em torno do Desenvolvimento Local. *A Rede para o Desenvolvimento Local*, pp. 5-8-R.
- Monteiro, A. (2004, Outubro). Renunciar à autonomia ou o movimento associativo numa encruzilhada. O exemplo das Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDL's) em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, 139-157.
- Olabuénaga, J. I. (1999). *Metodología de la investigación cualitativa*. Bilbao: Universidad de Deusto.
- Peretz, H. (2000). *Métodos em Sociologia*. Lisboa: Temas e Debates.
- Pérez Serrano, G. (1998a). *Investigación Cualitativa. Retos e Interrogantes. I Métodos*. Madrid: La Muralla.
- Pérez Serrano, G. (1998b). *Investigación Cualitativa. Retos e Interrogantes. II Técnicas y Análisis de Datos*. Madrid: La Muralla.
- Peruzzo, C. (2002). Comunidades em tempo de redes. Acedido a Agosto 4, 2011, in http://www.ciciliaperuzzo.pro.br/artigos/comunidades_em_tempos_de_redes.pdf
- Reidy, M. & Mercier, L. (2000). A Triangulação. In Fortin, M., *O Processo de Investigação: da concepção à realização*. (pp. 321-327). Loures: Lusociência.
- Reis, F. & Mesquita, L. (1995). Animação Comunitária e Associativismo. In Vários Autores, *Animação Comunitária* (pp. 26-29). Porto: Edições ASA.
- Ribeiro, L. M. (2004). Comunicação e Comunidade: Teoria e Método. *Comunicação e Espaço Público*, VII (1 e 2), 71-80.

- Rocha, S. D. (2007). Sobre dissensos, limites e possibilidades do conceito de sociedade civil. Acedido a Outubro 16, 2011, in http://www.sociologia.ufsc.br/npms/sandra_d_rocha.pdf
- Santos, B. S. (1998). A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado. Acedido a Setembro 25, 2010, in <http://formacaoredefale.pbworks.com/f/A+Reinven%C3%A7%C3%A3o+Solid%C3%A1ria+e+Participativa+do+Estado.pdf>
- Scherer-Warren, I. (2006). Das ações coletivas às redes de movimentos sociais. Acedido a Outubro 16, 2011 in <http://xa.yimg.com/kq/groups/25175575/653286761/name/Das+A%C3%A7%C3%B5es+Coletivas+%C3%A0s+Redes+de+Movimentos+ Sociais.pdf>
- Silva, A. S. & Pinto, J. M. (1986). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, F. (2008). A importância do Associativismo. Acedido a Junho 2, 2010, in <http://www.ainvic.com.br/a-importancia-do-associativismo/>
- Stake, R. (1994). Case Studies. In Denzin, N. & Lincoln, Y. (Eds.), *Handbook of Qualitative Research*. (pp. 236-247). United States of America: Sage Publications.
- Stake, R. (1998). *Investigación con estudio de casos*. Madrid: Ediciones Morata.
- Tejerina, B. (2005, Outubro). Movimientos sociales, espacio público y ciudadanía: Los caminos de la utopia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 67-97.
- Tonet, I. (2006). Do conceito de sociedade civil. Acedido a Outubro 16, 2011, in http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/do_conceito_de_sociedade_civil.pdf
- Viegas, J. M. L. (2004). Implicações democráticas das associações voluntárias – O caso português numa perspectiva comparativa europeia. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, 33-50.
- Viegas, J. M. L., Faria, S. & Santos, S. (2010). Envolvimento associativo e mobilização cívica: O caso português em perspectiva comparativa e evolutiva. In J. M. L. Viegas, S. Santos & S. Faria (Orgs.), *A Qualidade da Democracia em Debate. Deliberação, representação e participação políticas em Portugal e Espanha* (pp. 157-180). Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Vilça, H. (1993). Território e identidades na problemática dos movimentos sociais: algumas propostas de pesquisa. Acedido a Junho 10, 2011, in <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1309.pdf>

Yin, R. K. (1997). The Abridged Version of Case Study Research. In Bickman, L. & Rog, D. J. (Eds.), *Handbook of Applied Social Research Methods*. (pp. 229-259). United States of America: Sage Publications.

Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso. Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.

ANEXOS

(em suporte informático)

